

educação & realidade

MULHER E EDUCAÇÃO



Mulher & Educação

educação
&
realidade

Número especial organizado por

Eliane Marta Teixeira Lopes (UFMG)
Guacira Lopes Louro (UFRGS)

Gênero: uma categoria útil de análise histórica Joan Scott	5
"Histoire de Femmes": uma revisão bibliográfica Ellane Marta Telxela Lopes	23
Lembranças de velhas colônias italianas: trabalho, família e educação Guacira Lopes Louro	33
As mulheres professoras e o ensino estatal Helena Costa Araújo	45
E no princípio era o verbo...ou reflexões sobre a relação da mulher com a fala política Silvana Maria Leal Cóser	59
A Caixa de Pandora: um olhar sobre os mitos e os medos na representação da mulher Cybele Croasetti de Almeida	67
Estar no feminino: mal-estar? Mônica Almeida Bellsário	81
Como teorizar o patriarcado? R. W. Connell	85

educação realidade

V. 16, nº2, jul/dez 1990

Educação & Realidade é uma publicação semestral da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Editores: Alceu R. Ferrari e Rovílio Costa

Conselho editorial: Balduino Antonio Andreola (presidente), Alceu Ferrari, Aldaneí Areias, Fernando Becker, Maria Estela Dal Pai Franco, Méron Campos Bordas, Norma Regina Marzola, Rosa M^a Hessel Silveira, Rovílio Costa, Rute Vivian Ângelo Baquero

Organizadoras deste número: Eliane Marta Teixeira Lopes e Guacira Lopes Louro

Secretária: Jacy Busato

Composição: Central de Produções da Faculdade de Educação

Editoração: Aldo Luiz Jung

Capa: Kundry Lyra Klippel

Assinaturas e números avulsos

Pedidos de assinaturas devem ser enviados ao seguinte endereço, juntamente com cheque cruzado em nome de **Educação e Realidade**:

Educação e Realidade
Faculdade de Educação
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Av. Paulo da Gama, s/nº, 8º andar
90049 – Porto Alegre – RS
Fone (0512) 25 1067 e 27 5867
Brasil

Assinatura para 1990: 13 BTNf

Número avulso: 8 BTNf

No exterior, via aérea:

Assinatura 1990: US\$ 15,00

Número avulso: US\$ 8,00

ISSN 0100 - 3143

Gênero: uma categoria útil de análise histórica

JOAN SCOTT

Gender, n, a grammatical term only. To talk of persons or creatures of masculine or feminine gender, meaning of the male or female sex, is either a jocularity (permissible or not according to context) or a blunder (Fowler's Dictionary of Modern English Usage, Oxford 1940).

Aqueles que se propõem a codificar os sentidos das palavras lutam por uma causa perdida, porque as palavras, como as idéias e as coisas que elas são feitas para significar, têm uma história. Nem os professores de Oxford nem a Academia francesa têm sido inteiramente capazes de represar, de captar e fixar os sentidos resgatados do jogo da invenção e da imaginação humana. Mary Wortley Montagu juntou mordacidade à sua denúncia do "belo sexo" ("meu único consolo de pertencer a este gênero é ter certeza de que eu jamais casarei com uma delas") fazendo um uso deliberadamente errôneo da referência gramatical. Através dos séculos, as pessoas utilizaram de modo figurado os termos gramaticais para evocar os traços de caráter ou os traços sexuais. Por exemplo, a utilização proposta pelo *Dictionnaire de la langue française* de 1876, é: "Não se sabe de que gênero ele é, se ele é macho ou fêmea, diz-se de um homem muito dissimulado, do qual não se conhece os sentimentos". E Gladstone fazia esta distinção em 1878: "Atena não tinha nada do sexo além do gênero, nada da mulher além da forma". Mais recentemente – demasiado recente para que pudesse encontrar seu caminho nos dicionários ou na *Encyclopedie of Social Sciences* – as feministas começaram a utilizar a palavra "gênero" mais seriamente, num sentido mais literal, como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos. A referência à gramática é ao mesmo tempo explícita e plena de possibilida-

des inexploradas.

Explícita, porque o uso gramatical implica em regras que resultam da atribuição do masculino ou do feminino; plena de possibilidades inexploradas, porque em muitas línguas indo-européias há uma terceira categoria – o sexo impreciso ou o neutro.

Na sua utilização mais recente, "gênero" parece primeiro ter feito sua aparição entre as feministas americanas que queriam insistir sobre o caráter fundamentalmente social das distinções fundadas sobre o sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como "sexo" ou "diferença sexual". O gênero enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminidade. Aquelas que estavam preocupadas pelo fato de que a produção de estudos femininos se centrava sobre as mulheres de maneira demasiado estreita e separada utilizaram o termo "gênero" para introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário de análise. Segundo esta opinião, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de um deles podia ser alcançada por um estudo separado. Assim, Natalie Davis afirmava, em 1975: "Penso que nós deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens como das mulheres, e que não deveríamos trabalhar somente sobre o sexo oprimido, assim como um historiador das classes não pode fixar seu olhar apenas sobre os camponeses. Nosso objetivo é compreender a importância dos sexos dos grupos de gênero no passado histórico. Nosso objetivo é descobrir o alcance dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas diferentes sociedades e períodos, é encontrar qual era o seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la".

Além disso, o que é talvez mais importante, o "gênero" era um termo proposto por aquelas que sustentavam que a pesquisa sobre as mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas no interior de cada disciplina. As pesquisadoras feministas assinalaram muito cedo que o estudo das mulheres não acrescentaria somente novos temas, mas que ele iria igualmente impor um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente. "Nós aprendemos", escreviam três historiadoras feministas "que inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais daquilo que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas. Não é demais dizer que, tão hesitantes quanto possam ser os começos reais de hoje, uma tal metodologia implica não somente uma nova história das mulheres mas igualmente uma nova história". A maneira pela qual esta nova história iria por sua vez incluir a experiência das mulheres e dela dar conta dependia da medida na qual o gênero podia ser desenvolvido como uma categoria de análise. Aqui as analogias com a classe (e a raça) eram explícitas; de fato as pesquisadoras feministas que tinham uma visão política mais global apelavam regularmente a estas três categorias para a escrita de uma nova história. O interesse pelas categorias de classe, de raça e de gênero, assinalava, primeiramente, o engajamento do pesquisador numa história que incluía os discursos das(os) oprimidas(os) e numa análise do sentido e da natureza de sua opressão; assinalava, em seguida, a consideração pelos pesquisadores e pesquisadoras de que as desigualdades de poder são organizadas segundo estes três eixos, pelo menos.

A litania classe, raça e gênero sugere uma paridade entre os três termos mas, em realidade, isto não é assim. Enquanto que a categoria "classe" repousa sobre a teoria complexa de Marx (e seus desenvolvimentos ulteriores) da determinação econômica e da transformação histórica, as de "raça" e de "gênero" não carregam associações semelhantes. Não há unanimidade entre aqueles que utilizam os conceitos de classe. Alguns pesquisadores se servem de noções weberianas, outros utilizam a classe como uma fórmula momentaneamente heurística. Não obstante, quando nós invocamos a classe, nós trabalhamos com ou contra uma série de definições que, no caso do marxismo,

implicam uma idéia de causalidade econômica e uma visão do caminho pelo qual a história avançou dialeticamente. Não há este tipo de clareza ou de coerência nem para a categoria de raça nem para a de gênero. No caso do gênero, seu uso implicou num leque tanto de posições teóricas como de referências descritivas das relações entre os sexos.

As(os) historiadoras(es) feministas que, como a maioria dos historiadores são formadas(os) para estarem mais à vontade com a descrição do que com a teoria, têm todavia procurado cada vez mais encontrar formulações teóricas utilizáveis. Elas(eles) têm feito isto ao menos por duas razões. Primeiro, porque a proliferação de estudos de caso, na história de mulheres, parece exigir uma perspectiva sintética que possa explicar as continuidades e descontinuidades e dar conta das desigualdades persistentes, mas também das experiências sociais radicalmente diferentes. A seguir porque a defasagem entre a alta qualidade dos trabalhos recentes de história das mulheres e seu status marginal em relação ao conjunto da disciplina (que pode ser mensurado pelos manuais, programas universitários e monografias) mostra os limites das abordagens descritivas que não questionam os conceitos dominantes no interior da disciplina, ou ao menos que não questionam estes conceitos de modo a abalar seu poder e, talvez a transformá-los. Não foi suficiente para as(os) historiadoras(es) de mulheres provar seja que as mulheres tiveram uma história, seja que as mulheres participaram das principais desordens políticas da civilização ocidental. No que se refere à história das mulheres, a reação da maioria das(os) historiadoras(es) não feministas foi o reconhecimento e em seguida a devolução da história das mulheres a um domínio separado ("as mulheres tiveram uma história separada daquela dos homens, em consequência deixemos as feministas fazerem a história das mulheres que certamente não nos concerne"; ou "a história das mulheres concerne ao sexo e à família e deveria se fazer separadamente da história política e econômica"). No que se refere à participação das mulheres na história, a reação foi um interesse mínimo, no melhor dos casos ("minha compreensão da Revolução Francesa não muda aprendendo que as mulheres dela participaram"). O desafio colocado por este tipo de reações é, em última análise, um desafio teórico. Ele exige não somente a relação entre experiências masculinas e femininas

no passado, mas também o laço entre a história do passado e as práticas históricas atuais. Como o gênero funciona nas relações sociais humanas? Como o gênero dá um sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico? As respostas dependem do gênero como categoria de análise.

Na sua maioria, as tentativas de teorização do gênero não conseguiram sair dos quadros tradicionais das ciências sociais: elas utilizam formulações provadas que propõem explicações causais universais. Estas teorias tiveram, no melhor dos casos, um caráter limitado porque elas têm tendência a incluir generalizações reduzidas ou demasiado simples; estas destróem não somente a complexidade do sentido que propõe a história, como disciplina, da causalidade social, mas também o engajamento feminista na elaboração de análises que levem à transformação.

Um exame crítico destas teorias exporá seus limites e permitirá propor uma abordagem alternativa.

As abordagens utilizadas pela maioria das (os) historiadoras(es) dividem-se em duas categorias distintas. A primeira é essencialmente descritiva; quer dizer, ela se refere à existência de fenômenos ou de realidades sem interpretar, explicar ou atribuir uma causalidade. O segundo uso é de ordem causal; ele elabora teorias sobre a natureza dos fenômenos e das realidades, buscando compreender como e porque estas tomam as formas que têm.

Na sua utilização recente mais simples, "gênero" é sinônimo de "mulheres". Os livros e artigos de todos os tipos que tinham como assunto a história das mulheres substituíram, nos últimos anos, nos seus títulos o termo "mulheres" por "gênero". Em certos casos, mesmo se esta utilização se refere vagamente a certos conceitos, ela visa de fato fazer reconhecer este campo de pesquisas. Nestas circunstâncias, o uso do termo "gênero" visa indicar a erudição e a seriedade de um trabalho, pois "gênero" tem uma conotação mais objetiva e neutra do que "mulheres". O "gênero" parece se integrar na terminologia científica das ciências sociais e, então, se dissociar da política (pretensamente ruidosa) do feminismo. Nesta utilização, o termo "gênero" não implica necessariamente uma tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, ainda mais que ele não designa a parte lesada (e até o presente invisível). Enquanto que o termo "história das mulheres" revela sua posição política afirmando

(contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o "gênero" inclui as mulheres, sem lhes nomear, e parece assim não constituir uma ameaça crítica. Este uso de "gênero" é um aspecto que se poderia chamar de busca de uma legitimidade institucional para os estudos feministas, nos anos 80.

Mas este é apenas um aspecto. "Gênero" tanto é substituto para mulheres como é igualmente utilizado para sugerir que a informação sobre o assunto "mulheres" é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Esta utilização insiste sobre o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado em e por este mundo. Este uso rejeita a validade interpretativa da idéia de esferas separadas e sustenta que estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tenha muito pouco, ou nada, a ver com o outro sexo. Além disso, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação, no fato de que as mulheres têm as crianças e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero torna-se, antes, uma maneira de indicar "construções sociais" – a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos dos sexos e da sexualidade, o gênero tornou-se uma palavra particularmente útil, pois ele oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais consignados às mulheres e aos homens. Ainda que os pesquisadores reconheçam a relação entre o sexo e (o que os sociólogos da família chamaram) os "papéis sexuais", estes pesquisadores não traçam entre os dois uma ligação simples ou direta. O uso de "gênero" põe a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas ele não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade.

Estes usos descritivos do gênero foram empregados pelas(os) historiadoras(es), na maioria dos casos, para delimitar um novo terreno. À medida de que os historiadores

sociais se voltavam para novos objetos de estudo, o gênero revelava temas como as mulheres, as crianças, as famílias e as ideologias dos gêneros. Em outras palavras, este uso do gênero não se refere nada mais do que aos domínios – tanto estruturais quanto ideológicos – que implicam as relações entre os sexos. Devido a que na aparência, a guerra, a diplomacia e a alta política não têm a ver explicitamente com estas relações, o gênero parece não se aplicar a estes objetos e então não parece pertinente para a reflexão dos historiadores que trabalham sobre a política e o poder. Isto tem como resultado a adesão a uma certa visão funcionalista, fundamentada, em última análise, sobre a biologia e a perpetuação da idéia de esferas separadas no registro da história (a sexualidade ou a política, a família ou a nação, as mulheres ou os homens). Mesmo se, nesta utilização, o termo gênero afirma que as relações entre os sexos são sociais, ele nada diz sobre as razões pelas quais estas relações são construídas como são, não diz como elas funcionam ou como elas mudam. No seu uso descritivo, o gênero é então um conceito associado ao estudo das coisas relativas às mulheres. O gênero é um novo tema, um novo domínio de pesquisas históricas, mas ele não tem a força de análise suficiente para questionar (e mudar) os paradigmas históricos existentes.

Certos historiadores estavam, certamente, conscientes deste problema; daí os esforços para empregar teorias que possam explicar o conceito de gênero e dar conta da transformação histórica. De fato, o desafio consistia em reconciliar a teoria, que estava concebida em termos universais, com a história, que se engajava no estudo dos contextos específicos e da transformação fundamental. O resultado foi muito eclético: os empréstimos parciais que invalidam a força de análise de uma teoria particular ou, pior, que empregam seus preceitos sem ter consciência de suas implicações; ou as tentativas para dar conta da transformação que, por terem como molde teorias universais, não fazem mais do que ilustrar temas invariantes; ou ainda estudos maravilhosos e cheios de imaginação nos quais a teoria está todavia tão escondida que estes estudos não podem servir de modelos para outras pesquisas. Devido a que, freqüentemente, as teorias nas quais as(os) historiadoras(es) se inspiraram não foram claramente articuladas em todas as suas implicações, parece digno de interesse

aqui consagrar-lhes um pouco de tempo. Somente através deste exercício, pode-se avaliar a utilidade dessas teorias e, talvez, articular uma abordagem teórica mais sólida.

As(os) historiadoras(es) feministas têm empregado toda uma série de abordagens na análise do gênero, mas estas podem ser remetidas a três posições teóricas. A primeira, uma tentativa inteiramente feminista, empenha-se em explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no interior de uma tradição marxista e busca um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias de relação do objeto, inspira-se em diversas escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito.

As teóricas do patriarcado colocaram sua atenção sobre a subordinação das mulheres e encontraram a explicação desta na "necessidade" masculina de dominar as mulheres. Na adaptação engenhosa que Mary O'Brien fez de Hegel, ela definiu a dominação masculina como o efeito do desejo dos homens de transcender sua privação dos meios de reprodução da espécie. O princípio de continuidade da geração restitui a primazia da paternidade e obscurece o duro trabalho fornecido pelas mulheres na maternidade e a realidade social disto. A fonte da libertação das mulheres reside em "uma compreensão adequada do processo de reprodução", numa avaliação das contradições entre a natureza do trabalho reprodutivo das mulheres e a mistificação ideológica (masculina) deste. Para Sulamith Firestone, a reprodução era igualmente a "amarga armadilha" das mulheres. No entanto, na sua análise mais materialista, a libertação delas viria das transformações na tecnologia da reprodução que poderia, num futuro não demasiadamente longínquo, eliminar a necessidade dos corpos das mulheres como agentes da reprodução da espécie.

Se a reprodução era a chave do patriarcado para algumas, para outras a resposta encontrava-se na sexualidade em si mesma. As formulações audaciosas de Catherine MacKinnon são suas, mas são, ao mesmo tempo características de uma certa abordagem: "A sexualidade está para o feminismo assim como o trabalho está para o marxismo: é aquilo que mais nos pertence e o que todavia nos é mais roubado". A reificação sexual é o processo primário de submetimento das mulheres. Alia o ato à palavra, a construção à expressão, a percepção à constrição, o mito à realidade. O homem beija

a mulher; sujeito verbo objeto". Continuando sua analogia com Marx, MacKinnon propõe como método de análise feminista não o materialismo dialético mas os grupos de consciência. Expressando a experiência partilhada de reificação, sustentava ela, as mulheres são levadas a compreender sua identidade comum e são conduzidas à ação política. Assim para MacKinnon, a sexualidade se situava fora da ideologia e era suscetível de ser descoberta pela experiência como um fato imediato. Na análise de MacKinnon, ainda que as relações sexuais sejam definidas como sociais, não há nada – salvo a desigualdade inerente à relação em si mesma – que possa explicar porque o sistema de poder funciona assim. As relações desiguais entre os sexos são, no fim das contas, a fonte das relações desiguais entre os sexos. Apesar de afirmar que a desigualdade, tendo suas origens na sexualidade, é integrada em "todo um sistema de relações sociais", ela não explica como este sistema funciona.

As teóricas do patriarcado questionaram a desigualdade entre os homens e as mulheres de diversas maneiras importantes mas, para as(os) historiadoras(es), suas teorias têm problemas. Primeiro, enquanto elas propõem uma análise interna ao sistema de gênero, elas afirmam igualmente a prioridade deste sistema em relação à organização social em seu conjunto. Mas as teorias do patriarcado não mostram como a desigualdade de gênero estrutura todas as outras desigualdades ou como o gênero afeta estes domínios da vida que não parecem ser a ele ligados. Em segundo lugar, a análise permanece baseada sobre a diferença física, que a dominação toma a forma de apropriação do trabalho reprodutivo da mulher pelo homem ou a da reificação sexual das mulheres pelos homens. Toda a diferença física se reveste de um caráter universal e imutável, mesmo se as teóricas do patriarcado levam em consideração a existência de mutações nas formas e nos sistemas de desigualdades de gênero. Uma teoria que repousa sobre a variável única da diferença física é problemática para as(os) historiadoras(es): ela pressupõe um sentido permanente ou inerente ao corpo humano – fora de uma construção social ou cultural – e em consequência a não historicidade do gênero em si mesmo. De um certo ponto de vista, a história torna-se um epifenômeno que oferece variações intermináveis para o mesmo tema imutável de uma desigualdade de gênero fixa.

As feministas marxistas têm uma abordagem

mais histórica, já que elas são guiadas por uma teoria da história. Mas, sejam quais forem as variações e adaptações, o fato que elas se imponham a exigência de encontrar uma explicação "material" limitou ou, ao menos, retardou o desenvolvimento de novas direções de análise. No caso onde se avança uma solução fundada sobre um duplo sistema (composto de dois domínios, o patriarcado e o capitalismo, que são separados mas em interação), como no caso onde a análise desenvolvida se refere mais estritamente aos debates marxistas ortodoxos sobre os modos de produção, a explicação das origens e das transformações dos sistemas de gênero acha-se fora da divisão sexual do trabalho. Famílias, lares e sexualidades são, no fim das contas, todos, produtos da transformação dos modos de produção. É assim que Engels concluía suas explorações sobre *A Origem da Família*, é lá que repousam enfim as análises da economista Heidi Hartmann. Hartmann insiste sobre a necessidade de considerar o patriarcado e o capitalismo como dois sistemas separados, mas em interação. Mas à medida que ela desenvolve sua argumentação, a causalidade econômica torna-se prioritária e o patriarcado está sempre se desenvolvendo e mudando em função das relações de produção. Quando ela sugere que "é necessário eliminar a divisão sexual do trabalho enquanto tal para terminar com a dominação masculina", ela entende por isso colocar um fim à segregação profissional segundo os sexos.

Os primeiros debates entre as feministas marxistas giraram em torno dos mesmos problemas: a rejeição do essencialismo daqueles que sustentavam que "as exigências da reprodução biológica" determinavam a divisão sexual do trabalho sob o capitalismo; o caráter fútil de integração dos "modos de reprodução" nos debates sobre os modos de produção (a reprodução permanece uma categoria oposta e não tem um status equivalente àquele do modo de produção); o reconhecimento que os sistemas econômicos não determinam de maneira direta as relações de gênero e que, de fato, a subordinação das mulheres é anterior ao capitalismo e continua sob o socialismo; a busca, apesar de tudo, de uma explicação materialista que exclua as diferenças físicas naturais. Uma tentativa importante de sair deste círculo veio de Joan Kelly, em seu ensaio *A dupla visão da teoria feminista*, onde ela sustentava que os sistemas econômicos e os sistemas

de gênero agiam reciprocamente uns sobre os outros para produzir as experiências sociais e históricas; que nenhum dos dois era causal, mas que os dois "operam simultaneamente para reproduzir as estruturas socio-econômicas e as estruturas de dominação masculina de uma ordem social particular". A idéia de Kelly de que os sistemas de gênero teriam uma existência independente constituiu uma abertura conceitual decisiva, mas sua vontade de permanecer dentro de um quadro marxista a levou a colocar a ênfase na causalidade econômica, mesmo no que concerne à determinação das estruturas de gênero: "A relação entre os sexos opera em função das estruturas sócio-econômicas e através daquelas; mas também em função das estruturas de gênero". Kelly introduziu a idéia de uma "realidade social fundada sobre o sexo" mas ela tinha a tendência de sublinhar o caráter social mais do que sexual desta realidade e, freqüentemente, o uso que ela fazia do "social" era concebido em termos de relações econômicas de produção.

A análise da sexualidade que foi mais longe, entre as feministas marxistas americanas, encontra-se em *Powers of Desire*, um volume de ensaios publicado em 1983. Influenciadas pela importância crescente que militantes políticos e pesquisadores davam à sexualidade, pela insistência do filósofo francês Michel Foucault no fato de que a sexualidade é produzida dentro de contextos históricos, pela convicção de que a "revolução sexual" contemporânea exigia uma análise séria, as autoras centraram suas interrogações sobre a "política da sexualidade". Assim fazendo, elas colocaram a questão da causalidade e propuseram uma série de soluções; de fato, o mais surpreendente neste volume é a falta de unanimidade, sua manutenção de tensões na análise. Se as autoras individuais tendiam a sublinhar a causalidade dos contextos sociais (identificados freqüentemente ao econômico), elas não deixam de sugerir a necessidade de estudar a "estruturação psíquica da identidade de gênero". Se se fala freqüentemente da "ideologia de gênero" que "reflete" as estruturas econômicas e sociais, há também um reconhecimento crucial da necessidade de compreender "o laço" complexo "entre a sociedade e uma estrutura psíquica persistente". De um lado, os responsáveis por esta coletânea adotam o argumento de Jessica Benjamin segundo o qual a política devia incorporar a atenção "aos componentes eróticos e fantasmáticos da vida humana", mas,

por outro lado, nenhum outro ensaio, salvo este de Benjamin, aborda seriamente as questões teóricas que este coloca. Há antes um pressuposto tácito que percorre o volume, segundo o qual o marxismo poderia ser ampliado para incluir as discussões sobre a ideologia, a cultura e a psicologia, e que esta ampliação será efetuada pelo viés de pesquisas sobre dados concretos como os que são empreendidos na maioria dos artigos. A vantagem de uma tal abordagem é que ela evita as divergências agudas; sua desvantagem é que ela deixa intacta uma teoria já inteiramente articulada, que mais uma vez conduz a relações de sexo fundadas sobre relações de produção.

Uma comparação entre as tentativas das feministas marxistas americanas e as de suas homólogas inglesas, mais estreitamente ligadas à política de uma tradição marxista potente e viável, revela que as inglesas saíram-se pior ao colocar em questão os entraves de explicações estritamente deterministas. Esta dificuldade expressa-se de maneira mais espetacular nos debates recentes, surgidos na *New Left Review*, entre Michèle Barret e seus críticos, os quais a acusavam de abandonar uma análise materialista da divisão sexual do trabalho no capitalismo. Ela se expressa também pelo fato de que as pesquisadoras que tinham inicialmente empreendido uma tentativa feminista de reconciliação entre a psicanálise e o marxismo, e que tinham insistido sobre a possibilidade de uma certa fusão entre os dois, tenham escolhido hoje uma ou outra destas posições teóricas. A dificuldade para as feministas inglesas e americanas que trabalham dentro do quadro do marxismo é evidente nos trabalhos que mencionei aqui. O problema com o qual elas são confrontadas é o inverso daquele que coloca a teoria do patriarcado. No interior do marxismo, o conceito de gênero foi por muito tempo tratado como um sub-produto das estruturas econômicas cambiantes: o gênero não teve seu próprio estatuto de análise.

Um exame da teoria psicanalítica exige uma distinção entre escolas, já que se teve a tendência de classificar as diferentes abordagens segundo as origens nacionais de seus fundadores ou da maioria daquelas(es) que as aplicam. Há a Escola Anglo-americana, que trabalha com os termos das teorias de relação de objeto (*object-relation theories*). Nos Estados Unidos, é o nome de Nancy Chodorow que é o mais associado a esta abordagem. Numa outra, o trabalho de Carol Gilligan teve um impacto

muito vasto sobre a produção científica americana, e compreendido dentro do domínio da história. O trabalho de Gilligan se inspira no de Chodorow, mesmo se ele se interessa menos pela construção do sujeito do que pelo desenvolvimento moral e pelo comportamento. Contrariamente à escola anglo-americana, a escola francesa se fundamenta sobre as leituras estruturalistas e pós-estruturalistas de Freud no contexto das teorias da linguagem (para as feministas a figura central é Jacques Lacan).

As duas escolas interessam-se pelos processos pelos quais é criada a identidade do sujeito; ambas centram seu interesse sobre as primeiras etapas do desenvolvimento da criança a fim de encontrar as indicações sobre a formação da identidade de gênero. As teóricas das relações de objeto colocam a ênfase sobre a influência da experiência concreta (a criança vê, ouve, tem relações com aqueles que se ocupam dela, em particular, por certo, com seus pais), enquanto que os pós-estruturalistas sublinham o papel central da linguagem na comunicação, na interpretação e na representação do gênero. (Para os pós-estruturalistas, "linguagem" não designa somente as palavras, mas os sistemas de significação – as ordens simbólicas – que precedem o domínio da palavra propriamente dita, da leitura e da escrita). Uma outra diferença entre estas duas escolas de pensamento refere-se ao subconsciente, que para Chodorow é, em última instância, suscetível de compreensão consciente, enquanto que, para Lacan, não o é. Para os lacanianos, o subconsciente é um fator decisivo na construção do sujeito; ademais, é o lugar de emergência da divisão sexual e, por esta razão, um lugar de instabilidade constante para o sujeito sexuado.

Nos últimos anos, as historiadoras feministas foram atraídas por estas teorias, seja porque elas servem para basear conclusões particulares em observações gerais, seja porque elas parecem oferecer uma formulação teórica importante no que concerne ao gênero. De mais a mais, as(os) historiadoras(es) que trabalham com o conceito de "cultura feminina" citam os trabalhos de Chodorow e Gilligan de certo modo como provas e como explicações de suas interpretações; aquelas que têm problemas com a teoria feminista se voltam para Lacan. Ao final das contas, nenhuma destas teorias me parece inteiramente utilizável pelas(os) historiadoras(es); um olhar mais atento sobre cada uma poderia ajudar a explicar por

quê.

Minha reserva com relação à teoria de relações de objeto, dirige-se ao seu literalismo, ao fato de que ela faz depender a produção da identidade de gênero e a gênese da transformação, de estruturas de interação relativamente pequenas. Tanto a divisão sexual na família como as tarefas designadas para cada um dos pais desempenham um papel crucial na teoria de Chodorow. O produto dos sistemas dominantes ocidentais é uma divisão clara entre masculino e feminino: "O sentido feminino de si é fundamentalmente ligado ao mundo, o sentido masculino de si é fundamentalmente separado". Segundo Chodorow, se os pais estivessem mais envolvidos nos seus deveres parentais e mais presentes nas situações domésticas, as consequências do drama edipiano seriam provavelmente diferentes.

Esta interpretação limita o conceito de gênero à esfera da família e à experiência doméstica e, para o historiador, ela não deixa meios de ligar este conceito (nem o indivíduo) a outros sistemas sociais, econômicos, políticos ou de poder. Sem dúvida está implícito que as disposições sociais que exigem que os pais trabalhem e as mães executem a maioria das tarefas de criação das crianças estruturam a organização da família. Mas a origem destas disposições sociais não é clara, nem por que elas são articuladas em termos de divisão sexual do trabalho. Não se vê também questionamento sobre o problema da desigualdade, por oposição ao da assimetria. Como podemos explicar, no interior desta teoria, a associação persistente da masculinidade com o poder, isto é o fato de que os valores mais altos são investidos na virilidade e não na feminidade? Como podemos explicar o fato de que as crianças aprendem estas associações e avaliações mesmo quando elas vivem fora de lares nucleares, ou no interior de lares onde o marido e a mulher dividem as tarefas parentais? Penso que nós não o podemos sem uma certa atenção aos sistemas simbólicos, quer dizer, aos modos como as sociedades representam o gênero, servem-se dele para articular as regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência. Sem o sentido não há experiência; sem processo de significação não há sentido (o que não quer dizer que a linguagem é tudo, mas que uma teoria que não a leve em consideração não saberá perceber os poderosos papéis que os símbolos, as metáforas, e os conceitos jogam na definição da personalidade e da história

humanas).

A linguagem é o centro da teoria lacaniana; é a chave de acesso da criança à ordem simbólica. Através da linguagem é construída a identidade sexuada. Segundo Lacan, o falo é o significante central da diferença sexual. Mas o sentido do falo deve ser lido de maneira metafórica. O drama edípiano dá a conhecer à criança os termos da interação cultural, já que a ameaça de castração representa o poder, as regras da lei (do pai). A relação da criança com a lei depende da diferença sexual, de sua identificação imaginária (ou fantasmática) com a posição masculina ou feminina. Em outras palavras, a imposição de regras de interação social é sexuada de maneira inerente e específica, pois a relação feminina com o falo é forçosamente diferente da relação masculina. Mas a identificação de gênero, mesmo se ela aparece sempre como sendo coerente e fixa, é de fato extremamente instável. Como as palavras em si mesmas, as identidades subjetivas são os processos de diferenciação e de distinção, exigindo a supressão das ambiguidades e dos elementos opostos a fim de assegurar (criar a ilusão de) uma coerência e compreensão comuns. A idéia de masculinidade repousa sobre a repressão necessária de aspectos femininos – do potencial bissexual do sujeito – e introduz o conflito na oposição do masculino e do feminino. Os desejos reprimidos estão presentes no inconsciente e constituem uma ameaça permanente para a estabilidade de identificação de gênero, negando sua unidade, subvertendo seu desejo de segurança. Além disso, as representações conscientes do masculino e do feminino não são imutáveis pois elas variam segundo os usos do contexto. Um conflito sempre existe, então, entre a necessidade que tem o sujeito de uma aparência de totalidade, e a imprecisão, a relatividade da terminologia e sua dependência em relação à repressão. Este tipo de interpretação torna problemáticas as categorias "homem" e "mulher" sugerindo que o masculino e o feminino não são características inerentes, mas construções subjetivas (ou fictícias). Esta interpretação implica também que o sujeito se acha em um processo constante de construção, e oferece um meio sistemático de interpretar o desejo consciente e inconsciente referindo-se à linguagem como um lugar adequado para a análise. Enquanto tal eu a considero instrutiva.

Também me sinto incomodada pela fixação exclusiva sobre as questões relativas ao "sujei-

to" e pela tendência a reificar, como a dimensão principal do gênero, o antagonismo subjetivamente produzido entre homens e mulheres. Além do mais, mesmo se a maneira pela qual "o sujeito" é construído permanece aberta, a teoria tende a universalizar as categorias e as relações entre masculino e feminino. A consequência para as(os) historiadoras(es) é uma leitura redutiva dos dados do passado. Mesmo se esta teoria toma em consideração as relações sociais ligando a castração à proibição e à lei, ela não permite introduzir uma noção de especificidade e de variabilidade histórica. O falo é o único significante, o processo de construção do sujeito com gênero é, em última instância, previsível já que é sempre o mesmo. Se, como o sugere a teórica do cinema Teresa de Lauretis, nós temos necessidade de pensar a construção de uma subjetividade dentro dos contextos sociais e históricos, não há nenhum meio de precisar estes contextos nos termos que propõe Lacan. De fato, mesmo na tentativa de Lauretis, a realidade social (quer dizer, as relações "materiais, econômicas e interpessoais, que são de fato sociais e, numa perspectiva mais ampla, históricas") parece se situar à parte do sujeito. Precisamos de uma maneira de conceber a "realidade social" em termos de gênero.

O problema do antagonismo sexual nesta teoria tem dois aspectos. Primeiramente, ele projeta uma dimensão eterna, mesmo quando está bem historicizado, como em Sally Alexander. Sua leitura de Lacan a conduziu à conclusão que "o antagonismo entre os sexos é um aspecto inevitável da aquisição da identidade sexual... Se o antagonismo está sempre latente, é possível que a história não possa oferecer uma solução, mas somente a reformulação e reorganização permanente da simbolização da diferença, e da divisão sexual do trabalho". É talvez seu incurável otimismo que me deixa cética, ou então o fato de que eu não soube ainda me desfazer da episteme do que Foucault chamava de Idade Clássica. Seja o que for, a formulação de Alexander contribui para fixar a oposição binária entre masculino-feminino como a única relação possível e como um aspecto permanente da condição humana. Ela perpetua, mais do que põe em questão, aquilo ao qual Denise Riley se refere como a "insuportável aparência de eternidade da polaridade sexual". Ela escreve: "o caráter historicamente construído de oposição (entre masculino e feminino) produz como um de seus efeitos este

ar precisamente invariável e monótono de oposição homens/mulheres".

É precisamente esta oposição, em todo o seu tédio e monotonia, que (para voltar aos anglo-saxões) é posta em evidência no trabalho de Carol Gilligan. Gilligan explicou os diferentes modos de desenvolvimento moral de meninos e meninas, em termos de diferenças de "experiência" (de realidade vivida). Não é surpreendente que as(os) historiadoras(es) de mulheres tenham recuperado suas idéias e as tenham utilizado para explicar as "vozes diferentes" que seu trabalho lhes havia permitido ouvir. O primeiro problema que coloca este tipo de empréstimo é um deslocamento que se opera a seguir na atribuição da causalidade: a argumentação começa por uma afirmação do tipo "a experiência das mulheres leva-as a fazer escolhas morais que dependem de contextos e de relações" para chegar a "as mulheres pensam e escolhem este caminho porque elas são mulheres". Fica implicado nesta abordagem a noção a-histórica, senão essencialista, de mulheres. Gilligan e outros extrapolaram sua própria descrição, fundamentada sobre uma pequena amostra de alunas americanas do fim do século XX, a todas as mulheres. Esta extrapolação é evidente principalmente, mas não exclusivamente, nas discussões sobre "cultura feminina" efetuadas por certas(os) historiadoras(es) que, extraindo seus dados desde as santas da Idade Média até às militantes sindicalistas modernas, dão-nos como evidência da hipótese de Gilligan que quer que a preferência feminina pelo relacional seja universal. Este uso das idéias de Gilligan se coloca em oposição flagrante com as concepções mais complexas e historicizadas da "cultura feminina" que se podem encontrar no simpósio de *Feminist Studies* de 1980. De fato, uma comparação desta série de artigos com as teorias de Gilligan revela a que ponto sua noção é a histórica, definindo a categoria homem/mulher como uma oposição binária que se auto-reproduz – estabelecida sempre da mesma maneira. Insistindo sempre sobre as diferenças fixadas (no caso de Gilligan, fazendo um uso simplificador dos dados históricos e dos resultados mais heterogêneos sobre o sexo e o raciocínio moral, para sublinhar a diferença sexual), as feministas reforçam o tipo de pensamento que desejam combater. Ainda que insistam sobre a reavaliação da categoria do "feminino" (Gilligan sugere que as escolhas morais das mulheres poderiam ser mais humanas do que as dos homens), elas

não tratam da oposição binária em si.

Temos necessidade de uma rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária, de uma historicização e de uma desconstrução autênticas dos termos da diferença sexual. Devemos nos tornar mais atentas às distinções entre nosso vocabulário de análise e o material que queremos analisar. Devemos encontrar os meios (mesmo incompletos) para submeter sem cessar nossas categorias à crítica, nossas análises à auto-crítica. O que significa analisar dentro de seu contexto a maneira pela qual opera toda oposição binária, derrubando e deslocando sua construção hierárquica, em lugar de aceitá-la como real, como evidente por si ou como sendo da natureza das coisas. Num certo sentido, as feministas não têm feito senão isto através dos anos. A história do pensamento feminista é uma história da recusa da construção hierárquica entre masculino e feminino, em seus contextos específicos; é uma tentativa de reverter ou deslocar seus funcionamentos. As(os) historiadoras(es) feministas estão agora em posição de teorizar suas práticas e de desenvolver o gênero como categoria de análise.

As preocupações teóricas relativas ao gênero como categoria de análise só emergiram no fim do século XX. Elas estão ausentes da maior parte das teorias sociais formuladas desde o século XVIII até o começo do século XX. De fato, algumas destas teorias construíram sua lógica a partir das analogias com a oposição masculino/feminino, outras reconheceram uma "questão feminina", outras ainda se preocuparam com a formulação da identidade sexual subjetiva, mas o gênero, como meio de falar de sistemas de relações sociais ou entre os sexos não tinha aparecido. Esta falta poderia explicar em parte a dificuldade que tiveram as feministas contemporâneas de integrar o termo gênero nos conjuntos teóricos pré-existentes e de convencer os adeptos de uma ou outra escola teórica de que o gênero fazia parte de seu vocabulário. O termo gênero faz parte de uma tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definição, para insistir sobre a inadequação das teorias existentes em explicar as desigualdades persistentes entre as mulheres e os homens. É, ao meu ver, significativo que o uso da palavra gênero tenha emergido num momento de grande efervescência epistemológica entre os pesquisadores das ciências sociais, efervescência que, em certos casos, toma a forma de uma

evolução dos modelos científicos para os modelos literários (da ênfase posta sobre a causa para a ênfase posta sobre o sentido, confundindo os gêneros da investigação, segundo a formulação do antropólogo Clifford Geertz). Em outros casos, esta evolução toma a forma de debates teóricos entre aqueles que afirmam a transparência dos fatos e aqueles que insistem sobre a idéia de que toda realidade é interpretada ou construída, entre os que defendem e os que põem em questão a idéia de que o homem é o mestre racional de seu próprio destino.

No espaço aberto por este debate, pela crítica da ciência que desenvolvem as ciências humanas e pela crítica do empirismo e do humanismo que desenvolvem os pós-estruturalistas, as feministas não somente começaram a encontrar uma voz teórica própria; elas também encontraram aliados científicos e políticos. É dentro deste espaço que nós devemos articular o gênero como uma categoria de análise.

O que poderiam fazer as(os) historiadoras(es) que, depois de tudo, viram sua disciplina rejeitada como uma relíquia do pensamento humanista? Não penso que nós devemos deixar os arquivos ou abandonar o estudo do passado, mas acredito, em compensação, que devemos mudar alguns de nossos hábitos de trabalho, algumas questões que temos colocado. Devemos examinar atentamente nossos métodos de análise, clarificar nossas hipóteses principais, e explicar como pensamos que a mudança tem lugar. Ao invés de pesquisar as origens únicas, devemos conceber os processos de tal modo ligados entre eles que não poderiam estar separados. É evidente que nós escolhemos problemas concretos para estudar e que estes problemas constituem os começos, ou recortes de processos complexos. Mas são os processos que é necessário sem cessar ter em mente. Devemos nos perguntar mais seguidamente como as coisas se passaram para descobrir por que elas se passaram; segundo a formulação de Michelle Rosaldo, devemos pesquisar não uma causa geral e universal, mas uma explicação significativa: "Vejo agora que o lugar da mulher na vida social humana não é diretamente o produto do que ela faz, mas do sentido que adquirem estas atividades através da interação social concreta". Para fazer surgir o sentido, temos necessidade de tratar o sujeito individual bem como a organização social e de articular a natureza de sua interrelação, pois ambos têm uma importância crucial

para compreender como funciona o gênero, como sobrevém a mudança. Enfim, temos necessidade de substituir a noção de um poder social unificado, coerente e centralizado por qualquer coisa que esteja próxima do conceito foucaultiano de poder, entendido como constelações dispersas de relações desiguais, constituídas pelos discursos nos "campos de forças" sociais. No interior desses processos e estruturas, há espaço para um conceito de agente humano, como esforço (pelo menos parcialmente racional) de construir uma identidade, uma vida, um conjunto de relações, uma sociedade com certos limites e com a linguagem – linguagem conceitual que por sua vez põe limites e contém a possibilidade de negação, de resistência, de reinterpretação, de jogo de invenção metafórica e de imaginação.

Minha definição de gênero tem duas partes e diversas subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um único sentido. Como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas, o gênero implica em quatro elementos: primeiro, os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas (e com frequência contraditórias) – Eva e Maria como símbolo da mulher, por exemplo, dentro da tradição cristã do Ocidente – mas também os mitos da luz e da escuridão, da purificação e da poluição, da inocência e da corrupção. Para as(os) historiadoras(es), as questões interessantes são as das representações simbólicas invocadas, de suas modalidades e de seus contextos. Em segundo lugar, os conceitos normativos que põem em evidência as interpretações do sentido dos símbolos, que se esforçam para limitar e conter suas possibilidades metafóricas. Estes conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária, que afirma de maneira categórica e sem equívocos o sentido do masculino e do feminino. De fato estas afirmações normativas dependem da

rejeição ou da repressão de outras possibilidades alternativas e, as vezes, há confrontações abertas a seu respeito (quando e em quais circunstâncias, é o que deveria preocupar as(os) historiadoras(es)). A posição que emerge como posição dominante é, contudo, declarada a única possível. A história posterior é escrita como se estas posições normativas fossem o produto de um consenso social mais do que de um conflito. Um exemplo deste tipo de história é dado por aqueles que tratam a ideologia vitoriana da mulher no lar como se ela fosse criada num bloco, como se ela não fosse posta em questão a não ser posteriormente, enquanto que ela foi assunto permanente de divergências de opinião. Um outro exemplo vem dos grupos religiosos fundamentalistas atuais, que quiseram ligar necessariamente suas práticas à restauração do papel "tradicional" das mulheres, supostamente mais autêntico, enquanto que na realidade há poucos antecedentes históricos que testemunhariam a realização incontestada de um tal papel.

O desafio da nova pesquisa histórica é fazer explodir essa noção de fixidez, é descobrir a natureza do debate ou da repressão que produzem a aparência de uma permanência eterna na representação binária do gênero. Este tipo de análise deve incluir uma noção de política bem como uma referência às instituições e à organização social – este é o terceiro aspecto das relações de gênero.

Certos pesquisadores, principalmente os antropólogos, reduziram o uso da categoria de gênero ao sistema de parentesco (fixando seu olhar sobre o universo doméstico e a família como fundamento da organização social). Nós temos necessidade de uma visão mais ampla que inclua não somente o parentesco mas também (em particular para as sociedades modernas complexas) o mercado de trabalho (um mercado de trabalho sexualmente segregado faz parte do processo de construção de gênero), a educação (as instituições de educação somente masculinas, não mistas, ou de co-educação fazem parte do mesmo processo), o sistema político (o sufrágio universal faz parte do processo de construção do gênero). Não tem muito sentido reconduzir à força estas instituições à sua utilidade funcional para o sistema de parentesco, ou sustentar que as relações contemporâneas entre os homens e as mulheres são produtos de sistemas anteriores de parentesco fundados sobre a troca de mulheres. O gênero é construído através do

parentesco, mas não exclusivamente; ele é construído igualmente na economia e na organização política, que, pelo menos em nossa sociedade, operam atualmente de maneira amplamente independente do parentesco.

O quarto aspecto do gênero é a identidade subjetiva. Concordo com a idéia da antropóloga Gayle Rubin de que a psicanálise fornece uma teoria importante para a reprodução do gênero, uma descrição da "transformação da sexualidade biológica dos indivíduos à medida de sua aculturação". Mas a pretensão universal da psicanálise me deixa cética. Mesmo se a teoria lacaniana pode ser útil para a reflexão sobre a construção da identidade sexuada, as(os) historiadoras(es) têm necessidade de trabalhar de maneira mais histórica. Se a identidade de gênero é unicamente e universalmente fundada sobre o medo da castração, a pertinência do questionamento histórico é negada. Mais ainda: os homens e as mulheres reais não cumprem sempre os termos das prescrições da sua sociedade ou de nossas categorias de análise. Os historiadores devem antes de tudo examinar as maneiras pelas quais as identidades de gênero são realmente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente situadas. É surpreendente que as melhores tentativas neste domínio tenham sido, até o presente, as biografias: a interpretação de Lou Andreas-Salomé por Biddy Martin, o retrato de Catharine Beecher por Kathryn Sklar, a vida de Jessie Daniel Ames por Jacqueline Hall e a reflexão de Mary Hill sobre Charlotte Perkins Gilman. Mas os tratamentos coletivos são igualmente possíveis, como o mostram Mrinalini Sinha e Lou Ratté em seus respectivos trabalhos sobre a construção de uma identidade de gênero entre os administradores coloniais britânicos nas Índias, e para os Hindus educados na cultura britânica que se tornaram dirigentes nacionalistas anti-imperialistas.

A primeira parte da minha definição de gênero, então, é composta desses quatro elementos e nenhum dentre eles pode operar sem os outros. No entanto eles não operam simultaneamente, como se um fosse um simples reflexo do outro. De fato, é uma questão para a pesquisa histórica saber quais são as relações entre esses quatro aspectos. O esboço que eu propus do processo de construção das relações de gênero poderia ser utilizado

para examinar a classe, a raça, a etnia ou não importa qual processo social. Meu propósito foi clarificar e concretizar como se deve pensar o efeito do gênero nas relações sociais e institucionais, porque esta reflexão não tem sido feita frequentemente de maneira sistemática e concreta. Mas a teorização do gênero é apresentada em minha segunda proposição: o gênero é uma primeira maneira de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter constituído um meio persistente e recorrente de dar eficácia à significação do poder no Ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas. Como tal, esta parte da definição poderia parecer pertencer à seção normativa de minha argumentação, mas não é assim, pois os conceitos de poder, ainda que reforçando o gênero, não se referem sempre literalmente ao gênero em si mesmo. O sociólogo francês Pierre Bourdieu escreveu sobre as maneiras pelas quais a "di-visão do mundo", fundada sobre as referências às "diferenças biológicas", aquelas que se referem à divisão sexual do trabalho, da procriação e da reprodução, operam como "a mais fundada das ilusões coletivas". Estabelecidos como um conjunto objetivo de referências, os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. Na medida em que estas referências estabelecem distribuições de poder (um controle ou um acesso diferencial às fontes materiais e simbólicas), o gênero torna-se envolvido na concepção e na construção do poder em si mesmo. O antropólogo francês Maurice Godelier assim o formulou: "(...) não é a sexualidade que cria fantasia (*phantasme*) na sociedade, mas antes a sociedade que cria fantasia (*phantasme*) na sexualidade, no corpo. As diferenças entre os corpos que nascem de seu sexo são constantemente solicitadas a testemunhar as relações sociais e as realidades que não têm nada a ver com a sexualidade. Não somente testemunhar, mas testemunhar para, ou seja, legitimar".

A função de legitimação do gênero funciona de várias maneiras. Bourdieu, por exemplo, mostrou como, em certas culturas, a exploração agrícola era organizada segundo conceitos de tempo e de estação que repousavam sobre definições da oposição entre masculino e feminino. Gayatri Spivak fez uma análise rica em implicações de certos textos de escritores

britânicos e americanos. Natalie Davis mostrou como os conceitos de masculino e feminino estavam ligados às percepções e às críticas das regras da ordem social no primeiro período da França moderna. A historiadora Caroline Bynum deu nova luz à espiritualidade medieval pela atenção que trouxe às relações entre os conceitos do masculino e do feminino e o comportamento religioso. Seu trabalho nos permite melhor compreender as formas pelas quais estes conceitos informam a política das instituições monásticas e as crenças individuais. Os historiadores da arte abrem novas perspectivas no momento em que decifram as implicações sociais das representações pictóricas dos homens e das mulheres. Estas interpretações estão fundamentadas na idéia de que as linguagens conceituais empregam a diferenciação para estabelecer o sentido e que a diferença sexual é um modo principal de dar significado à diferenciação. O gênero é então um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Quando as(os) historiadoras(es) buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, elas(eles) começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as maneiras particulares e situadas dentro de contextos específicos, pelas quais a política constrói o gênero, e o gênero constrói a política.

A política não constitui senão um dos domínios nos quais o gênero pode ser utilizado para a análise histórica. Escolhi por duas razões os exemplos seguintes ligados à política e ao poder, no sentido mais tradicional, quer dizer, naquilo que realça o governo e o Estado-nação. Primeiro, porque se trata de um território praticamente inexplorado, já que gênero tem sido percebido como uma categoria antitética às tarefas sérias da verdadeira política. Em seguida, porque a história política – que permanece sempre o modo dominante de interrogação histórica – foi o bastião de resistência à inclusão de materiais ou questões sobre as mulheres e o gênero.

O gênero foi utilizado literalmente ou analogicamente pela teoria política para justificar ou criticar o reinado de monarcas e para expressar as relações entre governantes e governados. Poder-se-ia contar com que os debates dos contemporâneos sobre os reinados de Elizabeth I da Inglaterra e de Catarina de Médicis na França tivessem tratado da capacidade das

mulheres na direção política; mas em um período onde parentesco e realeza estavam intrinsecamente ligados, as discussões sobre os reis homens colocavam igualmente em jogo as representações da masculinidade e da feminidade. As analogias com a relação marital dão uma estrutura para os argumentos de Jean Bodin, Robert Filmer e John Locke. O ataque de Edmund Burke contra a Revolução Francesa desenvolve-se ao redor de um contraste entre as harpias feias e assassinas dos *sans-culottes* (as megeras do inferno, sob a forma desnaturada da mais vil das mulheres) e a feminidade doce de Maria Antonieta, que escapa à multidão "para procurar refúgio aos pés de um rei e de um marido" e da qual a beleza tinha já inspirado a altivez nacional. (É em referência ao papel apropriado ao feminino dentro da ordem política que Burke escreveu, "para que possamos amar a nossa pátria, nossa pátria deve ser amável"). Mas a analogia não concorre sempre ao casamento nem mesmo à heterossexualidade. Dentro da teoria política da Idade Média islâmica, os símbolos do poder político fizeram mais frequentemente alusão às relações sexuais entre um homem e um rapaz, sugerindo não somente a existência aceitável de formas de sexualidade comparáveis às que descreve Foucault (em seu último livro a respeito da Grécia clássica), mas também a incompatibilidade das mulheres com relação a toda noção de política ou de vida pública.

Para que este último destaque não seja interpretado como a idéia de que a teoria política reflete simplesmente a organização social, parece importante notar que a mudança nas relações de gênero pode se produzir a partir de considerações sobre as necessidades de Estado. Um exemplo surpreendente é fornecido pela argumentação de Louis de Bonald, em 1816, sobre as razões pelas quais a legislação da Revolução francesa sobre o divórcio devia ser anulada:

Do mesmo modo que a democracia política permite ao povo, parte fraca da sociedade política, se voltar contra o poder estabelecido, do mesmo modo o divórcio, verdadeira democracia doméstica, permite à esposa, parte fraca, se revoltar contra a autoridade marital... A fim de manter o Estado à salvo dos danos do povo, é necessário manter a família à salvo dos danos das esposas e dos filhos.

Bonald começa com uma analogia, para estabelecer, em seguida, uma correspondência direta entre o divórcio e a democracia. Retomando argumentos bem mais antigos à propósito da boa ordem familiar como fundamento da boa ordem de Estado, a legislação que pôs em ação esta posição redefiniu os limites da relação marital. Da mesma maneira, em nossa época, as ideologias políticas conservadoras desejariam fazer passar toda uma série de leis sobre a organização e o comportamento da família que mudariam as práticas atuais. O nexo entre os regimes autoritários e o controle das mulheres foi bem observado, mas não estudado a fundo. No momento crítico para a hegemonia jacobina, durante a Revolução francesa, na hora em que Stalin se apoderou do controle da autoridade, na tomada do poder nazista na Alemanha ou do triunfo do Ayatolá Komehni: em todas essas circunstâncias, os dirigentes que se afirmam legitimam a dominação, a força, a autoridade central e o poder soberano identificando-os com o masculino (os inimigos, os forasteiros, os subversivos e a fraqueza são identificados com o feminino) e literalmente traduziram este código em leis que põem as mulheres no seu lugar (interditando-lhes a participação na vida política, declarando o aborto ilegal, impedindo o trabalho assalariado das mães, impondo códigos de trajar para as mulheres). Estas ações e sua programação têm pouco sentido nelas mesmas; na maior parte dos casos, o Estado não tinha nada de imediato ou de material a ganhar com o controle das mulheres. Estas ações não podem adquirir um sentido a menos que sejam integradas numa análise da construção e consolidação do poder. Uma afirmação de controle ou de força tomou a forma de uma política para as mulheres. Nestes exemplos, a diferença sexual foi concebida em termos de dominação e de controle das mulheres. Estes exemplos podem nos dar idéias de diversos tipos de relações de poder que se constroem na história moderna, mas esta relação particular não constitui em tema político universal. Segundo modos diferentes, por exemplo, os regimes democráticos do século XX igualmente construíram suas ideologias políticas a partir de conceitos generificados que eles traduziram em políticas concretas: o estado providência, por exemplo, demonstrou seu paternalismo protetor através de leis dirigidas para mulheres e crianças. Ao longo de toda história, certos movimentos socialistas ou anarquistas recusaram completamente as

metáforas de dominação, apresentando de maneira imaginativa suas críticas de regimes ou de organizações sociais particulares, em termos de transformação de identidades de gênero. Os socialistas utópicos na França e na Inglaterra, nos anos 1830 e 1840, conceberam seus sonhos de um futuro harmonioso em termos de naturezas complementares dos indivíduos, ilustradas pela união do homem e da mulher, o "indivíduo social". Os anarquistas europeus foram conhecidos desde muito tempo por sua recusa das convenções do casamento burguês mas também por suas visões de um mundo no qual a diferença sexual não implicaria hierarquia.

Trata-se de exemplos de laços explícitos entre o gênero e o poder, mas eles não são mais que uma parte da minha definição de gênero como forma primeira de significar as relações de poder. Frequentemente a ênfase posta sobre o gênero não é explícita, mas ele não deixa de ser uma dimensão decisiva da organização da igualdade e da desigualdade. As estruturas hierárquicas repousam sobre percepções generalizadas da relação pretensamente natural entre masculino e feminino. A articulação do conceito de classe no século XIX se apoiava sobre o gênero. Quando, por exemplo, na França, os reformadores burgueses descreviam os trabalhadores em termos codificados como femininos (subordinados, fracos, sexualmente explorados como as prostitutas), os dirigentes trabalhadores e socialistas respondiam insistindo sobre a posição masculina da classe trabalhadora (produtores, fortes, protetores das mulheres e das crianças). Os termos desse discurso não se referiam explicitamente ao gênero mas, nas suas referências, eles colocavam em jogo certos "códigos" generificados para estabelecer sua significação. Nesse processo, as definições normativas de gênero, historicamente situadas (e tomadas como as dadas) são reproduzidas e integradas na cultura da classe trabalhadora francesa.

Os assuntos da guerra, da diplomacia e da alta política aparecem seguidamente, quando as(os) historiadoras(es) da história política tradicional põem em questão a utilidade do gênero para seu trabalho. Mas, aqui também, devemos olhar além dos atores e do valor literal de suas palavras. As relações de poder entre nações e o status dos sujeitos coloniais tornaram-se compreensíveis (e então legítimos) nos termos das relações entre masculino e feminino. A legitimação da guerra – sacrificar vidas de

jovens para proteger o Estado – tomou formas diversificadas, desde o apelo explícito à virilidade (a necessidade de defender mulheres e crianças que de outro modo seriam vulneráveis), até a crença no dever que teriam os filhos de servir a seus dirigentes ou ao rei (seu pai), e até as associações entre a masculinidade e o poderio nacional. A alta política, ela mesma é um conceito generificado, pois estabelece sua importância decisiva e sua empresa pública, as razões de ser e a realidade de existência de sua autoridade superior, precisamente graças à exclusão das mulheres do seu funcionamento. O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição masculino-feminino e fundamenta ao mesmo tempo seu sentido. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, tomando parte da ordem natural ou divina. Desta maneira, a oposição binária e o processo social tornam-se ambos partes do sentido do poder ele mesmo; pôr em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema inteiro.

Se as significações de gênero e de poder se constroem reciprocamente, como as coisas mudam? De um ponto de vista geral, respondeu-se que a mudança pode ter várias origens. As desordens políticas de massa que mergulham as ordens antigas no caos e engendram as novas podem revisar os termos (e por isso a organização) do gênero na sua busca de novas formas de legitimação. Mas elas podem não o fazer; as noções antigas de gênero igualmente serviram para validar novos regimes. As crises demográficas, causadas pela fome, pestes ou guerras, algumas vezes colocaram em questão as visões normativas do casamento heterossexual (como foi o caso em certos meios e certos países no correr dos anos 1920); mas elas igualmente provocaram políticas de natalidade que insistiam sobre a importância exclusiva das funções maternais e reprodutoras das mulheres. A transformação das estruturas de emprego pode modificar as estratégias de casamento; ela pode oferecer novas possibilidades para a construção da subjetividade; mas ela pode igualmente ser vivida como um novo espaço de atividade para as moças e esposas obedientes. A emergência de novos tipos de símbolos culturais pode tornar possível a reinterpretação ou mesmo a reescrita da história edipiana, mas ela pode

servir para reatualizar este drama terrível em termos ainda mais eloquentes. São os processos políticos que vão determinar o resultado que carregará – político no sentido que diversos atores e diversas significações se enfrentam reciprocamente para assegurar o controle. A natureza desse processo, os atores e as ações não podem ser determinados senão concretamente, se o situamos no tempo e no espaço. Nós não podemos escrever a história desse processo a menos que reconheçamos que "homem" e "mulher" são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes pois que, quando parecem fixadas, elas recebem, apesar de tudo, definições alternativas, negadas ou reprimidas.

Num sentido, a história política foi jogada no terreno do gênero. É um terreno que parece fixo mas no qual o sentido é contestado e flutuante. Se nós tratamos a oposição entre o masculino e o feminino como sendo problemática mais do que conhecida, como qualquer coisa que é definida e incessantemente construída dentro de um contexto concreto, devemos então perguntar não somente qual é o desafio das proclamações ou dos debates que invocam o gênero para explicar ou justificar suas posições, mas também como as percepções implícitas do gênero são invocadas ou reativadas. Qual é a relação entre as leis sobre as mulheres e o poder de Estado? Por que (e desde quando) as mulheres são invisíveis como sujeitos históricos ainda que nós saibamos que

elas participaram de grandes e pequenos eventos da história humana? O gênero legitimou a emergência de carreiras profissionais? Para citar o título de um artigo recente da feminista francesa Luce Irigaray, o sujeito da ciência é sexuado? Qual é a relação entre a política estatal e a descoberta do crime de homossexualidade? Como as instituições sociais incorporaram o gênero nos seus pressupostos e nas suas organizações? Houve em algum momento conceitos de gênero verdadeiramente igualitários sobre os quais fossem projetados ou mesmo fundados sistemas políticos?

A exploração dessas questões fará emergir uma história que oferecerá novas perspectivas a velhas questões (como, por exemplo, é imposto o poder político, qual é o impacto da guerra sobre a sociedade), redefinirá as antigas questões em novos termos (introduzindo, por exemplo, considerações sobre a família e a sexualidade no estudo da economia e da guerra), colocará as mulheres visíveis como participantes ativas e estabelecerá uma distância analítica entre a linguagem aparentemente fixa do passado e nossa própria terminologia. Além disso, esta nova história abrirá possibilidades para a reflexão sobre as estratégias políticas atuais e o futuro (utópico), pois ela sugere que o gênero deve ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclui não somente o sexo mas também a classe e a raça.

* * *

Referências Bibliográficas

- A. Kuhn. "Structures of Patriarchy and Capital in the Family", In A. Kuhn e A. Wolpe eds. *Feminism and Materialism*. London, 1978.
- Angela Weir e Elisabeth Wilson. "The British Women Movement", *New Left Review*. 148 (Nov./Dec. 1984).
- Ann D. Gordon, Mari Jo Buhle e Nancy Shrom Dye. "The Problem of Women's History", in Berenice Carroll ed. *Liberating Women's History*. Urbana Ill., 1976.
- Ann Snitow, Christine Stansell e Sharon Thompson eds. *Powers of Desire, The Politics of Sexuality*. New York, 1983.
- Barbara Taylor. *Eve and the New Jerusalem*. New York, 1983.
- Biddy Martin. "Feminism, Criticism and Foucault", *New German Critique*. 27 (Fall 1982).
- Kathryn Kish Sklar. *Catharine Beecher: A Study in American domesticity*. New Haven, Conn., 1973.
- Carol Gilligan. *In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development*. Cambridge, Mass., 1982.
- Caroline Walker Bynum. "Fast, Feast and Flesh: The Religious Significance of Food to Medieval Women", *Representations*. 11 (Summer 1985).

- Caroline Walker Bynum. "Introduction", *Religion and Gender, Essays on the Complexity of Symbols* (a ser editado por Beacon Press), 1987.
- Caroline Walker Bynum. *Jesus as Mother: Studies in the Spirituality of the High Middle Ages*. Berkeley, Calif., 1982.
- Catherine McKinnon. "Feminism, Marxism, Method and the State: An Agenda for Theory", *Signs*. 7 (Spring 1982).
- Clifford Geertz. "Blurred Genres", *American Scholar*. 49 (October 1980). Michelle Zimbalist Rosaldo. "The uses and abuses of Anthropology: Reflections on Feminism and Cross-cultural Understanding", *Signs*. 5 (Spring 1980).
- Darlene Gay Levy, Harriet Applewhite e Mary Johnson eds. *Women in Revolutionary Paris, 1789-1795*. Urbana Ill, 1979.
- Denise Riley. "Summary of Preamble to Interwar Feminist History work" (artigo Inédito: Seminário de Pembroke Center). Maio de 1985.
- E. Littré, *Dictionnaire de la langue française*. Paris, 1876.
- Edmund Burke. *Reflections on the French Revolution*. 1892, reed. New York, 1909.
- Edward Shorter. *The Making of the Modern Family*. New York, 1975.
- Elisabeth Fox-Genevieve. "Property and Patriarchy in Classical Bourgeois Political Theory", *Radical History Review*. 4 (Spring-Summer 1977).
- Elisabeth Wilson. *Women and the Welfare State*. Londres, 1977.
- Ellen Ross e Rayna Rapp. "Sex and Society: A Research Note from Social History and Anthropology", *Powers of Desire*. New York, 1983.
- Feminist Studies*. 6 (Spring 1980).
- Friedrich Engels. *The Origins of the Family, Private Property and the State*. 1884 (nova ed. New York, 1972).
- Gayatri Chadkravorty Spivak. "Draupadi by Mahasveta Devi", *Critical Inquiry*. 1 (Winter 1981).
- Gayatri Chadkravorty Spivak. "Three Women's Texts and a Critique of Imperialism", *Critical Inquiry*. 12 (Autumn 1985).
- Gayle Rubin. "The Traffic In Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex", In Rayna R. Reiter ed. *Towards an Anthropology of Women*. New York, 1975.
- Heidi Hartmann. "Capitalism, Patriarchy and Job Segregation by Sex", *Signs*. 1 (Spring 1976).
- Heidi Hartmann. "The Family as the Locus of Gender, Class and Political Struggle: The Example of Housework", *Signs*. 6 (Spring 1981).
- Heidi Hartmann. "The Unhappy marriage of Marxism and Feminism: Towards a More Progressive Union", *Capital and Class*. 8 (Summer 1979).
- Hilda Scott. *Does Socialism Liberate Women?* Boston, 1974.
- Homi Bhabha. "Of Mimicry and Man: The Ambivalence of Colonial Discourse", *October*. 28 (Spring 1984).
- Hugh Armstrong e Pat Armstrong. "Comments: More on Marxism feminism", *Studies in Political Economy*. 15 (Fall 1984).
- Hugh Armstrong e Pat Armstrong. "Beyond Sexless Class and Classless Sex", *Studies in Political Economy*. 10 (Winter 1983).
- J. Auerbach e outras. "Commentary on Gilligan's In a Different Voice", *Feminist Studies*. 11 (Spring 1985).
- Jacques Derrida. *On Grammatology*. Baltimore, 1976.
- Jacques Derrida. *Sours*. Chicago, 1979.
- Jacques Rancière e Pierre Vaudey. "En allant à l'expo: l'ouvrier, sa femme et les machines", *Les Révoltes Logiques*. 1 (Hiver 1975).
- Jane Humphries. "Class Struggle and the Persistence of the Working Classe Family", *Cambridge Journal of Economics*. 1 (1971).
- Jane Humphries. "Working Class Family, Women's Liberation and Class Struggle: The Case of Nineteenth Century British History", *Review of Radical Political Economics*. 9 (1977).
- Jane Jenson. "Gender and reproduction; or Babies and the State" (artigo inédito). Junho 1985.
- Jane Lewis, *The Politics of Motherhood: Child and Maternal Welfare in England 1900-1939*. Montreal, 1980.
- Jane Lewis. "The Debats on Sex and Class", *New Left Review*. 149 (Jan.-Feb.1985).

- Jean Bodin. *Six Books of the Commonwealth*. 1606. reed. New York, 1967.
- Jeffrey Weeks. *Sex, Politics and Society*. New York, 1983.
- Jessica Benjamin. "Masters and slave - The Fantasy of Erotic domination". *Powers of Desire*. New York, 1983.
- Joan Hoff-Wilson. "The Illusion of Change: Women and the American Revolution", in Alfred Young ed. *The American Revolution: Explorations in the History of American Radicalism*. De Kalb Ill, 1976.
- Joan Kelly. "The Doubled Vision of Feminist Theory", *Women, History and Theory*. Chicago, 1984.
- Joan W. Scott. "Men and Women in the Parisian Garment Trades: Discussion of Family and Work in the 1830s and '40s", In Pat Thane e outros, eds. *The Power of the Past: Essays for Eric Hobsbawm*. Cambridge, 1984.
- Joan W. Scott. "Women's History: The Modern Period", *Past and Present*. 101 (1983).
- Johanna Brenner e Maria Ramas. "Rethinking Women's oppression", *New Left Review*. 144 (March-April 1984).
- John Locke. *Two Treatises of Government*. 1690. reed. Cambridge, 1970.
- Jonathan Culler. *On Deconstruction Theory and Criticism after Structuralism*. Ithaca, New York, 1982.
- Juliet Mitchell e Jacqueline Rose eds. *Jacques Lacan and the Ecole Freudienne*. London, 1983.
- Karin Hausen. "The Nations Obligations to the Heroes Widows of World War I", In Margaret R. Higonnet e outros eds. *Women, War and History*. New Haven, Conn., 1986.
- Ken Inglis. "The Representation of Gender on Australian War memorials"(comunicação inédita: Conferência de Bellagion: *Genre, Technologie et Education*). Out. 1985.
- Linda J. Nicholson. *Gender and History: The limits of Social Theory in the Age of the Family*. New York, 1986.
- Linda Kerber. *Women of the republic*, Chapel Hill, N.C., 1980.
- Lou Ratté. "Gender Ambivalence in the Indian Nationalist Movement" (artigo inédito: Seminário Pembroke Center). Primavera de 1983.
- Louis Crompton. *Byron and Greek Love: Homophobia in Nineteenth Century England*. Berkeley, Calif., 1985.
- Louis Devance. "Femme, famille, travail et morale sexuelle dans l'idéologie de 1848", *Mythes et représentations de la femme au XIXème siècle*. Paris, 1976.
- Louis Montrose. "Shaping Fantasies": Figurations of Gender and Power in Elisabethan Culture", *Representations*. 2 (Spring 1983).
- Louise A. Tilly e Joan W. Scott. *Women, Work and Family*. New York, 1978.
- Luce Irigaray. "Is the Subject of Science Sexed?" *Cultural Critique*. 1 (Fall 1985).
- Lynn Hunt. "Hercules and the Radical Image in the French Revolution", *Representations*. 2 (Spring 1983).
- Margareth Rossiter. *Women scientists in America: Struggle and Strategies to 1914*. Baltimore Md., 1982.
- Marilyn Arthur. "Liberated Woman: The Classical Era", In Renate Brithntal e Claudia Koonz eds. *Becoming Visible*. Boston, 1976.
- Mary A. Hill. *Charlotte Perkins Gilman: the making of a radical feminist, 1860-1896*. Philadelphia, 1980.
- Mary Beth Norton. *Liberty's Daughters: The Revolutionary Experience of American Women*. Boston, 1980.
- Mary Lindon Shanley. "Marriage contract and Social Contract in Seventeenth Century English Political Thought", *Western Political Quarterly*. 32 (March 1979).
- Mary Lynn McDougal. "Protection Infants: The French Campaigns for Maternity Leaves, 1890-1913", *French Historical Studies*. 13 (1983).
- Mary O'Brien. *The Politics of Reproduction*. London, 1981.
- Maurice Godelier. "The Origins of male Domination", *New York Left Review*. 127 (May/June 1981).
- Maxime Molyneux. "Mobilization without Emancipation? Women's Interests, the State and Revolution in Nicaragua", *Feminist Studies*. 11 (Summer 1985).
- Michel Foucault. *Histoire de la Sexualité*, vol. 2: *L'Usage des plaisirs*. Paris, 1984.

Michel Foucault. *Power/Knowledge : Selected Interviews and Other Writings, 1972-77*. New York, 1980.

Michel Foucault. *The History of Sexuality*, vol.I, An Introduction. New York, 1980.

Michelle Barret. "Rethinking Women's oppression: A Reply to Brenner and Ramas", *New Left Review*. 146 (July-August 1984).

Molra Gatens. "A critic of the Sex/Gender Distinction", In J. Allen e P. Paton, eds. *Beyond Marxism? Interventions after Marx*. Sydney, 1983.

Mrunalini Sinha. "Manliness: A Victorian Ideal and the British Imperial Elite in India" (artigo inédito). Departamento de História, State University of New York, Stony Book, 1984.

Nancy Chodorow. *The Reproduction of Mothering: Psychoanalysis and the Sociology of Gender*. Berkeley, Calif., 1978.

Denise Riley. *War in the Nursery*. London, 1984.

Natalie Zemon Davis. "Women's History In Transition: The European Case", *Feminist Studies*. 3 (Winter 1975-76).

Natalie Zemon Davis. "Women on Top", *Society in Early Modern France*. Stanford, Calif., 1975.

Oxford English Dictionary, ed.1961.Vol.4.

Papers on Patriarchy: Conference. Londres, 1976.

Pierre Bourdieu. *Le sens pratique*. Paris, 1980.

Rachei Weil. "The Crown has Fallen to the disaff: Gender and Politics In the Age of Catharine de Medici", *Critical Matrix* (Documents de Travaux d'Etudes Féminines de Princeton). 6 (1985).

Raymond Williams. *Keyword*. New York, 1983.

Robert Riltner. *Patriarchy and Other Political Works*, apres. por Peter Laslett. Oxford, 1949.

Roderick Phillips. "Women and Family Breakdown in the Eighteenth Century in France: Tpuen 1780-1800", *Social History*. 2 (May 1976).

Rosalynd Coward. *Patriarchal Precedents*. London, 1983.

Rudolph Schlessinger. *The Family in the URSS: Documents and Readings*. London, 1949.

Sally Alexander. "Women, Class and Sexual Difference", *History Workshop*. 17 (Spring 1984).

Sheila Rowbotham, Sally Alexander e Barbara Taylor In Raphael Samuel ed. *People's History and Socialist Theory*. London, 1971.

Shulamith Firestone. *The Dialectic of Sex*. New York, 1970.

Social Research. "Women and Morality". Número especial (1983).

Steven Hause. *Women's Suffrage and Social Politics in the French Third Republic*. Princeton, N.J. 1984.

T.J. Clarke. *The Painting of modern Life*. New York, 1985.

Teresa de Lauretis. *Alice Doens't: Feminist Semiotics, Cinema*. Bloomingtons, Ind., 1984.

Thomas Dublin. *Women at Work: The Transformation of Work and Community in Lowell, Massachussets, 1826-1860*. New York, 1979.

Tim Mason. "Women In Germany 1925-1940: Family, Welfare and Work", *History Workshop*. 2 (Autumn 1976).

Tim Mason. "Women in Nazi Germany", *History Workshop*. 1 (Spring 1976).

Zillah Eisenstein. *Capitalist Patriarchy and the Case for Socialist Feminism*. New York.

Tradução de Guacira Lopes Louro de *Les Cahiers du Grif - le genre de l'histoire*, n. 37/38. Paris, Éditions Tierce, 1988.

Obs: as notas foram suprimidas nesta versão.

Histoire des Femmes: uma revisão bibliográfica

ELIANE MARTA TEIXEIRA LOPES

Este texto pretende expor, de maneira sucinta e organizada, embora reconhecidamente e inevitavelmente limitada, alguns livros e artigos que marcaram a trajetória dessa linha de pesquisa chamada, em um certo momento, entre os franceses, de 'Histoire des Femmes'. Pouco desenvolvida entre nós no campo da História, praticamente inexistente se pensarmos a educação da mulher em uma perspectiva histórica. Nosso objetivo é o de colocar disponível, para um maior número de leitores da área de Educação, além de algumas referências bibliográficas, o debate em torno da questão, tal como vem se dando na França, não desconhecendo, contudo, que ele se dá, em direções semelhantes embora não as mesmas, em outros países, como a Inglaterra, os Estados Unidos e o Canadá.

I

Em 1979 é publicado em Paris o livro de ensaios 'L'histoire sans qualités'. A capa mostra 'La Blanchisseuse' de Toulouse Lautrec: uma mulher de avental, às voltas com roupas. Na quarta capa um desenho mostra as autoras dos ensaios. O livro é uma coletânea de textos sobre a identidade histórica das mulheres.

Pesquisa atual. Nesse momento do feminismo não se trata de escapar das difíceis realidades da busca do passado, mas de nele reconhecer a espessura e o sentido do presente. Pesquisa a muitas vozes. Não se trata de construir uma imagem unificada, nem edificante através desses fragmentos de uma outra história.

Um livro certamente marcante e que será referência para quantos queiram refletir sobre a questão. São sete pequenos ensaios. Vejamos do que falam.

L'histoire ébrutée² - Mulheres na sociedade pré-revolucionária parisiense. Arlette

Farge

Não se trata de preencher um branco falando das mulheres e de sua história, porque não há um branco a preencher. É preciso, ao contrário, passar em negrito os contornos de um desenho apagado, mas bem traçado, do qual ninguém até agora se ocupou. Reconhecer situações em que as análises históricas não exploraram a relação entre o feminino e o masculino, desconhecendo a força motriz de acontecimentos que foram analisados sem levar em conta este fato. As cidades do século XVIII eram um lugar privilegiado onde o novo mundo estava em gestação. Nessa desordem, a divisão dos papéis sexuais não obedece a um código fixo e rígido e a turbulência das mulheres do povo, suas estratégias cotidianas aí se manifestam claramente como força de iniciativa e transformação.

Vozes Irregulares: Flora Tristan e George Sand, ambivalência de uma filiação. Pascale Werner

O mito da excluída e o mito da mulher liberada.

Uma violência paradoxal. Nas fontes de um desafio, as mulheres terroristas nos anos de 1880. Christine Fauré

A ação das mulheres terroristas russas que nos anos de 1880 se lançaram contra o despotismo explicitam o desejo de afirmação social recusado ao seu sexo e colocam a questão da relação entre a mulher e o poder do Estado.

Primeiras armas intermezzo, récit. A infância de uma mulher ou os vestígios de uma história. Elisabeth Salvaresi

A mulher popular rebelde. Michelle Perrot³
A mulher Imaginária dos homens - Política, Ideologia e Imaginário no movimento operário. Christine Dufrancatel

Por que os discursos sobre as mulheres não se transformam em política? Por que isso permanece palavra de homem? Por que é que não é nesse tipo de palavra que a mulher pode se exprimir?

As faladelas - Feminismo e moralismo.

Genevieve Fraisse

É permitido às mulheres falar; é permitido às mulheres contar sua história social e política. Hoje o mundo masculino tolera nossos discursos; mas ele os escuta? É preciso se interrogar sobre os discursos feministas do século XIX e começo do XX. Ainda que heterogêneos no seu conteúdo político, todos estão impregnados de moralismo. A que atribuir esse domínio da moral?

No Prefácio, Pascale Werner vai nos dizendo da história que se fez e da história que se quer fazer. E cita Michelet, expoente de uma posição que se prolongou:

'A história que nós colocamos no feminino é um rude e selvagem macho, um viajante bronzeado e empoeirado... Natureza é uma mulher.' O território do historiador permaneceu longo tempo exclusivo de um sexo, paisagem enquadrada sobre os lugares onde se exerce o poder dos homens e seus conflitos, expulsando para fora dos seus limites os lugares das mulheres. (...) Quantas resistências ainda a vencer para reconhecer que a história é sexuada... Artesãs do cotidiano no sentido forte do termo, quando o artesanato significa invenção e engenhosidade, saber e poder fazer, as mulheres criaram na precariedade do dia a dia, esta malha, a mais fina do tempo social, em torno da qual a história se faz ou desfaz (...) Saindo do mito para entrar na história, arrisca-se de aí encontrar o retrato de uma ilusão. Estranha impressão de repetição a cada eclosão do feminismo, como se a história das mulheres ficasse sempre no mesmo lugar, movimento de fluxo e refluxo, voltando sempre ao lugar de saída, sempre disperso pelo mesmo impasse, a divisão entre o masculino e o feminino, essa troca desigual que se reproduz na desigualdade. Mas é lá onde essa história se amarra que ela pode se desamarrar e é nessas tensões e nesses distanciamentos que podemos descobrir nossas referências. Portadoras dessa história sem qualidades, portadoras dessa história não identificável através das qualidades reconhecidas pelos hábitos dominantes, as mulheres deslocam, sem dúvida, os limites de uma representação cristalizada do mundo.

II

Em 1983 várias autoras desses ensaios acima referidos e outros pesquisadores reuniram-se para um Colóquio no College d'Echanges Contemporains de Saint- Maximin, cujo tema era **'L'historie des femmes est-elle possible?'**. O debate se organizou em torno de

questões como: - como a história pode mudar a percepção do historiador e suas problemáticas? - que críticas pode-se fazer às linhas e problemáticas utilizadas até aqui nesse campo de pesquisa?

Pode-se falar de pelo menos duas publicações a partir daí: o artigo de Arlette Farge publicado no Boletim nº 3 do CRIF (Centre de Recherches de Réflexion et d'information féministes) no outono de 1983 e o livro que leva o mesmo título do Colóquio, por iniciativa de Alain Paire e sob a direção de Michelle Perrot⁴.

Segundo Arlette Farge, desde o início de sua preparação, ficou claro que era importante pedir a participação a colegas homens que tivessem trabalhado de alguma forma com a questão, pois isso permitiria uma discussão mais profunda do problema e exigiria deles uma certa obrigação de se definir em relação a um tema sobre o qual são, habitualmente, muito silenciosos. Ao mesmo tempo, face a eles, poder-se-ia estabelecer o seguinte debate: como a história das mulheres pode mudar a percepção do historiador e suas problemáticas? Esta interrogação colocada àqueles que majoritariamente escrevem a História, dirigem seus caminhos, políticas e financiamentos, poderia esclarecer que não se trataria de criar um **"gueto-álibi"** onde as mulheres pudessem juntas tratar de seu passado, mas de discutir, antes de mais nada, essa problemática na escritura geral da História. "Existe aí ambição, absolutamente legítima, e não como se poderia crer, um curvar-se cerimonioso diante daqueles que nos governam".

Se a História das mulheres já possuía uma história era preciso, naquele momento, se debruçar sobre algumas questões: que objetos e que sujeitos emergiram ou foram escolhidos? Interrogar-se sobre as fontes e suas possíveis leituras, sublinhar as tentativas específicas, saber enfim se se produziu alguma coisa nova, seja em relação ao vocabulário ou aos conceitos, reunir os eixos privilegiados da reflexão etc. Essas interrogações levariam ao reconhecimento tácito de que o campo fora construído de maneira empírica, para responder a questões políticas e existenciais, sem a preocupação com definições teóricas.

Assim, as comunicações foram elaboradas a partir de questões que emergiram da prática da história de mulheres levada a efeito por historiadores e historiadoras. A saber:

- Como nasceu a história das mulheres; que temas inicialmente privilegiou; como as institui-

ções e a mídia receberam; de como é impossível separar a história das mulheres da maneira como ela foi concebida (Arlette Farge).

- A demografia histórica e a quantificação das mulheres; os buracos na memória daqueles que contam e informatizam (Cristhiane Klapisch).

- Pode-se falar em cultura feminina? (Agnes Fine).

- A história das mulheres passa pela história de seus corpos? (C. Fouquet).

- A chegada de um tema historiográfico: o masculino e o feminino. Sua história, sua crítica (Jacques Revel).

- História da diferença de sexos nas sociedades arcaicas (Pauline Schmitt).

- As fontes orais e a experiência de sua utilização privilegiada para a história das mulheres (Sylvie Ven de Castele e Daniele Voldmann).

- Uma história da mulher é possível sem a elaboração paralela de uma história da condição masculina? (Alain Corbin).

- Cronologia e história das mulheres: nova leitura da cronologia e sua possível feminização (Yvonne Knibiehler).

- A história do feminismo: a esquecida da história das mulheres; sua historiografia crítica (Genevieve Fraisse).

- As mulheres, o poder, a história: necessidade de se colocar a questão do poder das mulheres, de sua evolução e de sua eficácia como representação (Michelle Perrot).

A expectativa de Arlette Farge em relação a esse Colóquio era:

... um momento privilegiado que permitirá ir mais longe e diferentemente; ao mesmo tempo, uma verdadeira satisfação, pensar que esses dez anos permitiram balançar o sexismo presente na historiografia, mesmo se esses dez anos se fizeram no corpo a corpo, sem programa e sem um a priori teórico. Era preciso construir, opor um saber a outro; nós o fizemos.

A maioria desses temas discutidos foram transformados em artigos no livro dirigido por Michelle Perrot, já citado, e podem permitir captar os problemas que essa linha de pesquisa vem enfrentando e que questões operatórias é preciso não negligenciar. No Prefácio:

Após um tempo de ~~acumulação~~ primitiva é tempo de se interrogar: que significa exatamente essa linha? quais foram suas raízes e suas necessidades? quais são seus resultados e seus efeitos? que saber ela produziu? por que e para quem? em

suma: onde se está?

Após um tempo de perplexidade e de se colocar a pergunta: as mulheres têm uma história? não se duvida mais que as mulheres têm uma história e que produzem história. Logo, pode-se escrever essa história, mas não sem antes discutir os problemas que já apresenta. Hoje as mulheres estão na ordem do dia, nas Universidades, nas Academias, nas revistas de divulgação ou nas científicas; mas não convém ceder à ilusão: quantitativamente o lugar que ocupam é muito modesto, um capítulo suplementar a acrescentar, sem modificar o conjunto. Pode-se de fato duvidar que essa produção nova tenha mudado a natureza do olhar histórico, tantos são os silêncios que continuam a reinar e o silêncio a prevalecer. Diante disso não se deve interrogar sobre seu conteúdo e seus métodos? É preciso se debruçar sobre as dificuldades intrínsecas e extrínsecas:

Fontes:

- Os fatos e gestos atinentes à História das mulheres não são aqueles que habitualmente prendem a atenção dos observadores, daqueles que registram fatos. Dessa maneira será difícil encontrá-los registrados nas fontes primárias mais recorrentemente utilizadas.

- O discurso normativo sobre o que as mulheres deveriam ser, em geral, mascara o que eram.

- O olhar sobre a mulher é sempre mediado. É fundamental decodificar a natureza dessa mediação.

- Deve-se buscar explorar todas as fontes clássicas, às quais convém colocar novas questões, pois é o olhar que constitui o objeto.

- Os documentos jamais falam por si mesmos. O ponto de vista que se lhes aplica consegue extrair coisas diferentes e reconstrói diferentemente a informação.

- As fontes orais nos permitem escutar as silenciadas da história, levando em conta que como documentos orais não são uma panacéia; como qualquer outro requerem crítica e elaboração. Esses textos, em geral extremamente saborosos, fazem passar para o outro lado do espelho e, desse ponto de vista, são insubstituíveis.

Conteúdo:

O que se fez até aqui foi um inventário daquilo que foi esquecido, daquilo que foi perdido. Hoje já se pergunta pelas causas desse esquecimento. Não se trata mais de fazer uma história da infelicidade feminina, uma história dicotômica, mas de enveredar pelas zonas mistas de fronteiras imprecisas, muito mais ricas de serem

exploradas.

Objeto:

Os objetos de estudo pesquisados até aqui pertenciam ao campo dos papéis ditos **naturais** das mulheres: maternidade, prostituição, parto. No máximo chegava ao trabalho de mulheres, a representação na literatura e suas lutas. O corpo da mulher era tomado no seu sentido biológico. **O que se busca hoje não é mais o sexo no seu sentido biológico, mas o gênero, definido pelos papéis, práticas culturais e representações simbólicas.**

A questão maior, segundo Perrot, é a da relação entre os sexos, da diferença entre os sexos. Trata-se de cessar de brandir a misoginia como explicação do lugar dado às mulheres e interrogar as práticas sociais, os tipos de discursos e representações, evitando as dicotomias natureza/cultura, doméstico/público. Trata-se de encarar de frente e aceitar a ambivalência das coisas, preferindo às zonas de divisão muito claras as de conflito e contradições. **Não se trata de constituir um novo território que será a história das mulheres, tranqüila concessão onde elas poderão se lamentar à vontade ao abrigo de toda contradição, MAS de mudar o olhar, a direção do olhar histórico, colocando a questão da relação entre os sexos como central.**

Jacques Revel vai retomar essa questão da relação entre os sexos no seu artigo **"Masculino/Feminino: sobre o uso historiográfico dos papéis sexuais"**. Seu objetivo é refletir sobre a utilização de um conjunto de categorias, os papéis sexuais, na análise histórica, a partir de um pequeno número de trabalhos recentes⁵. Segundo Revel, até pouco tempo, os historiadores pareciam ignorar que as sociedades que estudavam eram divididas também em sexos. Tratavam-nas como se fossem, não necessariamente masculinas, mas **neutras**. A redução das categorias de sexo à sua determinação biológica foi o que mais impediu que se pensasse na sua existência e suas funções sociais. Uma sensibilidade nova para a história, que inclui a explosão feminista pós 68 e a anexação de territórios contíguos à História como a Antropologia, a micro-história, acabaram por criar uma nova percepção da história social. Mas todo esforço ainda se dirige para o pólo feminino, enquanto que o território masculino parece permanecer no anonimato das causas perdidas. Para o autor,

parece desejável que a história dos papéis femininos deixe de ser escrita como uma história à parte, precisamente para que ela possa encontrar um estatuto e um lugar na história social global, onde as práticas femininas e as práticas masculinas encontram sua verdadeira significação.

Em **"Prática e efeitos da História das Mulheres"**, Arlette Farge⁶ se pergunta: em que ponto está a história das mulheres? qual sua relação com a História como área de conhecimento? Resumindo, vejamos:

Na verdade, houve um significativo crescimento de pesquisas feitas por mulheres, sobre mulheres, mas essa apropriação do tema se fez sem a renovação de problemáticas de conjunto. Acrescenta-se uma tese, um capítulo a uma tese, sem se interrogar verdadeiramente o conceito de "diferença entre os sexos". Frequentemente permanece subjacente e constantemente utilizada a dialética da opressão e da dominação que não permite que se faça uma história social econômica e política de confrontação entre os sexos. Muitas análises não conseguem deixar de ser enunciados tautológicos postulando desde o começo aquilo que se encontrará forçosamente no fim. Nos trabalhos que dizem respeito ao século XVIII e XIX, existe uma grande predileção por discursos e textos normativos. Isso é natural, se se pensa na dificuldade de fontes. São textos escritos por filósofos, médicos, padres, teólogos, juristas, educadores sobre a mulher e seus perigos, sua anatomia e fisiologia, suas doenças e suas funções. São textos que revelam uma visão das relações entre os mundos masculino e feminino e as dificuldades e até violências exercidas por um sobre o outro. Os textos escritos a partir desse tipo de material são, em geral, marcados por enorme indignação diante daquilo que se pôde escrever em outras épocas. No entanto, é necessário colocar outras questões sobre os textos, sobre as formas de discurso, sobre sua recepção, a periodização de suas semelhanças e diferenças, sua função social e política. Um pouco como se tragados por um espelho, os autores tornam-se prisioneiros e repetem ao infinito, através de um jogo de ecos sutis, o que já foi dito, sem chegar a perceber aquilo que os textos estudados produziram como subprodutos (transgressões ou mesmo indiferenças) e aquilo que construíram ou impediram de ser construído em um espaço social de uma época. Submetidos ao objeto passam assim, frequentemente, da indignação à fascinação. Como se o discurso estudado fosse mais forte que o olhar

pousado sobre ele; como se as imagens evocadas não cessassem de fazer efeito. É preciso interrogar essa fascinação, refletir sobre suas motivações e se preocupar em contrapartida com os textos normativos nos quais o homem é o objeto de recomendações. É provável que exista uma inconsistência de ordem metodológica e intelectual quando se analisam pedaços de vida de mulheres sem confrontá-los àqueles de vidas dos homens. A história de mulheres tem mantido uma relação ambivalente com o passado. Certos trabalhos propõem uma idéia de progresso da condição feminina ao longo do tempo, outros a de uma permanência eterna de um estatuto desvalorizado. Como se a História fosse forçosamente linear e descuidada em relação aos avanços e aos recuos; como se o presente saísse intacto de um passado cristalizado. Reconstituir a história das identidades culturais, sociais e políticas das mulheres é evitar de "congelá-la" entre duas imagens imóveis e conformes à realidade: aquela de um passado concluído ou aquela de um presente paralisado pela tradição. A História é o lugar das contradições, das idas e vindas, dos "acavalamentos", em que as coerências e as incoerências têm seu justo lugar; não é e não pode ser um lugar de perenidades. A autora chama ainda a atenção sobre uma muito recente e bem-vinda produção masculina, ainda que vinda de historiadores com menos prestígio. A fascinação que os textos normativos exercem sobre as mulheres parece ser exercida também sobre esses homens. Sob o pretexto de pôr às claras a misoginia de certos textos assiste-se a uma curiosa aliança (quase cumplicidade) com eles. O vocabulário é guloso e jubilatório e o leitor fica sem saber se o autor enuncia ou acentua os efeitos dos textos deslizando subrepticamente, ele mesmo, em direção a essa misoginia que dizia culpada no começo... O importante seria estabelecer enfim uma história das tensões entre os papéis masculinos e femininos e fazer tanto de seus conflitos, como de suas complementaridades uma articulação que atravessaria o "récit" histórico. Não se trata de constituir um campo fechado do saber, mas ao contrário, seria necessário renovar o questionamento dos historiadores introduzindo a noção de diferença entre os sexos, cercando os momentos sucessivos e frequentemente simultâneos em relações de força, indiferenças, lutas de poderes, ódios e desejos entre homens e mulheres, que construiriam não apenas o conjunto do tecido social e político, mas dividiram

o sistema cultural e seu imaginário. Não se trata mais de estabelecer invariantes definitivas de um lado ou de outro, mas de retrair minuciosamente as transformações e as diferenças, destacando a importância das diferenças sociais e tensões econômicas no próprio interior da divisão entre os sexos.

III

Poderíamos comentar ainda outros artigos que trabalham as questões metodológicas que dizem respeito não apenas a essa maneira de fazer História, chamada de história das mulheres, mas a uma história que está subvertida pela "entrada em cena de novos atores sociais". Mais vale é ler o livro. No entanto, ainda para localizar a questão na historiografia francesa, é preciso que se fale de um terceiro momento⁷ ou de uma terceira fase dessa produção coletiva que exprime uma certa tendência mais geral. Trata-se da utilização da palavra **gênero** no âmbito das pesquisas e reflexões que incluem a mulher⁸. O assunto é bem tratado pelo *Cahiers du GRIF*⁹, que dedicou um número duplo em 1988 ao exame da questão. O título da obra é **"Le Genre de l'Histoire"** e na quarta capa uma pergunta aparentemente banal: "De qual gênero é esta história do gênero humano?" Nele se inclui a tradução para o francês do artigo de Joan Scott, "Gênero: uma categoria útil de análise histórica".

Esse número dos *Cahiers* pretende abrir, dentro de um determinado domínio do saber, a questão da prática e do conceito de pesquisas feministas, tal como evoluiu desde sua aparição. Pergunta-se: qual seria o critério que permitiria qualificar uma pesquisa de feminista? Pesquisa feminista é aquela pesquisa realizada por mulheres? Ao que parece não basta ser uma pesquisadora e também não basta ter como objeto de estudo as mulheres.

É o quadro de leitura que ela produz e aplica ao campo do saber, e no limite de todo saber, e pelo qual ela modela ou remodela, sobretudo constrói esse saber. Esse quadro de leitura toma por parâmetro a noção de **gênero** (gender; genre) tal como as feministas americanas elaboraram, a saber, o parâmetro do que nós chamamos em francês *'la différence des sexes'* (a diferença dos sexos), mas uma diferença que inclui a dissimetria dos diferentes e sua articulação em termos do poder. (...) Assim, as pesquisas feministas produzem efeitos em todo campo do saber (e não apenas no campo delimitado pelo objeto-mulher) e elas podem potencialmente ser conduzidas por outros

que não mulheres. Se se considera que o campo do saber é um campo construído e que ele foi até aqui construído na *ignorância do gênero* (da diferença dos sexos), isto é, do ponto de vista de um só sexo, as pesquisas feministas tendem a reconstruí-lo a partir disso que foi recalçado.

Essa reconstituição visaria a elaborar um campo de saber que se desenvolvesse paralelamente, a partir desses atores que seriam as mulheres? Ou visaria a elaborar um campo complexo onde apareceriam constantemente as tensões provocadas pela divisão sexuada dos atores? Os dois, sem dúvida, o primeiro sendo necessário e de uma certa maneira preliminar ao estabelecimento do segundo. Por exemplo, a periodização da história ou a determinação e a hierarquia das formas literárias não são as mesmas segundo o ponto de vista dos atores privilegiados, mesmo se sua validade possa e deva ser reconhecida. O primeiro passo é tornar reconhecida a *sexuação do saber*, ficando entendido que a elucidação desses pressupostos não arruína, mas consolida o valor de uma reflexão nesses limites. O segundo passo seria o de tornar claras as tensões que o duplo registro sexuado impõe ao saber e à realidade.

Em resumo recusa-se, nesse grupo e nesse momento, o nome **Histoire des Femmes**, História das Mulheres, considerando-se que essa denominação isola e marginaliza o saber produzido, em relação às instituições e aos sistemas estabelecidos de saber, que lhe nega, de saída, um valor geral. Quando se fala de mulheres (*femmes*) de qual mulher se fala? Além disso, considera-se que não se pode escrever essa história independente daquela de relações de poder, nem da "história dos homens". Assim, o que pretende é, não uma História das Mulheres, mas uma reintegração das mulheres na História. O *gênero* poderia ser uma boa saída teórica para a questão, pois sendo uma noção relacional, seria uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos, e a primeira maneira de significar as relações de poder.

Em recente publicação¹⁰ Arlette Farge retoma a questão mais ou menos na mesma perspectiva:

O arquivo fala 'dela' e a faz falar. Motivado pela urgência, se impõe um primeiro gesto: encontrá-la, como se colhe uma espécie perdida, uma flora desconhecida, fazer seu retrato como se refaz um esquecimento, marcar cada traço como se exhibe uma morta. Gesto útil do colecionador, mas gesto inacabado; tornar visível a mulher lá onde a história omitia sua visibilidade obriga a um corolário: trabalhar sobre a relação entre os sexos, fazer

dessa relação um objeto da história.

IV

Talvez agora caiba a pergunta: como é que a educação passou a pensar sua história dentro de todo esse movimento?

Em 1976 o número especial de **"Temps Modernes"**¹¹ marca um momento importante. Diversos historiadores dele participam e alguns, bem conhecidos, emprestam sua marca a uma nova maneira de perceber a história da educação. Os títulos são sugestivos: "Pour Émile et par Émile. Sophie, ou l'invention du ménage"; "La petite fille, sa mère et l'institutrice"; "Historiettes pour Fillettes" etc.

A apresentação, assinada por Leila Sebban-Pignon, esclarece as intenções do grupo que se reuniu para escrever:

Não foi dito que esse trabalho sobre educação de meninas deveria ser restrito às mulheres. No entanto e sem a exclusão premeditada dos homens, mulheres que não se conheciam até então se reuniram para refletir, interrogar-se, exprimir dificuldades e incertezas sobre um trabalho que elas conduziam sozinhas, a duas, ou em grupo a partir de um projeto determinado. (...) Em conjunto e cada uma do lugar de sua prática – cultural, profissional, política – procurou-se constituir uma arqueologia da educação das meninas. E esta pesquisa obriga a um *détour* pela infância da mulher – sua história – sua origem, seu lugar ainda esquecido na história, guardado na memória de homens e mulheres, nos arquivos e livros esquecidos. Tudo a ser dito, a ser escrito.

(...) Nosso desejo de escrever sobre *meninas* era nosso desejo de escrever sobre nós, diferindo, talvez, o momento do 'Eu'. E entrevistamos: textos, imagens, mães, pais, educadoras... mais que a nós mesmas diretamente. Desvio que não impediu a cada uma de estar comprometida neste trabalho, mas de forma diferente. Uma mulher existe. Uma menina existe. Existiu em toda mulher. Mas insiste-se em negar. É o que diz o discurso contra as mulheres: a menina é criança, futura mulher, aluna, indivíduo, jamais menina.

Denunciar, recusar com violência toda opressão, manipulação, mutilação. Interrogar-se, trabalhar, lutar para ocupar de maneira diferente um espaço conquistado, e não concedido, como menina, mulher mãe, educadora – pois são as mulheres que continuam a educar as meninas. Viver, sonhar, criar um novo imaginário que curve o político às suas exigências.¹²

Ao que parece, por todas as citações e referências a essa revista que aparecem daí para frente em trabalhos sobre a questão, ela foi um marco decisivo na constituição desse campo de pesquisa.

Em 1980 o nº 2 da revista **Penelope**,¹³ realizado por Genevieve Fraisse, nos dá o panorama do que acontecia no campo das pesquisas nessa área. No "Mode d'Emploi" ou naquilo a que poderíamos chamar Apresentação, adverte que se tratava mesmo de educação de meninas, pois não se fazia esta da mesma maneira que se fazia a dos meninos. Este, o da educação dos meninos, é um campo de pesquisas que vai por si, pois quando se fala em história da educação é sempre da educação dos meninos que se trata. Nessa revista diferentes pesquisadores nos apresentam resumos de dez linhas de pesquisas.¹⁴ O grupo de pesquisadoras que trabalham no Centro responsável por este trabalho estará, daí para frente, sempre presente em publicações que se propõem a debater a questão da história das mulheres, seja ela voltada para a educação ou para qualquer outra problemática.

No campo das publicações de livros, tomarei três que a mim – naturalmente – me pareceram mais instigantes e sugestivos de pesquisas entre nós¹⁵. "L'éducation des filles au temps des Lumieres", de Martine Sonnet, "Saintes ou Pouliches l'éducation des jeunes filles au XIXe siècle" de Isabelle Bricard e "De meres en filles l'éducation des françaises 1850-1880" de Marie-Françoise Lévy.

O livro de Martine Sonnet, como o título deixa claro, está situado no século XVIII. O que pretende é ler, pela primeira vez, o destino pedagógico das pequenas parisienses dos séculos XVII e XVIII. Daniel Roche, que prefacia o livro, faz uma constatação logo na primeira linha de seu Prefácio, alentadora aos historiadores da educação. Diz ele: "De vinte anos para cá, a história da educação se transformou completamente, na França e por toda parte". É nessa perspectiva de ruptura com a história das idéias pedagógicas que se inscreve esse livro.

A autora mostra em um texto extremamente bem escrito e sobretudo bem fundamentado que a educação das meninas era diferente e em que era diferente e porque era diferente da dos meninos. E, ainda, que a escola parisiense também contribuiu para formar e divulgar uma imagem tradicional da mulher através da pedagogia da vigilância e de uma modesta instrução. Era preciso formar boas cristãs, dar a

todas os princípios e os modos que guiam e ajudam na vida visando à salvação. Tratava-se de formar cidadãos competentes que soubessem ler, escrever e sucintamente contar, e que assim pudessem ajudar os pais de família nos seus negócios. O lar, o atelier, a loja, o trabalho, a família, todos se beneficiariam dessas "aquisições" pedagógicas. Trata-se enfim de formar donas de casa ensinando-lhes **saberes úteis**: costurar, remendar, tricotar, fazer a renda, o que já é uma profissionalização. De um lado ao outro da cadeia pedagógica, a edificação, a moralização, a espiritualização, fazem do sistema educativo um instrumento eficaz para introduzir as jovens parisienses na '**civilização das civilidades**'¹⁶.

O livro é dividido em seis capítulos: 1. As escolas da cidade; 2. As parisienses na escola; 3. Do regulamento à prática cotidiana; 4. Maneiras de aprender; 5. As pequenas ciências que convêm às meninas; 6. Sair da escola, entrar na vida.

Após uma pequena, mas precisa conclusão – são apenas três páginas – chega-se à parte que mais surpreende e maravilha o pesquisador da história da educação no Brasil. São os Anexos e o Inventário das fontes e Bibliografia. Nos Anexos temos a transcrição de documentos tais como 'Anuário de ensino feminino em Paris' que vem a ser uma pequena estatística do que acontecia na cidade em termos de educação; 'Inventário dos móveis da Casa real do Enfant-Jésus'; 'Emprego do tempo nos pensionatos das Ursulinas'. O inventário das fontes (elas existem!) é organizado segundo o tipo de fonte (manuscritas ou impressas) e segundo sua localização e código. As fontes impressas são organizadas por grandes assuntos (por exemplo: Congregações Femininas de Ensino, Escolas Paroquiais de Caridade etc). O mesmo é feito com as indicações bibliográficas: O espaço parisiense e seus habitantes no século XVIII; As mulheres, a infância e a vida familiar no Antigo Regime; A educação no Antigo Regime: estudos gerais e sobre os meninos; A educação das meninas no Antigo Regime. Mesmo que a História da educação dessas parisienses, tão longe de nós, não interesse ao pesquisador brasileiro, tudo isso torna esse livro extremamente interessante e útil, não apenas por seu específico conteúdo, mas sobretudo por essa pedagogia da pesquisa histórica.

"Nós as educamos como santas, depois nós as entregamos como potranças" é a frase de Georges Sand que serve de epígrafe ao livro de

Isabelle Bricard, e daí seu título. Bem menos acadêmico que o de Martine Sonnet – pois que um é a publicação de uma Tese e o outro não – sua preocupação não é com o sistema escolar, mas com a educação da mulher que se dá em todo lugar. Seu marco cronológico não é extenso, o Primeiro e Segundo Império francês, século XIX. A Terceira República, com os seus Liceus, transformaria a menina de então, fazendo-a bem diferente daquilo que havia sido sua avó. O espaço do qual fala é um espaço aristocrático no qual cresciam as moças de 'boa família'. Para buscar reconstituir seu destino, sua educação, sua vida cotidiana, suas emoções, a autora buscou as mais diversas fontes. Buscou e cruzou os Relatórios de Inspeção aos pensionatos leigos da capital, com livros de educação, jornais femininos, testemunhos vividos – memórias, correspondências, diários íntimos – e ainda obras de ficção – romances e peças de teatro que refletem os costumes de cada tempo. Incompleto – já que não recorre a arquivos privados – e parcial – já que feito por uma mulher – assim a autora reconhece seu trabalho,

Mas ficaria satisfeita se, mesmo na sua imperfeição, esse estudo pudesse lançar uma luz sobre a vida de nossas avós e finalmente fazer justiça àquelas moças que não tinham o direito nem de falar, nem de fazer falar delas.

A educação das francesas no século XIX é também trabalhada por Marie-Françoise Lévy na perspectiva dessa – quase – indecifrável trama mãe e filha. O livro é dividido em quatro capítulos: 'Fragmentos da infância', 'O Despertar religioso', 'A aurora da menina moça', 'Os anos silenciosos'. Seu objetivo é o de

captar em um momento histórico preciso quais são os valores e os princípios em torno dos quais se estrutura a educação das mulheres, no tempo em que a Igreja detém uma influência considerável.

A idéia da autora é de que a educação nesse momento é sobretudo uma educação doméstica. As meninas da burguesia são educadas na família por sua mãe, algumas vezes assistidas por uma professora particular, ainda que algumas delas por volta dos doze anos passem a frequentar alguma escola, ou pensionato particular. A Igreja, por sua vez, retoma sua longa tarefa de conquista das almas. Ela vai, nesse momento histórico de profundas conturbações sociais e políticas,

reforçar as funções da mulher e da mãe cristãs no seio da família. É nesse momento que o culto da Virgem, modelo de mulher e mãe, vai assumir contornos mais fortes que nunca. O culto marial, marcado nesse período pela proclamação do dogma da Imaculada Conceição, o 8 de dezembro 1854, encontra o apogeu de sua expressão¹⁷. Os anos que se seguem vão assistir ao debate, que de resto ainda se prolonga, sobre a questão da laicidade do ensino. O papel da mulher, como esposa e mãe, vai estar no centro desse conflito.

Retirar as mulheres do domínio e autoridade da Igreja constitui um meio de remediar o divórcio intelectual dos cônjuges, fator prejudicial à harmonia doméstica. Relaxado o domínio religioso, uma família com valores renovados se fundaria sobre a unidade dos corações, na aproximação dos corpos. Escapando à uma devoção cega, a mulher esclarecida, instruída e diligente, se tornaria – dona da casa – a abelha responsável por um lar-ninho, uma mãe vigilante à qual é delegada uma virtude civilizadora: uma mulher a qual, projetada na estatuária, se tornaria a imagem da República.

Para isso era preciso examinar o modelo e este é buscado no material de pesquisa: 256 obras escritas por mulheres cristãs, pertencentes à burguesia, algumas à aristocracia, foram resenhadas. Esses livros, contos, romances, novelas, para uso específico de meninas e meninas-moças, são **livros de educação**. Foram escolhidos e reagrupados por temas como por exemplo "a felicidade", "a primeira comunhão", "o anjo da casa", a boa e a má mãe". Esses romances para uso dessas meninas e mocinhas, pode-se legitimamente supor, foram lidos. Basta considerar as suas numerosas edições e reedições. Todos eles levam em consideração as obras clássicas de educação ou pedagogia feminina, como as de Mme de Maintenon, de Fénelon, de Mme Campan, de Mme de Genlis, tecendo considerações favoráveis ao clero, que protegia as publicações e as colocava nas Bibliotecas. É nesse momento que encontram sua mais real coerência histórica. Depois de 1880 os livros para as mulheres não se apóiam mais sobre a noção religiosa do bem e do mal, menos ainda sobre a missão da mulher cristã no seio da família. Outros ensinamentos como a economia doméstica e a puericultura é que vão fazer parte, a partir de então, daquilo que vai constituir a educação das mulheres.

Uma outra fonte examinada foram os "escri-

tos religiosos, obras de clérigos pertencentes em sua maioria a uma ordem regular. Esses manuais fixam com precisão a atitude, os deveres da mulher cristã, do nascimento à morte. O mês de Maria, os livros de devoção escritos pelos Jesuítas, e os periódicos consagrados ao culto marial, revelam a importância conferida à Virgem, esse modelo que é referência na educação das mulheres. Palavras severas, austeridade no tom: o discurso religioso exorta a uma devoção profunda e autêntica."

A autora recorreu ainda aos diários íntimos das meninas moças. Alguns inéditos, outros publicados anonimamente e encontrados na Biblioteca Nacional constituem sempre uma preciosa fonte reveladora do cotidiano, das emoções e sobretudo dos efeitos do modelo inculcado¹⁸.

Concluindo, gostaríamos de dizer que todo esse debate não cessou, sequer sossegou, o que deixa essa resenha já um pouco ultrapassada, conquanto que, assim espero, bastante útil. No campo da historiografia brasileira trabalhos importantes, de muito boa qualidade têm sido produzidos¹⁹ e os Núcleos feministas têm somado à sua – agora um pouco arrefecida – militância, um sério trabalho de pesquisa. Na área da educação – alvissaras! – vem acontecendo coisa semelhante. Grupos dentro das Universidades vêm iniciando e implantando essa linha de pesquisa, ampliando aquilo que poucas pessoas e algumas instituições já vinham realizando, reconhecendo, finalmente, que a educação é sexuada, que na história existem outras relações que não apenas as de classe²⁰.

Belo Horizonte, verão de 1990.

* * *

Notas

1. PAIRE, Alain. <i>L'histoire sans qualités</i>. Paris, Gallilée, 1979,223pp. 2. A palavra ebruitée pode ser traduzida por alardeada, propalada. 3. Este artigo está traduzido no livro de artigos de Michelle Perrot organizado por Estela Brescianni "Os excluídos da história". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. 4. PERROT, Michelle. <i>Une histoire des femmes est-elle possible?</i> Paris, Rivages, 1984. 5. Resumir esse artigo traz uma dificuldade adicional que é o desconhecimento e a dificuldade de acesso aos artigos que o autor cita como exemplos das questões que propõe. Assim, o que vai exposto é apenas a idéia central do texto. 6. Este texto, embora fruto do mesmo Colóquio e pela mesma autora, é em vários pontos diferentes do outro a que me referi atrás e vale a pena rever também este. 7. É preciso ficar claro que utilizo a palavra momentos não como etapas sucessivas e demarcadas, mas como espaços de tempo delimitados. 8. Em curso dado em Belo Horizonte, na Faculdade de Educação (12-9-89), Veronique	- Nahoum-Grappe ressaltou a dificuldade de se empregar o termo 'gender' em francês, já que, para expor uma linha de pesquisa ele é opaco. Se se diz na França, e ela reconhece que pode ser diferente em países de língua inglesa, que se trabalha com "genre", ninguém saberá do que é que se está falando, que trabalho seria esse. 9. <i>Les Cahiers du GRIF</i>. Paris, Editions Tierce, Printemps 88, nº 37/38. Ver neste número o artigo de Joan Scott traduzido por Guacira Louro. 10. FARGE, Arlette. <i>Le Gout de l'Archive. La Librairie du XXe siècle</i>, Paris,Seuil, 1989. 153pp. 11. <i>Temps Modernes</i> nº spécial: Petites Filles en Éducation. Mai, 1976 12. PIGNON, Leila Sebbar. <i>Une petite fille, ça existe</i>. Presentation - Temps Modernes op.cit. p. 1769,1770. 13. <i>PENELOPE pour l'histoire des femmes</i>. Education des filles, Enseignement des femmes. Nº 2 Printemps 1980. Publication du Groupe d'Études Féministes de l'Université Paris 7 et du Centre de Recherches Historiques de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales. Foram publicados treze números temáticos e no último, dedicado à Velhice das Mulheres, a explicação de que a ausência de
---	---

recursos, apesar do apoio institucional, impediria a continuação da publicação.

14. Destaco algumas dessas linhas que me parecem mais atraentes: "A Igreja e a Escola de meninas"; "Jornais para meninas"; "Mulheres professoras"; "Ensino doméstico"; "Instituições-Escolarização".
15. SONNET, Martine. *L'Éducation des filles au temps des Lumières*. Paris, Cerf, 1987. 354p; BRICARD, Isabelle. *Saintes ou Pouliches L'éducation des jeunes filles au XIXe siècle*. Paris, Albin Michel, 1985. 351p. LÉVY, Marie-Françoise. *De mères en filles L'éducation des françaises 1850-1880*. Paris, Calman-Lévy, 1984. 190p
16. Esse parágrafo é um resumo de trechos do Prefácio de Daniel Roche.
17. A esse respeito Cf: LANGLOIS, Claude. *Le Catholicisme au féminin. Les congregations françaises à supérieur général au XIXe siècle*. Paris, Editions du Cerf, 1984. 776p.
18. Os resumos dos livros citados foram feitos a partir de suas Introduções ou Prefácios.
19. Podemos destacar os seguintes trabalhos publicados recentemente: BRESCIANI, Maria Stella M. (org) *A Mulher no Espaço Público. Revista Brasileira de História*. v.9 nº 18. ANPUH. São Paulo, Marco Zero, 1989. SOIHET, Rachel. *Condição Feminina e formas de violência. Mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920*. Rio de Janeiro, Forense, 1989. ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas. Os populares e o cotidiano amor no Rio de Janeiro*

ro da Belle Époque. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989. COSTA, Albertina de O. e BRUSCHINI, Cristina. *Rebeldia e Submissão. Estudos sobre a condição feminina*. São Paulo, Vértice, Fundação Carlos Chagas, 1989. BERNARDES, Maria Thereza C.C. *Mulheres de ontem? Rio de Janeiro-Século XIX*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1989. SAMARA, Eni de Mesquita. *As Mulheres, o poder e a família*. São Paulo, Século XIX. São Paulo, Marco Zero, 1989. D'INCAO, Maria Angela (org.). *Amor e Família no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1989. Destacamos ainda a reedição de duas obras de Nísia Floresta: _____. *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*. Introdução e Notas de Constância Lima Duarte. São Paulo, Cortez, 1989. (A primeira edição é de 1832) _____. *Opúsculo Humanitário*. Introdução e notas de Peggy Sharpe-Valadares. São Paulo, Cortez/INEP, 1989. (A primeira edição é de 1853).

20. Ao final desse trabalho agradeço a muitas pessoas. Agradeço a muitas mulheres em especial. A várias autoras de trabalhos citados nesse artigo que me receberam com gentileza e disponibilidade, Arlette Farge, Michelle Perrot e Genevieve Fraisse, e com amor, Véronique Nahoum-Grappe, quando do meu já, infelizmente, distante Pós-doutorado em Paris. Ao meu pequeno GEHEM, Grupo de Estudos da História da Educação da Mulher (FAE-UFMG), Ude, Cidinha, Samora, Silvana, Iracê e Shirley e ao grande Grupo que aqui e ali, tem lutado bravamente para sair do gueto, em especial, Teresa Cunha e Guacira. E ainda à Odália, e ao Rô porque me mostram ao vivo, a cada café da manhã, que a vida mesmo é que é essa fascinante trama de relações do indissolúvel tripé raça, classe e...gênero.

Eliane Marta Teixeira Lopes é professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais e coordenadora do Grupo de Estudos sobre História da Educação da Mulher da FAE/UFMG.

Lembranças de velhas colonas italianas: trabalho, família e educação

GUACIRA LOPES LOURO

Este artigo apóia-se em lembranças de algumas mulheres de uma pequena comunidade italiana do Rio Grande do Sul. Seus depoimentos constituíram-se no elemento fundamental de uma pesquisa que desenvolvi, com apoio do CNPq, intitulada "A Mulher e a Educação na Antiga Colônia Italiana no Rio Grande do Sul". Aqui procuro trazer a fala destas mulheres e articulá-la a algumas reflexões.

Antes de ouvi-las, no entanto, parece ser importante fazer alguns destaques sobre o processo de imigração italiana neste estado e conhecer um pouco da comunidade onde elas viveram e vivem até hoje.

A Colônia italiana

Foi por volta de 1875 que os italianos começaram a chegar ao Rio Grande do Sul. Cinquenta anos antes deles, em 1824, haviam chegado os alemães, os quais estavam a esta época já estabelecidos. A população na província concentrava-se, no entanto, apenas na região da Depressão Central e no Litoral e uma pequena parte ficava na Encosta Inferior do Planalto. Havia, portanto, muitas terras desabitadas, especialmente nas encostas da serra. Com a diminuição do fluxo de alemães, no intuito de povoar estas regiões, o governo estimula a vinda de imigrantes de outras áreas da Europa.

Os italianos se estabelecem portanto numa região que se limita com a dos descendentes de portugueses, por um lado, e com a dos imigrantes alemães, por outro. São geralmente terras de maior altitude (de 600, 900 metros) e em muitas zonas cobertas de pinheirais, o que desestimulara os criadores de gado e agricultores. Ali eles fundam as colônias de Duque de Caxias, Dona Isabel, Conde d'Eu, as chamadas "colônias velhas" e que hoje correspondem aos municípios de Caxias do Sul, Bento Gonçalves,

Garibaldi, e, mais tarde, fundam Antonio Prado, Alfredo Chaves, Encantado e outras.

Conta Loraine Giron que "a divisão de terras, em todas as colônias, obedeceu ao sistema de glebas contínuas denominadas léguas", estas eram divididas por estradas (travessões) e a partir destes eram demarcados os lotes. Não havia qualquer regularidade tanto com relação às características dos lotes como à sua destinação, ou seja, eles eram de várias dimensões, tinham muita diversidade quanto a qualidade da terra e localização, eram de vários preços (sem que estes elementos estivessem relacionados: dimensão - qualidade - preço); e ainda eram distribuídos sem que se levasse em conta o tamanho das famílias. Segundo esta autora é provável que tenha havido muita especulação na implantação das colônias.

À época da imigração italiana, cabia ao governo provincial a maior parte do investimento para a empresa colonizadora, e este investimento era posteriormente pago pelo colono. Assim, após cinco anos, os colonos deveriam pagar suas dívidas (o lote, ferramentas, sementes). O governo imperial cobria as despesas com a viagem desde a Europa e a hospedagem dos primeiros tempos. Diz Loraine:

O cálculo das dívidas (...) era realizado considerando 30% a mais sobre o valor total do lote recebido. Este cálculo não levava em conta o número de membros da família. Para receber os títulos provisórios, da propriedade da terra, os colonos deveriam saldar 20% de seus compromissos com o Governo. Só depois de ter sido liquidada toda a dívida, seriam fornecidos os títulos definitivos das propriedades (Giron apud Dacanal e Gonzaga, 1980, p. 63).

Assim é de se supor que os colonos passaram duros anos preocupados com suas dívidas. A maioria saldou-as inteiramente, uns poucos tiveram-nas perdoadas e outros, por não paga-

rem, tiveram seus bens leiloados.

Ainda que muitos tenham vindo para o Brasil na esperança de enriquecer e voltar, para a maioria este enriquecimento não se deu, e foram muitos os que ficaram na nova terra. No sul, sua presença iria marcar um tipo novo de exploração do solo e desenvolver um novo agrupamento social (no Rio Grande haviam tradicionalmente se constituído estâncias agropecuárias – grandes extensões de terra nas mãos de poucos e ricos proprietários).

Devemos notar que ao final do século XIX, pouco tempo depois da chegada dos italianos, a criação de gado mostra-se mais ou menos estacionária no Rio Grande, com problemas de competição com a produção do Prata; nesta época já está em desenvolvimento a agricultura na zona colonial (alemã e italiana) e começando em outras áreas do estado as plantações de arroz e trigo. Também já há neste momento condições para o desenvolvimento do comércio e para a instalação das primeiras fábricas: são curtumes, sapatarias, fábricas de vinho, vinagre, etc., todos produtos ligados ao setor agropecuário.

Algumas modificações podem ser notadas no final do século na sociedade sulina. Neste processo os imigrantes têm papel significativo: como pequenos proprietários e artesãos eles vão contribuir para o desenvolvimento das camadas sociais médias e com seus agrupamentos em vilas, linhas e picadas, vão contribuir para o processo de urbanização em crescimento. É interessante observar que os imigrantes traziam para aqui experiências diversificadas. Muitos vinham do trabalho agrícola, mas outros eram operários industriais e artesãos em sua terra de origem (alfaiates, carpinteiros, ferreiros, sapateiros, funileiros, farmacêuticos, músicos, etc.).

Suas vilas e povoados se organizavam quase sempre ao redor de uma igreja católica, que geralmente dispunha de um salão recreativo e de uma escola primária paroquial. A religião era um ponto importante na vida cultural destes grupos e era ao redor da igreja que se desenvolviam as quermesses, os jogos, as reuniões para conversar e discutir.

A escola, como instituição formal de transmissão e elaboração do saber sistematizado, da cultura letrada, não era a princípio muito valorizada, nas comunidades italianas. Aí se acreditava muito mais na importância do trabalho, ou seja, se confiava mais nas próprias mãos para vencer na vida – o que era afinal a

aspiração de todos os imigrantes. Assim as tradições e valores culturais se conservaram mais oralmente do que por escrito, mas não se perderam: foram transmitidas de uma geração à outra através da família, da religião, do trabalho, da música e das festas.

Parece-me interessante ressaltar o quanto o valor do trabalho e, através dele, a conservação da terra e da pequena propriedade vão se tornar marcas significativas deste grupo social. Isso talvez ajude a entender um pouco suas atitudes, geralmente mais conservadoras do ponto de vista político e cultural.

Buscando, pois, uma comunidade que de algum modo conservasse ainda hoje mais autenticamente a vida da primitiva colônia italiana, encontrei Santa Tereza, quarto distrito de Bento Gonçalves (RS), distante da sede 30 km. Entre montes, banhada pelos rios Marrecão e Taquari, a comunidade foi fundada pelos imigrantes ao redor de 1887. Uma igreja e um campanário constituem o marco principal da praça, ao redor da qual várias construções do fim do século passado e início deste ainda se conservam. O campanário (ao estilo de Treviso e recentemente restaurado) é um orgulho da comunidade, pois foi construído pelos antigos imigrantes com tijolos feitos a mão. A igreja primitiva foi, ao contrário, destruída e em seu lugar, há uns doze anos atrás, ergueu-se uma modernosa construção.

Chega-se a Santa Tereza por duas estradas de terra, o que torna os trinta quilômetros mais lentos e talvez contribua para uma certa preservação do ritmo de vida local. Ao longo da estrada velha vêem-se casas de alvenaria (algumas modernas e ricas, a maioria simples, mas sólida); de quando em quando observam-se pequenos oratórios e algumas igrejas e capelas maiores. Dos dois lados da estrada a plantação da uva é uma constante, demarcada por plátanos. Várias escolas municipais de primeiro grau também podem ser observadas. A estrada nova atravessa uma zona muito menos habitada, embora as videiras estejam igualmente presentes por todos os lados.

Não há na localidade hotel ou restaurante; uma padaria fornece refeições aos que estão por ali de passagem. Há uma sub-prefeitura, uma agência do Banco do Estado, uma central telefônica, um posto de gasolina e um camping às margens do rio Taquari; além da Cooperativa Vinícola.

Se os mais jovens se afastam para estudar e as vezes ficam morando em centros maiores

(Bento Gonçalves, Porto Alegre, São Paulo), ainda há famílias que conseguem conservar filhos, noras e netos morando e trabalhando juntos ou muito próximos. Ao entrar em contato com algumas destas famílias – através de caminhos estreitos ou cruzando o rio de caiaque – observei que numa mesma "linha" muitos eram parentes.

Sendo o foco inicial da pesquisa a educação das mulheres nos tempos mais antigos, dirigi minha atenção para referências às primeiras escolas na região. Como muitas outras comunidades, também em Santa Tereza o primeiro "colégio" foi mantido por um professor que, conforme a lembrança dos mais velhos, atendia numa mesma sala os diferentes "livros" (adiantamentos). Segundo depoimentos, ali chegavam a estudar 70, 80 alunos. Era uma escola mista, mas poucas meninas a freqüentavam. Em 1928 foi construída na localidade a primeira escola municipal e, em 1939, começou a funcionar o Grupo Escolar Vicente Rodrigues.

Com apoio de um filho da terra (diretor do Museu do Imigrante em Bento Gonçalves) fui apresentada a algumas mulheres de Santa Tereza e com cinco delas conversei mais longamente. Foram elas: Elizabeth (89 anos), Maria (93 anos), Adelina (71 anos), Marieta (92 anos) e Anita (69 anos). Nossas conversas ocorreram em suas casas na presença de suas famílias (em três delas os maridos estavam presentes e acrescentaram comentários). Os depoimentos foram gravados (embora com algumas falhas) e não houve roteiro fixo para as entrevistas.

Nestas cinco histórias há muitos pontos em comum, mas sem dúvida o elemento que atravessa todas as recordações é o trabalho. Quando indagadas sobre a preocupação dos pais para com a sua educação, ou "que coisas" seu pai e mãe desejavam que aprendessem, as respostas da maioria delas se encaminhava para "lavar roupa, ajudar na roça, cuidar das crianças menores, costurar, fazer alguma comida", enfim para o trabalho. Esta a lembrança imediata, ou a educação mais básica e indispensável. Ouvindo um a um os depoimentos foi ficando claro para mim que o trabalho teria de ser o eixo interpretativo, ao qual a educação (e outros fatores) se articulava. A fala dessas mulheres ajudará a conhecer melhor esta realidade.

A Lida das Mulheres: a Roça e a Casa

Na colônia italiana, meninas e mulheres

participavam do trabalho da roça, plantavam milho, feijão, mandioca... Da uva faziam vinho e suco para consumo próprio (não para venda), pois eram, de modo geral, de famílias pobres. Além desta atividade havia o trabalho doméstico – exclusividade feminina.

Começavam cedo nestas lidas. Conta d. Maria:

Com seis anos eu era empregada (...) para cuidar das crianças e quando elas iam dormir eu ia para cozinha fazer comida. Com cinco 'soldi' por mês (...). Isto com seis aninhos...

Possivelmente a situação de d. Maria (trabalhar na casa de outros e receber por isso) não era a mais comum. Em geral todas as mulheres desde meninas cuidavam dos irmãos menores e ajudavam a mãe nas tarefas domésticas, além do trabalho da roça.

Diferente das mulheres urbanas das camadas médias ou pequena burguesia, que identificam trabalho como trabalho fora de casa, as colonas parecem compreender de um modo mais global o trabalho ou, pelo menos, não fazem classificações e subdivisões no "seu" trabalho. Não parece haver também uma valoração diferente, já que todas as tarefas são percebidas por elas como igualmente necessárias e indispensáveis. Na roça, ao lado dos homens (maridos, irmãos, pais) exerciam todas as atividades: plantar, colher, ou mesmo montar num animal, levar uma tropa de burros e transportar o excedente da produção para ser vendido. Somado a isto estava o trabalho doméstico, as usualmente chamadas

... tarefas não remuneradas de reprodução, quer dizer, todas aquelas atividades que contribuem para que se reproduza e se reponha a força de trabalho e a unidade familiar. Estas atividades são, entre outras, a transformação e preparação dos alimentos, a criação e educação dos filhos, a atenção paramédica e psicológica, a vinculação social com outras famílias e grupos e a realização de atos cerimoniais e rituais coletivos (Arizke, L. 1986, p. 60).

O trabalho da roça era primordialmente para a própria subsistência do grupo familiar, daí provavelmente sua (quase) não distinção do trabalho doméstico. Ambos se constituem trabalhos não remunerados – pelo menos em grande parte. Talvez isto ajude a entender melhor porque estas mulheres não fazem uma classificação (hierarquizada) do trabalho fora de casa e em casa. Com exceção de uma depoen-

te (a mais jovem, Anita) que referiu ter sido seu pai um grande plantador de uva, todas as demais pareciam ter crescido com dificuldades econômicas. O excedente da roça (pouco) era vendido, com o que podiam comprar os demais produtos necessários para a vida. As evidências desta situação são muitas: o tipo de comida, a partilha dos alimentos entre os numerosos irmãos, o mesmo vestido servindo a várias irmãs (cada uma ia à missa uma vez com ele), o abandono da escola para ajudar à família e muitos outros.

Perguntada se havia diferença entre o seu trabalho e o de seus irmãos homens, D. Adelina lembra:

Trabalhavam parêlho. Eu trabalhava mais na roça. Depois, com nove anos, ia na aula. De manhã, na aula, de tarde, na roça. Era uma roça de escravo, bem dizer. Boa, produzia bastante, mas tinha que carregar tudo nas costas (era morro). Comecei a ajudar meu pai desde pequena, mais na roça do que em casa. Depois chegava em casa e então tinha de ajudar minha mãe: tirando leite, varrendo o terreno...

Certamente as condições de vida eram muito difíceis para todos (o que provocou a participação de um dos maridos na entrevista, reivindicando também para si a dureza do trabalho, quando percebeu que se destacava o esforço feminino). Estes colonos que exploraram e ampliaram, à custa de muito sacrifício, lotes que seus pais ou avós receberam como imigrantes, sofreram – enquanto grupo social – o desamparo de governos que lhes prometeram apoio, ferramentas, sementes etc. e, como contam, "abriram o mato a facão". Embora pequenos proprietários, certamente fizeram, e muitos ainda fazem, parte das camadas dominadas. No entanto, dentro deste grupo há uma outra dominação, a qual, ainda que tenha algumas diferenças em relação aos grupos urbanos médios e burgueses, mantém as mesmas características daqueles. Refiro-me à dominação das mulheres e crianças pelos homens.

As mulheres da colônia trabalhavam junto com os homens, mas também, e principalmente, trabalhavam para os homens.

Quando D. Elizabeth vai se casar (aos 19 anos), o pai do seu futuro marido está viúvo com dois filhos solteiros. Recebe ela então, pelo casamento, a responsabilidade de cuidar de quatro homens adultos. Logo após começa a ter seus filhos, o que faz com que recorde que ia à roça com "um filho na barriga, outro no

colo, e outros dois segurando a barra da sala".

A responsabilidade que as mulheres assumem com relação à casa, ao chamado mundo do privado, implica não só na manutenção das condições materiais deste mundo (alimentação, vestuário, saúde, higiene etc.) como também o zelo pelo bem-estar dos que ali convivem. Pela tradição desta região, como de algumas outras, ao casar a mulher "passa" para a família do marido, ligando-se mais estreitamente a esta e, em consequência, assumindo encargos a ela referentes. É portanto "natural" dentro deste contexto a situação vivida por D. Elizabeth que, pelo casamento, passa a ter a obrigação de cuidar do pai e dos irmãos solteiros de seu marido, além, obviamente, de seus próprios filhos.

Por outro lado, talvez fosse interessante refletir um pouco sobre o sentido deste "mundo privado", pois aqui o que temos é uma sociedade em que o trabalho – atravessando a casa e a roça – liga estes mundos, ao invés de separá-los. Nas sociedades urbanas industrializadas tem-se o oposto disto, ou seja, tem-se uma clara separação entre o trabalho doméstico, não remunerado, do trabalho remunerado, fora do lar. De certo modo, aqui, o trabalho na roça é uma continuidade do trabalho da casa e, em ambos, a mulher está envolvida. Isto talvez pudesse contribuir para uma menor distinção entre mundo privado e público.

No entanto, parece-me que há algo mais, além do trabalho (remunerado), que distingue estes mundos. Há diferenças no âmbito dos contatos (já que no mundo público há o contato com "os outros" – os de fora da família), há diferenças nas possibilidades de troca (e conflitos) de idéias, influências, poderes. E estas diferenças, que denotam a maior amplitude do mundo público, parece que permaneciam privilégio dos homens, pelo menos nos primeiros tempos desta comunidade. As horas de lazer, os jogos e a conversa na "bodega" no domingo eram uma prerrogativa masculina, que possivelmente tinha como contrapartida o encontro das mulheres na igreja, ou na própria realização (coletiva) de algumas tarefas domésticas que, por força das condições da época, tinham de ser realizadas fora da casa, em lugares públicos (por exemplo, lavar roupa no rio). No entanto, entendo que, mesmo com estas alternativas, certamente havia desigualdade no tocante à "mobilidade" e aos contatos; ou seja, a possibilidade de circulação das mulheres nesta comunidade era menor do que a dos

homens.

Poder e Autoridade

Quando D. Elizabeth está recordando sua história, ela em dado momento afirma:

Nem parece verdade o que eu fiz! Depois de quatro dias que eu ganhei ele [o filho], eu estava no rio, tinha que lavar roupa e era domingo. (...) Eu precisava trabalhar. Eu confessei uma vez que fui no padre, que eu "anche" era domingo eu tinha as vezes que lavar roupa no rio. O que ele me disse? "Deixa, faz um pouquinho escondido, para não dar exemplo ao povo"(...) Vê, não é como agora, que se tem um tanque em casa, que se lava por perto...

Eu pergunto, quase afirmando: – Pedia-se muito conselho para os padres, não é? E ela imediatamente responde, firme: "Mas é claro! Tinha alguém que entendia as coisas".

A autoridade do padre era indiscutível. Ao lado desta, outra autoridade indiscutível também era masculina: a do homem da casa (o pai ou o marido). De um modo geral, as entrevistadas afirmaram que o pai era severo, ou lembraram que com um olhar ele dizia o que queria. Algumas referiram que a mãe "mandava" mais nas crianças, mas o pai "mandava" na mãe. De certo modo havia também aqui uma divisão entre decisão e execução. O pai tomava as decisões consideradas importantes e a mãe executava essas decisões, era a disciplinadora do cotidiano. Também ela obedecia ao olhar do marido e conhecia seus significados. Na verdade era mais do que isso, a mãe introjetava a autoridade do pai, as proibições e os limites para ação e acabava ajudando a reproduzi-los.

Lembra D. Adelina:

O pai era severo. Eu não posso me queixar do meu pai. Ele era severo, sim, mas não responder para ele era bom. Eu tinha uma irmã que respondia pro pai, quando ele era demais, né? Então ela respondia, mas ele não gostava dela. Eu não respondia, calava. Então assim ele gostava. Ele não gostava que ninguém respondesse. Quando ele mandava, era para fazer o serviço e não responder. Eu nunca respondia para ele. A mãe sabia. Ela me batia mais do que ele (...), mas ela era como uma irmã.

D. Adelina escolheu o silêncio para lidar com o pai. O silêncio não foi, no entanto, o caminho de sua irmã – o que aponta para os comportamentos de resistência, sempre presentes em

qualquer prática social. Resistência que, neste caso, acarretava, provavelmente, mais imposição da força do pai e também seu desafeto.

A fala sugere ainda a compreensão de que a mãe – mesmo batendo mais nos filhos – também estava submetida à autoridade do marido. "A mãe sabia" (que não podia responder). "A mãe era como uma irmã" (as mulheres percebem que têm uma identidade, têm um lugar social semelhante).

Esta situação de submissão ao homem (marido, pai) parece que não as impedia, contudo, de uma grande desenvoltura nas decisões menores do cotidiano, na organização do seu tempo e o dos filhos. Na comunidade de Santa Tereza, há referência a mulheres que sustentaram (no sentido mais amplo do termo) suas famílias, seja devido à viuvez, seja devido a um marido mais "fraco" para os negócios. Pareceram-me, contudo, que estas histórias eram contadas como excepcionais, ou, pelo menos, como fatos que fugiam à regra. Certamente essas mulheres existiram e atuaram deste modo, ou seja, foram com suas vidas a contraface do comportamento feminino da maioria. Mas as depoentes transmitiram-me uma tácita aceitação da autoridade masculina, até mesmo quando uma delas, com bom humor, fez referências jocosas e generalizadoras sobre os homens.

A hipótese que eu levantara ao projetar a pesquisa, ou seja, de que a participação feminina de modo direto na produção pudesse acarretar uma certa consciência de sua importância ou mesmo um certo poder, teve pois de ser revista. As mulheres que encontrei demonstravam consciência de sua contribuição social, tinham a percepção de que seu trabalho era "parelho" com o dos homens e ainda que era acrescido das tarefas domésticas. No entanto isto não parece ter significado para elas o poder. O poder permanecia com o homem. À propósito, Michelle Perrot (1988, p.167) faz uma distinção entre poder (com "conotação política e que designa basicamente a figura central", com autoridade, geralmente figura masculina) e poderes ("influências difusas e periféricas, onde as mulheres têm sua grande parcela").

Talvez esta fosse a parcela possível de ser exercida: os poderes discretos e difusos, as influências que, apenas sugeridas, não perturbam a manutenção do poder de fato masculino.

M. Perrot comenta vários estudos que apresentam uma "inversão" do poder, ou seja, buscam fazer uma leitura nova de diversas

sociedades e épocas para demonstrar o poder das mulheres. Num desses estudos é mencionado que a "perpetuação do 'mito' do poder masculino serve aos interesses dos dois 'gêneros'; por trás da ficção deste poder, as mulheres podem desenvolver à vontade suas próprias estratégias" (Rogers, apud Perrot, 1988, p. 117).

Mesmo desejando fazer uma leitura que destacasse o poder feminino, eu não poderia estender essas afirmações ao grupo estudado. Como a própria Suzan Rogers que, em outro estudo, teve de reconhecer mulheres com muito menos poderes, também no presente caso esta foi a situação constatada. Não percebi o poder masculino como um "mito" ou uma ficção, muito pelo contrário ele me pareceu bastante concreto.

A administração do orçamento familiar – que Perrot (1988,p.191) aponta como prerrogativa feminina – não era usualmente feita pelas mulheres na colônia. Perrot indica, por exemplo, o dia do pagamento (na situação de famílias de trabalhadores do século XIX) como "um dia de confronto entre os sexos", já que a mulher tem de estender o dinheiro para dar de comer à família. Segundo a autora, muitos operários entregavam seus salários às mulheres e elas "deixavam para eles uma pequena quantia para a bebida".

Isso não parece ter acontecido, pelo menos como norma, na colônia. Perguntada sobre a questão do dinheiro, D. Elizabeth sorri e diz que este era muito pouco, mas era o homem que cuidava dele. Seu marido toma a palavra e acrescenta: – "Quando eu me casei, ela nem sabia as diferenças dos dinheiros". E ela, justificando-se (?) diz que "tinha de trabalhar muito em casa para ajudar a mãe a cuidar dos irmãos, então..." (não pode aprender a lidar com isso).

Parece-me que há necessidade de pontuarmos as diferenças entre os dois contextos. Os estudos de Perrot tratam de mulheres urbanas, ligadas direta ou indiretamente ao trabalho das fábricas; aqui, por outro lado, nos defrontamos com um contexto rural, uma comunidade de colonos pequenos proprietários, pobres, em sua maioria.

A Educação: escola e religião

O que era necessário e indispensável aprender numa comunidade como esta? Já ficou claro que fundamental eram as lides de casa, as tarefas e as habilidades da roça. Neste

contexto a escola não chega, pois, a ser vital, imprescindível (especialmente para as meninas/mulheres). No entanto, parece que a escola era desejada, pelo que se nota nos depoimentos. Diz D. Adelina:

Eu ia à escola municipal. Era na linha Leopoldina. A minha professora (...) acho que ainda está viva. Tinha mais de 3 km de estrada a pé (...). Eu fui três anos na escola. Eu comecei a escrever em 1928. Mas naquele tempo se passava um livro, outro, até o 5º livro. Depois tinha a Seleta. Eu estudava bem, ajudava bastante a minha professora. Ela tinha 40 alunos, do 1º até a Seleta. Então eu ajudava a ensinar os outros. Eu gostava da professora também e de estudar bastante. Mas como eu era a mais velha da casa, meu pai não me deixou estudar. Eu podia ter mais um ano de colégio. Ele não me deixou. Eu sofri a minha parte...

Com exceção de D. Anita, de família mais abastada e que teve um processo de escolarização mais longo, todas as demais estudaram pouco ou não foram à escola. D. Adelina foi, entre estas, a que cursou um período maior (3 anos), as outras lembram de alguns meses, ou de terem saído logo após saberem ler.

Conta D. Marieta:

Nasci do outro lado do rio. Fui à escola lá, em Monte Belo. Minha mãe me mandou para lá com minha madrinha, mas ela, antes de me mandar para escola, me segurava em casa para cuidar dos gurus; e eu aprendi pouco. (...) As meninas (...) só o primário, mal e mal...

D. Elizabeth e D. Maria não foram à escola, no entanto, D. Maria conta que aprendeu sozinha a ler:

Eu sei ler um pouquinho. (...) Eu não ia à escola. Na roça (...) eu usava grampos para segurar os cabelos (...) e eu comecei a escrever [com eles] nas folhas de milho: a, e, i, o, u. Eu e minha irmã. (...) Sim, os irmãos ajudavam.

Em outro momento, ela expressa suas opiniões sobre a importância da escola:

Colégio para meninas? Éramos onze de mulher, foi uma só (...). Mas acho que era mais preciso para as mulheres do que para os homens. Por quê? Porque sim. Porque eles vão e as mulheres têm que pensar em tudol Quem é que pensa para a cozinha, para fazer comida? Os homens não, é a mulher.

É interessante observar que as tradicionais tarefas domésticas femininas são usualmente tidas como naturais, e sobre elas geralmente não se concebe uma elaboração, ou seja, supõe-se que o cuidado das crianças, o preparo dos alimentos, etc. vinculam-se ao mundo da natureza (tido como feminino) e não ao mundo da cultura (masculino), numa divisão que liga-se às concepções mais antigas. D. Maria, com sua fala, acena para uma compreensão diferente, lembrando que as tarefas domésticas, ainda que repetitivas e cotidianas, exigem uma série de decisões e implicam em responsabilidades, para as quais não se costuma dar a devida importância. Daí ela chamar a atenção para o fato de que "as mulheres têm de pensar em tudo!"

A seguir, quando comenta que não foi à escola e aprendeu pouco, diz: "Graças a Deus eu criei meus filhos, e isto basta!"

Portanto, em relação à escola, seu depoimento parece mostrar sentimentos contraditórios. Há uma percepção de que a escola seria necessária ou importante para as mulheres, mas ao mesmo tempo há a constatação de que sem ela foi possível realizar a tarefa fundamental de sua vida: criar seus filhos.

D. Anita pode exemplificar uma trajetória diferente, por situar-se em outro estrato social. Ela classificou sua família como de "classe média baixa", mas também afirmou que seu pai era um "grande plantador de uva". Eram quatro irmãs. Por não ter "nenhum filho homem para cuidar dos negócios", decidiu então o pai deixar a plantação e foi morar na sede. Ela, que já cursara os primeiros livros, foi então junto com suas irmãs estudar no Colégio S. João, mantido por religiosas. O colégio particular, em consequência, o tipo de ensino, bem como as pretensões que o pai tinha para suas filhas são obviamente diferentes das expectativas das outras entrevistadas. Isto só reforça a idéia de que é impossível falar-se em "condição feminina", no singular, e, mesmo em se tratando do estudo de uma comunidade específica (de descendentes de italianos) não havia aqui um único ideal de mulher, mas sim diferentes condições femininas, mediadas não só pela ascendência étnica, mas pela situação de classe, história familiar etc. Importante notar também que este grupo social (como qualquer outro) transformou-se desde a sua instalação no Rio Grande do Sul e diversificou-se socialmente na medida em que as comunidades se desenvolveram, se diferenciaram, tornaram-se mais complexas as rela-

ções de produção e as visões de mundo.

Vivendo atualmente no mesmo distrito de Santa Tereza e com condições de vida aparentemente não muito diversas de algumas das entrevistadas, D. Anita tem, no entanto, uma história diferente, onde o trabalho na lavoura não foi mencionado. Seus comentários sobre educação dirigiram-se para a educação escolar, da qual ela tem uma memória bem detalhada.

O Colégio das irmãs onde foi estudar era um internato, com aula o dia inteiro (pela manhã: matemática, português...; à tarde: trabalhos manuais, ginástica...). Destaca muito o aprendizado de trabalhos manuais, "sabia fazer de tudo: tricô, crochê, filê, macramê...". É orgulhosa de suas habilidades, e também o é seu marido, que pede para que ela nos mostre suas toalhas e colchas.

D. Anita conta que o pai dizia que as filhas podiam seguir a profissão que quisessem, menos serem professoras. Explica que esta restrição era feita porque na época as professoras recém formadas não ficavam nas sedes dos municípios, e eram mandadas para as colônias e linhas. "Uma vida sacrificada, tinha de andar muitos quilômetros". Como não havia outras possibilidades de estudo para a mulher (conta que a escola de comércio era só para rapazes) ela não quis continuar estudando.

Como antes referi, D. Anita nos acena para a diversidade, para uma certa matização nas figuras femininas da região. Além de alguma diferenciação na condição social familiar, tem de ser notado que ela é a mais moça do grupo entrevistado (com 19, 20 anos de diferença de três outras depoentes) e este dado parece ser importante. A geração de mulheres imediatamente seguinte (as filhas das depoentes de 90 anos) já teve ampliadas as oportunidades de escolarização: pela existência de mais escolas públicas, por algumas melhorias de comunicação dentro da própria região e mudanças nas necessidades e aspirações do grupo familiar. Quase todas as entrevistadas contaram que suas filhas foram à escola e algumas delas se formaram (concluíram o ginásio ou normal).

Mas se havia um ponto fundamental e unificador na educação das crianças, meninos e meninas, este era a religião. A religião católica era a referência, o apoio, a orientação, a obrigação.

Na casa de D. Maria, por exemplo, cujo pai tinha um salão de baile, rezava-se o terço antes do baile. "O pai dava um sinal, fazia assim com a mão" (mostra) "rezavam o terço juntos e

depois dançavam a noite inteira".

Lembra D. Adelina:

Todas as noites, o terço. A mãe também ensinava e o vô era catequista – catecismo italiano. (...) Mesmo que se estivesse doente, tinha que rezar. Depois do terço quem tinha costura ia costurar, quem não tinha fazia trança [de corda, para fazer chapéus, e outras utilidades]. (...) A professora também ensinava religião. As primeiras orações eu aprendi com ela.

A religião era o suporte básico da educação (e, pelo respeito com que a ela se referem, ainda hoje tem um papel muito importante na vida destas mulheres), ensinava-se não só pelo exemplo, mas intencionalmente, em várias situações. D. Elizabeth lembra que, enquanto ela fazia polenta ("a mulher tem sempre mais alguma coisa para fazer, não é?"), o marido ensinava as orações para os filhos. D. Anita conta que sua mãe (que havia aprendido a ler sozinha) lia grandes romances em voz alta para as filhas (como a "vida de Santa Genoveva"). O exemplo da vida dos santos provavelmente servia como modelo para educação moral.

Nesta comunidade, nos primeiros tempos não havia condições de o padre estar presente todos os domingos, daí que a obrigação da missa não era fundamental, mas sim as orações e o terço. Quando presente, o padre era aquele que poderia dar uma orientação, um conselho seguro. Sua autoridade foi bem exemplificada por D. Elizabeth: "Tinha alguém que entendia as coisas!"

O padre, o pai, o marido, o irmão mais velho eram as autoridades que as mulheres respeitavam.

Ainda alguns comentários

Nesta pesquisa a intenção primeira fora destacar a educação escolar, e o encontro com esta comunidade exemplar da antiga colônia italiana no Rio Grande do Sul me fez sentir a necessidade de alargar meu olhar; de buscar compreender a educação de modo mais global e descobrir os momentos, as formas, as intenções que ela adquiriu para este grupo de mulheres.

Compreendi que a educação ali se dava fundamentalmente no trabalho: na roça e na casa. Estava estreitamente ligada à vida cotidiana, preparando, desde muito cedo, as meninas e os meninos para as funções e tarefas que deveriam exercer quando adultos. Através da

educação afirmava-se que o esforço (físico e espiritual) era o móvel da vida; nada se alcançaria sem esforço.

As mulheres aprendiam a ser fortes (física e moralmente), a obedecer e honrar seus homens e a confiar em Deus.

O trabalho era considerado por essas mulheres o seu viver, ou, em outras palavras, era compreendido de modo global, sem diferenciações, o que parece tê-las levado a entendê-lo num continuum do âmbito doméstico ao externo e deste para aquele. Esta conceptualização de trabalho sugere a percepção, por elas, da importância das mulheres para a manutenção de suas famílias e de sua necessidade para a comunidade. No entanto isso não traz, como consequência, o reconhecimento de um poder feminino semelhante ao atribuído aos homens.

Eli Zaretsky (apud Sargent, 1981) considera que a separação entre a casa e o lugar de trabalho, ou seja, a privatização do trabalho doméstico e a realização do trabalho remunerado fora do lar, é que constitui a causa fundamental do grande aumento do sexismo. Para ele, o capitalismo, criando esta separação, acentuou a dominação sobre as mulheres e criou a "aparência" de que elas estão trabalhando para os homens privadamente no lar; enquanto que, na realidade, elas estão trabalhando para o capital.

Heidi Hartman (apud Sargent, 1981) questiona esta argumentação, afirmando que a própria alocação dos homens num pólo (o mercado de trabalho) e as mulheres em outro (o lar) não pode ser explicada sem referência ao patriarcado.

Creio que é importante notar que a comunidade estudada é uma comunidade agrária e que, no passado (período que foi objeto da pesquisa), experimentava um modo de produção praticamente pré-capitalista. Estas características parecem-me favorecer o entendimento na linha de Hartmann, ou seja, o patriarcado parece ser um elemento explicativo para a dominação de sexo que antecede o capitalismo e que, no meu entender, tem um poder explicativo maior. (Com isto não estou afirmando que o capitalismo não possa ter acentuado, ou mais provavelmente, modificado as formas de dominação sexista; apenas quero realçar o fato já fartamente demonstrado de a dominação da mulher ter existido – e provavelmente ainda existir – em muitas e diversas sociedades não capitalistas).

Seria então de indagar: se aqui encontramos

um grupo social no qual as mulheres exercem muitas tarefas semelhantes às dos homens, por que elas não têm uma posição mais igualitária? Algumas respostas podem ser ensaiadas.

Se neste contexto as mulheres participam do trabalho fora do lar, realizando atividades semelhantes às dos homens, deve-se notar que estes, por seu lado, não participam do trabalho dentro de casa, o qual permanece exclusivamente feminino.

Assim, ainda que nos primeiros tempos da instalação e fixação dos imigrantes as atividades de lavoura fossem fundamentalmente para subsistência (o que permite compreender a família como uma unidade de produção e consumo), as tarefas especificamente domésticas sempre foram atribuição unicamente feminina. A pouca demarcação entre os dois tipos de trabalho, pela não remuneração (em parte) do trabalho da lavoura, pode ter conduzido a esta compreensão mais integrada do conceito de trabalho, mas não foi suficiente para romper com a forte tradição patriarcal. Assim, no patriarcado teríamos provavelmente um dado explicativo importante. Penso, no entanto, que esta é uma categoria a qual frequentemente se recorre sem que haja preocupação em defini-la, o que talvez se deva às dificuldades teóricas que a cercam; parece-me pois necessário fazer algumas considerações.

Certamente são muitas as fontes onde poderíamos buscar uma conceituação de patriarcado. Em todas elas teremos, é óbvio, uma característica comum: a idéia de uma organização ou regime social em que o pai (o homem, o chefe) exerce a maior autoridade (ou a "autoridade preponderante" cf. Dicionário do Aurélio). Na clássica obra de Engels, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, lemos que o que caracteriza a família patriarcal é "a organização de certo número de indivíduos, livres e não livres, numa família submetida ao poder paterno do chefe" (Engels, 1984, p. 95). Adiante ele lembra que a palavra família significava, em sua origem, "o conjunto de escravos pertencentes a um mesmo homem" e que, na Roma Antiga, esta expressão servia para designar "um novo organismo social, cujo chefe mantinha sob o seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, com o pátrio poder romano e o direito de vida e morte sobre todos eles" (Engels, 1984, p. 96).

As feministas marxistas buscam encontrar uma base material para o patriarcado e, entre elas, a já citada Heidi Hartman afirma que esta

base é o controle que os homens têm sobre a força de trabalho das mulheres. Para ela isto cria solidariedade entre os homens e estes por sua vez conseguem manter tal controle excluindo as mulheres do acesso às fontes produtivas e restringindo sua sexualidade (Hartman, H., apud Sargent, 1981).

Numa outra perspectiva se acentuaria que o patriarcado implica na internalização, através de um processo inconsciente, das regras sociais de dominação e subordinação sexual.

Há até mesmo importantes estudiosas, como Sheila Rowbotham, que apontam problemas neste conceito. Para ela, a palavra denotaria uma forma universal e histórica de opressão o que acabaria nos remetendo às diferenças biológicas (fundamentalmente à capacidade de gestação das mulheres) e talvez obscurecesse o fato de que as diversas sociedades ao longo da história construíram e constroem diferentemente os gêneros; ou seja, Sheila entende que o conceito de patriarcado acena muito mais para a diferença sexual do que para as desigualdades sociais de gênero (Rowbotham, apud Samuel, 1981).

Se trago aqui estas ressalvas, não o faço no entanto com a intenção de descartar o conceito. Parece-me mais adequado acompanhar a reflexão de outras estudiosas que, respondendo à Sheila, indicam a necessidade de uma teoria das relações de gênero sem a qual de pouco adiantaria colecionar informações sobre as vidas atuais e passadas das mulheres, ou reunir as diversas histórias de sua opressão. Sally Alexander e Barbara Taylor afirmam que, assim como a dominação de classe, a de gênero não pode ser entendida apenas por se vivê-la. É preciso analisá-la e as teorias que têm sido desenvolvidas em torno do patriarcado são, para estas autoras, as primeiras iniciativas sistemáticas para proporcionar conceitos de análise (Alexander e Taylor, apud Samuel, 1981).

Assim, mesmo admitindo precariedades, valho-me do conceito para buscar compreender a vida destas mulheres.

Mesmo que os vínculos mais concretos de posse do homem (pai) sobre os membros da família não apareçam na maioria das sociedades contemporâneas do mesmo modo que se faziam notar nas sociedades antigas, encontramos, ainda hoje, uma autoridade masculina preponderante que em certo sentido pode ser entendida como um tipo de "posse" espiritual, e isto me parece presente no grupo estudado.

No entanto é oportuno notar também aqui que em muitas sociedades patriarcais a mulher tem posição central, no âmbito doméstico. Esta afirmação, aparentemente contraditória, é desenvolvida por Luiz Aragão, em um interessante estudo – *O nome da mãe* –, no qual ele examina a importância da família na sociedade brasileira e, dentro dela, o caráter central da categoria mãe (ou "esposa-mãe", como diz). Segundo ele, no Brasil, a família não restringe sua ação ao privado, mas invade também o plano político-cívico-social. É buscando as raízes desta tradição que ele nos remete às sociedades mediterrâneas (e dentro delas a antiga sociedade romana) para mostrar nelas o significado da família e da honra, destacando neste contexto a mãe como central. Diz ele:

Observa-se uma situação onde masculino e feminino, embora princípios antinômicos, coabitam o mesmo espaço físico e simbólico do doméstico. O fato de, nestas sociedades, um espaço particularmente sacralizado – o lar – ao mesmo tempo trazer consigo o estigma arcaico da "desordem feminina" implicaria, a nosso ver, a preocupação constante de se controlar e mesmo exorcizar o feminino. No final desse processo, e quando o consideramos em sua lógica extrema, o desfecho esperado seria o da santificação do feminino através de uma de suas figuras particulares (a mãe, no caso), paralelamente à persistência da virtualidade disruptiva da categoria feminino, considerado na sua generalidade (Aragão, 1983, p. 122).

Essas idéias fazem-me lembrar o respeito que cerca a "mamma" nas famílias de origem italiana, especialmente quando esta é a mais velha das mães (a "nona") em um grupo. Também esta tendência (do status da mãe aumentar com a idade) é referida pelo autor e nos

permite pensar sobre o menor "perigo" que a mulher idosa representa para (macular) a honra da família. Esta mulher é, sem dúvida, cercada de uma certa aura de santidade, construída também com muito "sacrifício" (mais uma palavra freqüentemente associada às mães). S e isto a reveste de respeito, no entanto não lhe confere poder. Como lembra este autor, a mãe é uma "figura particular", que de certo modo é santificada, excluída da generalidade das mulheres, mas é importante lembrar também que ao mesmo tempo persistem os aspectos desvalorativos para o conjunto das mulheres e que, pelo menos de alguma forma, todas as mulheres compartilham desta desvalorização.

Assim, no meu entender, o caráter patriarcal desta sociedade explica porque, embora participando de várias atividades com os homens, as mulheres não compartilhavam o poder. Participar diretamente da produção não dá às mulheres a garantia da igualdade, como talvez se pudesse acreditar numa concepção marxista mais "ortodoxa". Pode ser até uma condição necessária, mas está longe de ser suficiente.

Nesta comunidade a força do patriarcado atravessava o trabalho, a educação, a religião. O respeito (e o medo) ao pai, a compreensão da identidade com a mãe, a obediência ao marido e ao padre são todos indicadores desta tradição.

Mas esta, como todas, não foi uma comunidade homogênea e estática. As resistências das mulheres, expressas ou camufladas, também ali existiram e o desejo de uma vida diferente para suas filhas pode ter sido, para muitas, uma aspiração, e talvez até para algumas delas um objetivo concretizado. O alcance destas mudanças, as possíveis transformações na condição feminina precisam, no entanto, ainda ser demonstrados.

* * *

Referências Bibliográficas

ARAGÃO, L. "Em nome da Mãe", *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Vol.3, R. Janeiro, Zahar, 1983.

ARIZPE, L. "Las mujeres campesinas y la crisis agraria en America Latina" *Nueva Antropología*. Mexico, vol.VIII, n.30, nov.1986.

ENGELS, F. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. S.Paulo, Global, 1984.

GIRON, L. "A Imigração Italiana no RS: Fatores determinantes", *RS: Imigração e Colonização*. Dacanal, J. e Gonzaga, S. (org.). Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.

PERROT, M. *Os excluídos da história. Operários, Mulheres e Prisioneiros*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SAMUEL, R.(ed.). *Historia Popular y Teoría Socialista*. Barcelona, Crítica e Grijalbo, 1981.

SARGENT, L. (org.). *Women and Revolution. A discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism*. Boston, South End Press, 1981.

* * *

Guacira Lopes Louro é professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

As mulheres professoras e o ensino estatal

HELENA COSTA G. ARAÚJO

Introduzindo o problema

Quando se procura compreender a forma como o Estado interveio (e intervem) na construção da profissão de ensino, não se pode deixar de anotar que se está perante uma ocupação que crescentemente tem vindo a ser ocupada por mulheres. As Ciências Sociais procuram evidenciar a forma como a área do trabalho, incluindo a do setor estatal, se organiza de forma estratificada, conduzindo as mulheres, que em períodos determinados acedem ao mercado de trabalho, para postos subalternos, de pior remuneração, maior instabilidade e exigindo menores qualificações. Assim, a força de trabalho feminina é sistematicamente afastada de posições de chefia. Ao mesmo tempo verifica-se que determinadas áreas do setor de trabalho são predominantemente ocupadas ou por mulheres ou por homens. Como aquelas entraram, em muitos setores, posteriormente aos seus pares masculinos, tende a falar-se em feminização de um setor de trabalho particular quando é crescentemente ocupado pelas mulheres. O ensino é um dos setores em que visivelmente têm vindo a concentrar-se, situação que se começa a desenhar desde os finais do século XIX e se torna evidente nas décadas seguintes, no ensino primário, tanto em Portugal como em vários países.

Neste artigo pretende-se, em primeiro lugar, tornar visíveis diferentes perspectivas sobre a feminização do ensino – é o setor do ensino primário que é aqui analisado – nas décadas de 1920 e 1930, numa altura em que Portugal está a passar por transformações que alteram visivelmente o clima social e político, pondo termo ao que tem sido denominado de "Estado Liberal", para seguidamente procurar, no campo das Ciências Sociais, teorias recentemente formuladas que procuram dar conta deste processo de feminização. Finalmente, é também

aqui um objetivo aliar a esta pesquisa uma tentativa de articulação com a situação particular de Portugal no contexto mundial.

"São as mulheres seres incapazes de propagar idéias justas, combater vícios e estimular a vida local?"

Na altura em que o Estado está a lançar medidas no campo educativo cada vez mais congruentes e dirigidas para a formação de um Estado ditatorial e corporativista, – o "Estado Novo" – um jornal de tradição republicana publica, em 1932, um artigo em que se afirma que as mulheres professoras não servem para a profissão, devido "ao seu feitio, a sua constituição física, a fragilidade própria do seu sexo, o papel de mãe e de mulher", que as tornam incapazes de

propagar idéias justas, combater vícios, encarregar melhoramentos materiais, destruir preconceitos, concitar iniciativas, etc.²

A imagem tão fortemente propagada durante o regime republicano do professor como "sacerdote da democracia" não podia, pois, ser perseguida por elementos femininos: questões biológicas impediam as mulheres de desempenhar o papel prestigiado de defensoras de uma democracia frágil, a necessitar ser fortalecida através da instrução e da intervenção na comunidade. Constatava o articulista que a profissão, em vez de ser desempenhada por

uma legião de bons professores prontos a tomar sobre ombros a pesada tarefa (de combater) a ignorância desenfreada na rua, na praça pública, no meio dos aldeões, no seio das famílias, em toda parte (em que) o professor deve fazer sentir a sua ação benéfica e purificadora,

estava a ser invadida por um "aluvião de profes-

soras"(ibidem).

A irredutibilidade entre dois sexos, devida à diferença entre os seus instintos biológicos e à sua diferente relação com a reprodução, em termos de papéis a desempenhar, concebidos como determinando a organização da vida social, constitui um elemento suficientemente difundido, não só no período posterior ao golpe do 28 de Maio de 1926, mas também na atmosfera intelectual de setores republicanos específicos, no período anterior³. Esta relação entre reprodução e organização da vida social pode ser atribuída à influência de Darwin e seus discípulos no pensamento político e social da época: nestes autores, extrapola-se a necessidade funcional da diversidade de comportamentos sociais para que a reprodução tome lugar, a partir do processo de "seleção sexual" – os indivíduos do sexo masculino competirão entre si de forma a atrair o sexo oposto, saindo como vencedor o mais adequado. As atitudes e atividades femininas de "apagamento" derivariam de seu papel e lugar na reprodução, na base do pressuposto de que a "célula feminina assegura a permanência da espécie, enquanto a célula masculina adquire uma capacidade peculiar e distinta para a mutação" (Coward, 1983:79).

A perspectiva referida naquele jornal em relação às mulheres professoras poder-se-á enquadrar melhor quando se estabelece a relação com um período em que existe uma nítida consciência, entre os setores republicanos e outros de oposição ao regime saído de 28 de maio de 1926, de que as políticas republicanas no campo da educação não conseguiram realizar muito do que se tinham proposto. Parece haver um consenso entre os estudiosos daquele período de que:

(...) a República não cumpriu as suas promessas no domínio educativo, mostrando-se incapaz de endireitar uma situação que os seus próprios dirigentes consideravam como "caótica" e de criar novas formas de educação para a infância e a juventude (Nóvoa, 1987:550)⁴.

Como pressuposto daquela afirmação, publicada no jornal, estaria a tentativa de estabelecer uma relação de causa e efeito entre uma maioria de mulheres na profissão de ensino e o fracasso das políticas republicanas⁵?

Encontramos, no entanto, no período republicano, outras formas de construção do "gênero"⁶ que definem as atividades das mulheres em termos não deterministas, e de acesso igualitário em relação aos pares masculinos. Cite-se como exemplo, artigos da revista *Educação Social*, em que a problemática é abordada, pondo em questão o "argumento biológico", contrapondo argumentos históricos e antropológicos. Procura-se aqui relacionar concepções deterministas sobre a ação das mulheres com relações de poder em que se situam, afirmando nomeadamente:

O homem faz da mulher um animal doméstico, que não sabe pensar, refletir, ter consciência dos seus direitos e deveres. Não a educa, convertendo-a num ser humano; quando muito, a sua preocupação é torná-la prendada; uma menina prendada é a mulher que diverte, que recreia, que exhibe habilidades e sensualidades, que batuca no piano Chopin, as músicas sensuais de cabarés ou os fados das revistas, que sabe menear em meneios licenciosos, etc. (*Educação Social* 1925, II (3) 15 março, p.89).

Seguidamente sublinha a igualdade das mulheres no acesso a todo tipo de profissões, e a sua capacidade de as exercer, não havendo "profissões ou ocupações sociais baseadas na natureza sexual, mas sim conforme as condições sociais" (ibidem).

Uma terceira posição definir-se-ia numa outra vertente, defendendo que o ensino não deveria ser majoritariamente desempenhado por mulheres. Várias posições são tomadas pelas associações de professores contra a progressiva feminização da ocupação, que atribuem ao fato de "os homens [procurarem e encontrarem] funções mais lucrativas"⁷. Segundo esta perspectiva, assistir-se-ia a uma degradação do estatuto do professorado, devida à feminização da ocupação. Mais, esta não causava apenas a degradação do estatuto profissional, mas a própria qualidade do ensino se ressentia com este processo⁸.

Não deixam de transparecer tensões, no campo das Ciências Sociais, quando esta perspectiva se confronta com o contexto em que a profissão de ensino estaria situada, segundo a visão que deste período nos dá António Nóvoa (1987:586): os anos 20 constituíram a "idade de ouro da escola", e

a idade de ouro dos professores (...) [no período em que os professores foram] mais reconhecidos do ponto-de-vista social, econômico e tiveram maior prestígio: o processo de profissionalização atinge então o seu ponto culminante (idem:609).

Apesar do prestígio da ocupação, o professorado encontra-se descontente com a sua "condição humilde de funcionários públicos" e, impelido por aquilo que Nóvoa (idem:588) denomina de "o mito da escola, o mito da igualdade de oportunidades e da democratização da escola", formula um conjunto de reivindicações para a obtenção de maior autonomia profissional e administrativa no exercício das suas atividades. É pois num período de reconhecido prestígio da função docente que, paralelamente, grupos de professores mais intervenientes tomam consciência do estatuto menor que lhes é distribuído e atribuem-no à feminização crescente do ensinar. Como explicar esta contradição (aparente?): poder-se-á falar de um certo exagero na visão que Nóvoa constrói sobre a situação social do professorado no período republicano? ou será que o professorado masculino, mesmo em alguns dos setores mais militantes, está imbuído de concepções discriminatórias em relação aos seus pares femininos na ocupação?

"Funcionalidade" vs. "Disfuncionalidade" feminina em relação ao político.

Vários autores salientaram já que, na passagem da República para o Estado Novo, o papel do professor se transformou de um "sacerdote da democracia" para um "moldador de almas": a ação da escola já não estava dirigida para formas de modernização e desenvolvimento da realidade social e política, mas antes para a propagação de valores e ideais sustentadores de um regime autoritário e de ditadura. O professorado foi restringido nas suas formas de associação sindical e pedagógica e as suas condições de trabalho afetadas pela introdução de processos de controle político e ideológico, com implicações visíveis para a qualidade de ensino⁹.

Podem estabelecer-se relações entre a mudança no papel dos professores, de um período para outro, e as formas de construção de identidades masculinas e femininas? Tem sido salientada em algumas análises a "funcionalidade" das mulheres professoras em relação ao regime salazarista (sobretudo pondo em

foco o recurso às regentes escolares), com base em dois tipos de argumentos: ou apontando as características "intrínsecas" femininas de passividade e adaptação (repondo de alguma forma argumentos biologizantes), ou explicando essa funcionalidade em relação ao sistema político de ditadura pela origem social do recrutamento. Filomena Mónica (1977), ao interrogar-se sobre as percepções que "a maioria silenciosa" de 70% de mulheres no ensino primário teria sobre o controle ideológico e a desvalorização do estatuto, em que crescentemente o professorado estava envolvido, particularmente após 1933, sublinha a sua passividade e adaptabilidade às condições sociais, políticas e culturais em que se situava (idem:202), devido à origem social de onde provinha: tratava-se de mulheres que tinham origem nas camadas mais baixas do campesinato (idem:188), por isso particularmente expostas ao crescente sistema de patrocínio local; mesmo como profissionais, o seu estatuto era baixo e dependente do estatuto dos maridos, "provavelmente o farmacêutico da terra, um comerciante ou um funcionário público":

Para essas raparigas – a catequista, a pupila do pároco, a sobrinha da governanta – a mudança do regime político só trouxera vantagens porque à hierarquia social deviam o seu recém adquirido prestígio (Mónica, 1977:202-203).

Era pois esta origem social que explicava o conservadorismo feminino na ocupação, podendo concluir-se que:

dóceis, baratas e politicamente conservadoras, as mulheres tinham as qualificações ideais para educar os filhos dos pobres (idem:209).

No entanto, esta origem social baixa do professorado é posta em questão, pelo menos no que diz respeito ao período 1918-1936, por contributos de um outro estudo: mais de 2/3 do professorado tinha uma origem em camadas "intermédias (artesãos/operários qualificados, comerciantes, funcionários públicos, professores, profissões liberais); apenas uma pequena percentagem provinha dos setores rurais pobres (4.9% de assalariados rurais)(Nóvoa, 1987:602-3).

Mónica relaciona a mudança do papel do professor como "guia de opinião nas comunidades de província" com o aumento de recrutamento de mulheres, que "terá assumido propor-

ções sem precedentes nos anos de 1930-1950⁹(idem:200), estabelecendo assim uma relação de causa e efeito entre feminização e desaparecimento do papel do professor como animador da comunidade local. No entanto, considerando os dados que fornece, verifica-se que, entre 1911 e 1926, a percentagem de professoras cresce 13%, enquanto entre 1926 e 1940 aumenta 6%(idem:209), sobressaindo assim o período republicano como um processo de feminização mais expressivo ¹⁰.

Considerando os dois períodos, verifica-se que se é confrontado com perspectivas em que se assume a "funcionalidade" política e educativa das mulheres professoras no ensino primário em relação ao sistema salazarista, ao mesmo tempo que se sublinha a sua "disfuncionalidade" em relação regime republicano, o que poderia conduzir a visões essencialistas da "condição feminina", em termos de anulamento e passividade, ausente como está uma reflexão e uma teoria da construção das identidades femininas e masculinas por ideologias, estruturadas historicamente no contexto de condições materiais específicas, como propõe Michelle Barret (1984:84). Como esta autora afirma, muito do trabalho realizado nesta área tem um carácter descritivo, desenvolvendo-se em torno da questão "que imagens de mulheres são apresentadas?", sem que seja integrado numa perspectiva articulada teoricamente (idem:100). Na instância de produção cultural, e mais especificamente na de reprodução cultural, um conjunto de conceitos procuram dar corpo a processos particulares ocorridos na transmissão de divisões de "gênero" ("estereotipia", "compensação", "conluio", "recuperação")-(idem:108). O de "compensação" tem especial relevância quando aplicado à situação vivida no Estado Novo, pois refere-se à "apresentação de imagética e idéias que tendem a elevar o valor moral da feminilidade"(idem:109), num contexto de relações patriarcais¹¹. A "ideologia da domesticidade" apresenta aqui um significado preciso, dentro da referência constante no Salazarismo à família, pela qual nos batemos como pedra duma sociedade bem organizada¹² e que se poderia caracterizar como uma

família repressiva, tradicional, em que a mulher não tinha o estatuto de parceira com os mesmos direitos, mas os de sócia subordinada (Mónica, 1977:275).

As mulheres eram pois construídas ideologi-

camente como aquelas cujas atividades se esgotavam na esfera doméstica, em torno do cuidado dos filhos, da casa e do marido, pela qual eram responsabilizadas, mas numa situação de subordinação em relação aos elementos masculinos. E, no entanto, a retórica salazarista apresentava a família como a célula central na dinâmica da nova sociedade que se pretendia construir e consolidar. Nas palavras de Salazar:

Assim nós temos como lógico na vida social, e como útil à economia, a existência regular da família do trabalhador; nós consideramos fundamental que seja o trabalhador a sustentá-la; defendemos que o trabalho da mulher casada, e de maneira geral, mesmo o da mulher solteira, compreendida na família e sem ser responsável por esta, não deve ser encorajado; nunca houve uma boa dona de casa que não tivesse muito o que fazer. As mulheres não compreendem que não se atinge a felicidade pelo prazer, mas sim pela renúncia. As grandes nações deveriam dar o exemplo, conservando as mulheres no lar. Mas as grandes nações parecem ignorar que a constituição sólida da família não pode existir se a esposa viver fora da sua casa¹³.

Não deixa de ser relevante verificar que, apesar desta acentuação tão exclusiva nas atividades domésticas femininas e do permanecer das mulheres fora da esfera pública, a feminização do ensino ao longo do salazarismo continuou a acentuar-se, embora a ritmo mais lento, o que parece pôr em causa a total eficácia do discurso ideológico então produzido.

Isto conduz-nos a analisar a "efetividade" das ideologias (como a da domesticidade) não como recepção direta, compulsiva e uniforme, por parte de grupos sociais que apresentam uma diversidade cultural e percursos existenciais diferenciados. Como M. Barret acentua (1980:106-7), a "ideologia não é transparente" na forma como é lida, interpretada, interiorizada, mas é antes indicadora "dos limites dentro dos quais determinados sentidos são construídos e negociados numa determinada formação social". A ênfase acrescida no papel doméstico e maternal das mulheres no Estado Novo não foi suficiente para estancar a procura crescente de trabalho assalariado por parte de professoras (muitas delas casadas). Mas, como tem sido freqüentemente assinalado, foi um trabalho que o Estado Novo enquadrou, através de uma forte ideologização, percorrendo as práticas educativas que o professorado utilizava, impedindo as professoras de aceder a cargos

diretivos nas escolas¹⁴, prescrevendo o tipo de apresentação física e os comportamentos sociais que tinham de ser seguidos por estas, incluindo o perfil de marido conveniente para uma professora primária (Mónica 1977:186).

Se a obra de Filomena Mónica nos proporciona uma análise da forma como se estrutura ideologicamente o discurso do Estado Novo em torno da família, esta análise não é relacionada com a atuação das professoras na sociedade salazarista. Os pressupostos políticos e ideológicos, implicados nas categorias do feminino daquele período, não são discutidos quando a análise refere as questões da feminização do ensinar. Também aí não se encontra um confronto nas formas de construção da família patriarcal, tanto no período da República como no do Estado Novo. A continuidade das estruturas patriarcais na sociedade portuguesa, entre os dois períodos, não fica pois identificada no quadro das relações de poder entre elementos femininos e masculinos e na atribuição e responsabilização exclusiva das mulheres pela esfera doméstica, enquanto o espaço público é construído como adequado e exclusivo (quase) da participação masculina¹⁵.

É possivelmente na ausência de uma análise em que a existência de relações patriarcais seja tomada em consideração (tanto na esfera da família, como da economia ou do Estado) que a "funcionalidade" das mulheres professoras no Estado Novo e a sua "disfuncionalidade" no regime republicano são projetadas como formas de perspectivar as suas atividades. No período republicano – caracterizado por um "positivismo racionalista... [em que] política e cultura viva tendiam a ser mundos à parte" (Maria Belo *et al.*, 1987:274) – as mulheres não encontraram condições sustentadas para o reconhecimento de alguns dos direitos que reivindicavam mais insistentemente, embora o movimento republicano tenha fornecido, entre 1907 e 1913, condições para sua expressão e mobilização, em torno da igualdade na família, da independência económica, do divórcio, do direito de voto (idem: 263)¹⁶. No entanto, a partir de 1913, na altura em que a República tira o direito de voto às mulheres:

a visibilidade de participação das mulheres na vida política vai-se sumindo, ao ponto de nada ou quase nada se encontrar na documentação da época. Limitam a sua atividade pública aos aspectos educativos ou assistenciais e mesmo aí

o caminho é-lhes constantemente obstruído. Também nas lutas operárias desaparecem das primeiras páginas (Belo *et al.*, 1987:263)¹⁷.

O entrelaçar da esfera doméstica na vida profissional das professoras

Procurou-se até aqui examinar perspectivas que, nas décadas de 1920 e 1930, confrontam a questão da feminização do ensino, relacionando-a com a diminuição do estatuto profissional do professorado, a mudança do papel do professor, a diminuição da qualidade de ensino. Seguidamente, salientou-se a ausência, nestas perspectivas, de uma teoria da construção do "gênero" que pudesse explicar a acentuação, em relação ao contexto republicano, da "disfuncionalidade" das professoras, para no período do Estado Novo se inverter o processo e aparecer clara a sua "funcionalidade". A forma como as atividades das mulheres foram construídas nos dois períodos em torno da esfera doméstica como específicas da sua atividade, deslegitimando-lhes assim a ocupação do espaço público, pode ser relacionada com a concentração das professoras no espaço da sala de aula, e não tanto na comunidade local.

A pesquisa que temos vindo a realizar, recorrendo a Histórias de Vidas de professoras que ensinaram no período final da República, indicam como a sua atividade se dirige para a sala de aula, na transmissão de saberes específicos (aprender a ler, escrever e contar) e na interiorização de valores, atitudes e orientações que permitam às crianças integrar-se na ordem social existente.

Como uma das professoras refere, quando alude ao seu trabalho num bairro urbano degradado

aquilo é fome, peste e guerra, aquela gente precisa muito, muito, muito de educação, principalmente de educação. Mais de educação do que até de instrução, e eu aproveitava todos os ensejos para lhes dar um caminho bom...é disso que precisam.

E quando refere o trabalho em aldeias "onde os ambientes familiares são muito atrasados", o trabalho da escola é analisado pelo seu caráter árduo, não só porque a criança vem para a escola sem preparação para a recepção do "código elaborado" da escola, ao mesmo tempo que teme o confronto com uma escola

normativizadora ("vêem o professor ou a professora como uma pessoa inimiga, quando a criança prevarica, dizem-lhe deixa estar que vais para escola e lá a senhora professora faz-te as caridades"), como também o trabalho "civilizacional" da escola se estende a áreas como a das regras de higiene ou de alimentação. É sobretudo o "choque cultural" da escola em meio rural que é particularmente enfatizado. É a partir do trabalho pedagógico realizado na sala de aula que se procura vir a contribuir para mudanças futuras no meio envolvente.

O trabalho da professora para a comunidade só é concebido de outra forma como resposta a solicitações específicas a alguém que possui um capital cultural escasso na aldeia (onde apenas duas pessoas sabem ler), mas não como dinamização da vida local:

contavam comigo para tudo, naquele ano...era preciso um atestado, era eu quem redigia o atestado e depois o da junta lá o assinava, era preciso qualquer escrita que fosse e iam ter com a professora, era sempre, a senhora faz isto? faz aquilo? sim senhora, faço.

A vida local é referida pelos seus níveis de subsistência muito baixos, baseada em atividades agrícolas e de pastorícia, não se anotando rituais simbólicos significativos; naqueles que são nomeados (como o da matança do porco) a professora não está presente, pela interiorização da necessidade de se distanciar da vida local:

a gente tem de manter uma certa posição, tinha de me conservar no lugar que devia ocupar.

O assédio de pedidos, por parte dos habitantes da aldeia, de serviços e também de dádivas (broa, lenha, carne de porco) levam-na a representar a sua forma de estar na aldeia resguardada pela escola e pelos saberes que aquela prestigia e legitima. A Nóvoa (1989:32) refere-se a esta questão, quando sublinha que o estatuto dos professores tem sempre o estado "impregnado de um 'entre dois': i.e. não são burgueses, mas também não são povo; não devem ser pobres, mas também não convém que sejam ricos; não se devem misturar com o povo, mas também não se devem afastar demasiado". É precisamente esta ambiguidade do estatuto dos professores e de outros empregados no setor do Estado que E.O.Wright (1978) relaciona com a sua situação na estru-

tura de classes, explicitando-o através do conceito de "trabalhadores semi autônomos"¹⁸.

Ao mesmo tempo, a representação coletiva de sua atividade principal como mulher acentua a sua responsabilização pelos filhos, com quem deambula de aldeia em aldeia. A sua vida é representada como "vida de ciganos", pela constante mudança de local, em condições difíceis do ponto de vista económico e social, e sempre acompanhada dos filhos, referidos freqüentes vezes como objeto das suas preocupações primeiras. Para uma destas professoras, é em termos dos filhos que traça o percurso da sua vida profissional: começa a dar aulas quando os filhos entram na escola primária, para ser sua professora; deixa de ensinar quando o último filho termina a 4ª classe; só volta ao ensino quando necessita de acudir economicamente ao filho mais velho, para que ele possa terminar os estudos universitários, e então manter-se-á no ensino até se reformar. Uma outra professora conta como a sua filha, entre os primeiros meses e a idade de freqüentar a escola, se encontra sempre na sala onde dá aulas, dormindo ou brincando sossegadamente, acompanhada de uma rapariga da aldeia que cuida dela.

Esta breve incursão através de Histórias de Vida de professoras que exerceram a sua atividade no período final da República e na transição para o Estado Novo, ilustra não só a ambiguidade do estatuto profissional do professorado primário de então, mas sobretudo a forma como a responsabilização feminina pela esfera doméstica, num contexto geral de relações de poder patriarcais, conduziu as mulheres professoras a representar a sua atividade profissional particularmente ligada à sala de aula e resguardada de um envolvimento com a comunidade circundante.

A feminização do ensinar: teorias explicativas

Até aqui, confrontaram-se representações e perspectivas sobre a transformação do ensino numa ocupação crescentemente feminizada e as implicações desta mudança. A questão de fundo ainda não confrontada é a tentativa de compreender o que explica que, do ponto de vista sociológico, tenha ocorrido esta mudança na profissão de ensino.

A feminização do ensino constitui um pro-

blema sociológico que tem vindo a ser estudado em países do "centro", como a Inglaterra ou os Estados Unidos.

O estudo, realizado em Inglaterra por Miriam David(1980), aponta para atuação de forças ideológicas, num contexto em que a economia pôs limites ao fornecimento de mão-de-obra para o mercado de trabalho educacional. Refere-se concretamente à ideologia do "maternalismo", que apresenta o ensinar como característico e específico do "gênero" feminino. Trata-se de tomar como modelo as atitudes da mãe para com os filhos para ser seguido pelas professoras na sua relação com os alunos na sala de aula. E daí a construção de uma representação do ensinar como caracteristicamente feminina. Escola e família, nesta perspectiva, funcionariam como um "par": através do Estado, o ambiente familiar é recriado na escola, sobretudo pelo emprego das mulheres como professoras, de quem se espera que tenham atitudes maternas com as crianças. Além disso, a própria organização social do saber que a escola estabelece ensina as raparigas a ocuparem lugares na esfera doméstica como objetivo central das suas vidas.

A análise proposta por Caroline Steadman-(1985) permite especificar mais claramente o conteúdo deste "maternalismo": o ensinar teria sido construído através de formas de relação próprias do modelo maternal; assim, as professoras deveriam desenvolver na sua atividade "as aptidões das boas mães", dando corpo à imagem froebeliana de que o professor ideal das crianças é a "mãe tomada consciente". O sistema inglês teria adotado nas escolas públicas uma "ideologia oficial" acerca do modelo ideal de professor, cuja inspiração se basearia na observação do tipo de relação mantido entre mãe e filhos e tê-lo-ia expandido, através do sistema público de massas, de manuais e compêndios, e da formação inicial e em serviço de professores (Steadman, 1985:158)(19).

Em países como a Austrália, a explicação não seria muito diferente. O estudo de Noeline Williamson(1983) explica a forte feminização do ensino desde o século XIX pelo fato de haver poucas oportunidades abertas às mulheres e pela existência de outros processos ideológicos, que têm a ver com a construção das suas identidades e dos papéis que lhe são atribuídos socialmente. Se essa feminização não é mais

intensa, deve-se, na opinião desta investigadora, ao fato de terem sido estabelecidas restrições à entrada das mulheres no ensino, baseadas em políticas em que se deu preferência aos elementos masculinos por questões de controle emocional (receio de promiscuidade e de ultrapassagem de regras morais locais), como no final do séc. XIX, ou, na altura da Grande Depressão, por falta de emprego para os elementos masculinos, a quem se atribuía o papel de ganha-pão familiar.

Uma explicação diferente é adiantada por Richardson e Hatcher (1983), ao relacionarem a feminização crescente do ensino com o lançamento, por parte do Estado, do processo de escolarização de massas. O que sustentam é que, desde que a escolaridade se tornou obrigatória, o Estado defrontou-se com custos crescentes e elevados, do ponto de vista económico, para a poder levar a cabo, ao mesmo tempo que se tornava mais extensiva – constituindo assim um constrangimento económico forte. Uma das fontes de redução dos gastos poderia estar no preenchimento de lugares de ensino. A tendência estatal terá sido a de evitar aumentos no financiamento à educação, à medida que a rede escolar crescia, recorrendo à mão-de-obra feminina que tinha poucas oportunidades de trabalho abertas, podendo constituir uma fraca força negocial.

O caso inglês parece poder ilustrar esta análise, até porque os salários das professoras atingiam apenas 2/3 do valor dos salários dos seus colegas masculinos, situação que perdurou até a década de 1950 quando obtiveram a igualdade salarial, depois de períodos de lutas, sobretudo nos anos 1920 e 1930, percorridos por períodos de "crise financeira" do Estado, em que os salários, particularmente os das professoras, foram objeto de reduções (Oram, 1987: 276-7)). Recorrer à mão-de-obra feminina representava, visivelmente, reduzir os custos da escolarização.

Mesmo no caso português, em que as mulheres professoras tinham já salários iguais aos dos colegas masculinos desde o final do séc. XIX (Nóvoa, 1987:596)²⁰, o recurso à mão-de-obra feminina contribuiu, de uma outra forma, para que os gastos com a educação não aumentassem significativamente: perante uma força de trabalho crescentemente feminina, sem grande força negocial pela sua situação no

contexto das relações sociais de poder, foi possível ao Estado manter os níveis salariais do professorado muito baixos, enquanto a rede escolar crescia.

A. Nóvoa (1989:20) faz notar que, a partir de meados do séc.XIX,

se assiste a uma autêntica "explosão" da rede escolar primária, provocada por uma maior procura social de educação e por uma melhor capacidade de resposta institucional das autoridades estatais²¹.

Trata-se de um crescimento que pode ser demonstrado pelo número crescente de professores,

verificando-se quase uma duplicação dos efetivos docentes em cada vinte e cinco anos (Nóvoa, 1989:22).

A esta interferência de Nóvoa pode acrescentar-se uma outra, aqui visivelmente importante para o que se tem vindo a discutir: é que este aumento é muito mais expressivo em relação aos efetivos femininos, que começam por aumentar dez vezes mais, e depois triplicam nos mesmos períodos de tempo que este autor identifica(22). Parece pois poder apontar-se para o estabelecer de uma relação entre feminização do ensino e a expansão da escolarização de massas, na forma como o Estado recorreu a uma força de trabalho com menores possibilidades de encontrar áreas de trabalho disponíveis.

Para além das condições económicas, como Richardson e Hatcher salientam, a feminização de áreas do trabalho sofreu também os condicionamentos herdados da estruturas e padrões do trabalho pré-industrial, o que terá contribuído para que as mulheres tendessem a situar-se em atividades mais relacionadas com as que envolviam na esfera doméstica até então.

A feminização do ensino na periferia

Portugal tem sido caracterizado, de acordo com a perspectiva de I. Wallerstein (1984), pela posição de semiperiferia que ocupa no sistema mundial:

durante o longo período colonial, e sobretudo a partir do séc. XVIII, Portugal foi um país central

em relação às suas colónias e um país periférico em relação aos centros de acumulação capitalista. Entre umas e outras desempenhou o papel de correia de transmissão, um dos papéis típicos dos Estados semiperiféricos (Santos, 1985:870).

B. Souza Santos (idem:872) assinala, no entanto, que o conceito de semiperiferia nunca foi trabalhado mais aprofundadamente por Wallerstein, de forma a que pudesse ter consistência teórica e ser referenciado a um conjunto de condições sociais, políticas, económicas, culturais, que caracterizam a formação social portuguesa na sua especificidade em relação aos países do centro e da periferia, e não apenas com caráter descritivo, como surge na formulação citada.

Não é objetivo deste artigo procurar discutir a "materialidade social" do conceito de semiperiferia aplicado a Portugal, no contexto das relações mundiais, nas décadas de 1920 e 1930, mas apenas, ao relacionar feminização da profissão de ensino e processo de escolarização de massas, anotar (ainda que no enquadramento de uma primeira abordagem) alguns aspectos específicos à formação social portuguesa, quanto a esta articulação.

É, precisamente, em relação ao processo de escolarização de massas que pode ser sublinhada uma das especificidades de Portugal em relação aos países do "centro". A contribuição de Ramirez e Boli(1987) mostra como este processo diferencia, entre os séc. XVIII e XIX, potências mundiais, como a Inglaterra e a França, de outros países com menor poder e influência no sistema interestadual, no que diz respeito à precocidade do seu lançamento: são estes últimos que mais cedo a ele recorrem, em momentos de crise social, económica ou política, permitindo realizar a construção da nação, de acordo com um modelo crescentemente pressuposto do que constitui uma "sociedade nacional":

O sistema interestadual evoluiu de uma coleção dispersa de monarquias centralizadoras, que abraçaram ideologias baseadas no direito divino, para um conjunto de Estados-Nação altamente interdependentes que invocaram a "nação" como justificação para a ação do Estado.(...)Transformar as massas em cidadãos nacionais tornou-se uma característica padronizada no processo de construção da nação, orquestrado pelo Estado; utilizar o sistema de escola de massas estatal para atingir este objetivo político tornou-se um

modus operandi aceite vulgarmente (Ramirez e Boli, 1987:13).

Portugal, tal como outros Estados europeus menos poderosos, foi um país precoce no lançamento da escolaridade incrementada e sustentada pelo Estado, a ela recorrendo, em momentos de crise e de necessidade de afirmar uma identidade nacional: 1759 e 1772 marcam dois momentos importantes na intervenção do Estado no lançamento de escolas estatais, depois da expulsão dos jesuítas, que até aí tinham controlado muito da educação do país (tal como na Áustria, onde o mesmo tipo de medidas foi tomado, depois da expulsão dos jesuítas). Num outro momento, depois da guerra civil entre Miguelistas e Liberais (1828-1834), o Estado estabelece o princípio da obrigatoriedade escolar, em 1835. São estes dois exemplos que tornam explícita a diferença de um século e a intervenção do Estado na educação em Portugal e essa mesma intervenção nos países do "centro".

E se, entre os países do centro e países como Portugal, o recurso a uma mão de obra feminina na expansão da escola de massas pode ser considerada (recorrendo a um conceito de Ramirez e Boli, 1987) uma "similaridade transnacional", é no entanto necessário especificar com mais atenção as condições sociais, políticas e culturais em que este processo decorre em Portugal.

No início da República, em 1911, as mulheres professoras são já 54% e, em 1926, são 67%, e isto passa-se num país como Portugal, situado na semiperiferia do sistema mundial, marcado por processos de forte estratificação, tanto nas divisões de "género" como nas de classe social, com uma economia ruralista, assente em grande parte em estruturas pré-capitalistas, e apresentando elevadas taxas de analfabetismo. Que tensões terá levantado, dentro de um sistema de relações patriarcais como este, o recurso a uma mão-de-obra crescentemente feminina no processo de expansão de escolarização de massas?

Ainda nos anos trinta, Portugal tinha 80% da sua população (de 7 milhões de habitantes) a habitar no espaço rural, caracterizando-se por uma rígida hierarquia social, e a ausência de processos de mobilidade entre grupos (Mónica, 1987:7). Entre as duas guerras a sua economia é, nas palavras de Medeiros (1978:288):

um mosaico de situações diversas, tanto do ponto de vista geo-económico, como do dos modos de produzir, articuladas entre si de maneira complexa.

Um numeroso campesinato pobre (sobretudo nos distritos do centro e norte litoral), frequentemente em formas de produzir pré-capitalistas, e recorrendo à emigração como forma de escapar à proletarianização, e, a sul, um extenso proletariado, vivendo em condições de difícil subsistência, constituem os setores mais significativos que habitam os campos portugueses. O setor industrial, por sua vez, é constituído por um "agregado de produções heteróclitas", podendo dizer-se que não apresenta "uma verdadeira infra-estrutura industrial", desenvolvendo-se sobretudo em torno de duas indústrias principais (têxtil algodoeira e conservas de peixe), viáveis somente porque os custos da reprodução da sua força de trabalho são suportados pelo trabalho familiar aldeão (no caso da têxtil) ou piscatório (quanto às conservas) (Medeiros, 1978:105).

Apenas o setor de serviços, particularmente no que diz respeito às profissões liberais e aos funcionários públicos, entre a 2ª metade do séc.XIX e a década de vinte, se terá desenvolvido "consideravelmente, aproximando Lisboa e Porto das cidades europeias", embora estas situações não passassem de "enclaves modernos num universo arcaico" (Mónica, 1977:72)²³.

É neste contexto que se encontra, como já se assinalou, uma estratificação acentuada, não só em termos de classe social mas também de "género". Quanto a esta última, as condições iniciais possibilitadas pelo 5 de outubro de 1910 na expressão e sustentação de reivindicações para uma maior igualdade entre homens e mulheres parecem já não existir na década de 1920: se o direito ao divórcio foi obtido, a igualdade da mulher na família perante a lei é ainda um objetivo longínquo, e o direito ao voto foi retirado. As desigualdades de acesso ao ensino são mais notórias em relação às raparigas do que aos rapazes e a co-educação parece só ser realizada de forma global na Escola-Oficina nº 1, uma escola que deve a sua aparição a uma estratégia "substitucionista" (Archer, 1984)²⁴.

A feminização do ensino não pode ter deixado de levantar resistências num contexto social, económico e cultural como este, de que

nos chegam alguns ecos, como o referido no início deste trabalho, e que seria necessário explorar sistematicamente para melhor perceber a sua dinâmica. O ensino não se terá feminizado mais porque foram tomadas medidas para contrariar esse processo (como a existência de vagas que só podiam ser ocupadas por elementos masculinos; ou, mais tarde, nos anos trinta, com o impedimento do exercício de cargos diretivos escolares pelas professoras).

Se compararmos o que se passava nos países do "centro" quanto a este processo, verifica-se que, no final do séc.XIX, nos Estados Unidos, as mulheres professoras constituem já 63% da profissão, sendo mesmo já 90% nas cidades (Grumet,1981:167). No contexto europeu, o caso inglês é também de forte feminização: entre o último quarto do séc.XIX e 1914, as professoras aumentam 862%, enquanto o aumento correspondente masculino é apenas de 291%; e, em 1914, as mulheres professoras são já 75% na profissão (David, 1980:129).

Na situação de semiperiferização em que Portugal se encontrava, o Estado recorreu precocemente a uma intervenção na educação, lançando as bases para uma escola de massas que lhe permitisse construir uma identidade nacional, como já atrás se assinalou. Mas, comparativamente a países do "centro" (embora tenhamos que ter em atenção que os dados estatísticos referidos anteriormente dizem respeito a formações sociais muito diferentes e seja, pois, necessária alguma prudência ao utilizar estes dados para deles extrair conclusões sobre processos complexos), essa intervenção na educação não recorre cedo a uma mão-de-obra maioritariamente feminina: no final do séc.XIX (1899/90), as professoras constituem 37,2% da profissão docente (Nóvoa,1987:594). Todavia, como se assinalou anteriormente, entre o último quarto do séc. XIX e 1910, a profissão de ensino está a feminizar-se a um ritmo rápido, já que o aumento de mulheres professoras é de 584%, enquanto os homens professores crescem apenas de 131%, num contexto geral em que os efetivos docentes aumentam duas vezes mais(230%). A feminização do ensino, i.e, a construção de imagens do

ensinar como adequado para a ocupação de raparigas, é com uma eficácia própria, atingirá números mais expressivos duas décadas mais tarde²⁵.

A concluir

Pretendeu-se sobretudo enfatizar que a feminização do ensino (no setor primário) aparece nos países referidos ligada à extensão da escolaridade obrigatória, como processo transnacional, no momento em que os Estados tomam a seu cargo a expansão da escola de massas. O recurso a uma mão-de-obra feminina parece ter permitido uma contenção nas despesas estatais quando a rede escolar se está a expandir. Há, no entanto, uma diferença assinalável entre Estados centrais e periféricos na Europa – o período posterior em que aqueles intervêm no processo de expansão da escolaridade, enquanto os países periféricos a este recorrem mais cedo. Num destes casos – Portugal – (país onde se verificou uma intervenção precoce do Estado na educação pública, mas uma expansão tardia da escola de massas), a feminização do ensino realizou-se posteriormente à dos países do "centro".

Os problemas que o Estado encontrou no processo de expansão da escola de massas, na sua situação específica de semiperiferização, podem-no ter impedido de recorrer mais cedo a uma força de trabalho feminina: os problemas de legitimação que essa força de trabalho lhe poria podiam tornar-se incomportáveis para o processo de acumulação em curso no contexto específico português. Embora se possam observar, através dos exemplos anteriormente avançados, as resistências culturais que a crescente concentração feminina nas atividades de ensinar levantou em certos setores, é necessário um trabalho aprofundado que, de forma mais sistemática, identifique perspectivas ideológicas que dão corpo a estas resistências, e que tornem mais visíveis os problemas de legitimação que o Estado teria tido de enfrentar se já em meados do séc.XIX (como nos países do "centro") a expansão da escola de massas se apoiasse numa mão-de-obra maioritariamente feminina²⁶.

1. Cf.S.Stoer e H.Araújo (1986), em que se procura analisar a forma como as políticas educativas, no pós 28 de maio de 1926, contribuíram para a formação de um Estado autoritário e de ditadura, embora especificamente no período entre 1926-1930 tenham sido freqüentemente desenvolvidas de forma contraditória.
2. *In República*, 20 de julho de 1932, cit in Mónica, 1977:210.
3. Uma posição diversa é formulada no campo educativo por educadores como Adolfo Lima, que exprimiram pontos de vista diferentes, como adiante se verá.
4. Cf. tb. Mónica, 1977; Bento, 1978; Candeias, 1981; Stoer e Araújo, 1987.
5. No sentido de que as mulheres não eram seres capazes de iluminar suficientemente as consciências, de forma a que os apoios ao regime republicano se fortalecessem.
6. Ao inserir o conceito de "gênero" temos consciência do caráter polêmico que assume a sua introdução na língua portuguesa, tratando-se de um conceito que deve demasiado à sua origem anglo-saxônica, podendo a mensagem a transmitir perder em eficácia e impacto. No entanto, este conceito permite distinguir o processo social, que envolve a construção de identidades masculinas e femininas, do caráter biológico contido no conceito de "sexo". Não se está a negar "o corpo como instância mediadora através do qual nós depuramos as experiências sociais"(Ferreira, 1988:104), mas a acentuar uma explicação do social em que se torna visível a forma como processos sociais, como um mercado de trabalho estratificado ou a ideologia da domesticidade, operam sobre o campo biológico humano.
7. Almeida Costa in M.Boubon, *La situation matérielle et morale de L'instituteur dans le monde*, Paris, Internationale des Travailluers de l'Enseignement, Abril, 1925, pp.57-63, cit.in Nóvoa(1987:595).
8. Neste caso, a posição é da União do professorado Primário, cit.in Nóvoa (1987).
9. Cf. Mónica, 1977; Bento, 1978; Stoer, 1982; 1986; Nóvoa, 1987; Stoer e Araújo, 1987.
10. Sérgio Grácio (1986:24) apresenta taxas médias de variação das taxas de feminização que sustentam também esta afirmação, concluindo: "O Estado Novo corresponde portanto a um período em que não aumenta e pelo contrário diminui sensivelmente o ritmo da feminização do professorado primário".
11. O conceito de patriarcado aqui subjacente, e que surgirá ao longo deste artigo com alguma freqüência, apresenta uma variedade de formulações, sendo por isso necessário explicitar em que sentido será utilizado. Procura expressar a situação de subordinação feminina no contexto das relações de poder não só masculinas como capitalistas, numa sociedade como a portuguesa, assinalando(alíás segundo a proposta de Beechey, 1987:114) que, para melhor se poder compreender essa situação, é fundamental apreender as interligações entre o Estado, o processo de trabalho e a família e a forma como se desenvolvem à medida que a acumulação capitalista se processa.
12. Salazar de Antonio Ferro, p.133, citado em Mónica, 1977:275.
13. A.O.Salazar, *Como se levanta um Estado*, Lisboa: Golden Books, 1977, cit. in Maria Belo et al. 1987:266.
14. Decreto nº 22 369 de Março 1933, citado in A.Adão 1984:159.
15. Maria Belo et. al. (1987:264) dão sentido a este "quase", quando afirmam que "(o Estado Novo) deu uma visibilidade social e política excepcional para época às mulheres", pela concessão do voto limitado em 1934 (depois de a República o ter retirado em 1913) e o aparecimento de 3 candidatas a deputadas e uma para a Câmara Corporativa, 1934.
16. Cf. tb. o artigo de Elina Guimarães (1988).
17. Fernando Catroga (1985:145) mostra como, apesar das tomadas de posição e das perspectivas transmitidas sobre as mudanças operadas na República no campo das relações conjugais, a produção legislativa republicana neste campo pode ser vista mais como de continuidade com o período final da Monarquia e posteriormente com o do Salazarismo.

18. Cf. o nosso trabalho em "Towards an analysis of social class and ideologies in contemporary Portuguese teachers" (1982), em que se discute a aplicação desta perspectiva no contexto das relações educativas nas escolas portuguesas.
19. O sociólogo da escola funcionalista Talcott Parsons (1959), partindo do pressuposto de que os papéis expressivos são específicos dos elementos do sexo feminino, sustentou que as professoras representam uma continuidade do papel da mãe; no entanto, como profissionais, permitem uma necessária introdução da criança na cultura universalista que a escola representa. A feminização do ensino primário na perspectiva de Parsons é funcional para a socialização das crianças na sociedade contemporânea. Embora inspirando as perspectivas acima referidas, esta concepção claramente delas se distingue (entre outros aspectos) por se apoiar numa separação, para dois sexos, entre papéis instrumentais e expressivos.
20. Fina d'Armada documenta a diferença salarial entre ordenados de professores e de professoras em 1870 (1984/24/2).
21. Apesar desta "autêntica explosão escolar", no final do séc. XIX, quase 80% da população portuguesa continua analfabeta...
22. Mulheres Professoras: 1854, 53; 1875, 519;
23. Sobre o contexto social e político da República, cf. ainda o estudo de A.J.Telo (1980).
24. Estratégia substitucionista na educação refere-se ao desenvolvimento de atividades escolares por grupos populares e organizados, que procuram constituir-las em alternativa às atividades estatais, tanto no currículo, como na pedagogia e na avaliação.
25. Taxa de feminização do Ensino: 1899-1900, 37,2%; 1909-1910, 52,2% 1925-1926, 66,5%; 1940-1941, 73,3% (75,3% incluindo as regentes escolares). Dados de Nóvoa (1987:154).
26. Acrescente-se no entanto que neste período emerge uma outra perspectiva que contrargumenta que as mulheres são os elementos mais adequados para ensinar no espaço público, visto como extensão do trabalho educativo realizado na esfera doméstica, encontrando em D.António da Costa um dos seus representantes mais audíveis e influentes (além de outros cargos que desempenhou na esfera da educação, foi por breve período o primeiro ministro da Instrução do Reino- 1870), perspectiva que em muito contribuirá para transformar o ensinar numa atividade feminizada em condições históricas específicas.

* * *

Referências Bibliográficas

- ADÃO, Áurea, *O Estatuto Sócio-Profissional dos Professores Primários em Portugal*. Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência. de Ciência. 1984.
- ARAÚJO, Helena Costa, "Towards an Analysis of Social Class and Ideologies in Contemporary Portuguese Teachers", Dissertação de mestrado - Institute of Education, Universidade de Londres. 1982.
- ARAÚJO, Helena Costa, "Profissionalismo e Ensino", *Cadernos de Ciências Sociais* (3). 1985.
- ARAÚJO, Helena Costa, "Procurando as lutas escondidas através das Histórias de Vida", *Conferência Internacional de Consulta Psicológica*, Julho 1987 (no prelo). 1988.
- ARAÚJO, Henrique C.G., "História de Vida de um agricultor das Ardenas - acerca dos modelos de organização do tempo", *Atas do Encontro Sobre a Construção Social do Passado*, Associação dos Professores de História (no prelo). 1988.
- ARCHER, Margaret, *Social Origins of Educational Systems*. Londres, Sage. 1984
- ARMADA, Fina d', "História da Instrução Feminina", *Jornal de Notícias* 27/1 a 23/3. 1984.
- BARRETT, Michèle Paul, *Women's Oppression Today*. Londres, Routledge Kegan. 1980.
- BELO, Maria et al, "Salazar e as Mulheres", *O Estado Novo - das origens ao fim da autarquia*, 1926-1959. Lisboa, fragmentos. 1987.
- BENTO, J. Gomes, *O Movimento Sindical dos Professores - finais da Monarquia e I República*. Lisboa, Caminho. 1977.
- CANDEIAS, António, "Movimento Operário Português e Educação 1900-1926", *Análise Psicológica*, julho/agosto/setembro. 1981.

- CATROGA, Fernando, "A laicização do casamento e o feminismo republicano", *A Mulher na Sociedade Portuguesa - visão histórica e perspectivas atuais*. Coimbra, Faculdade de Letras. 1986.
- COSTA, D. Antônio, *História da Instrução Popular em Portugal desde a Fundação da Monarquia até aos nossos dias*. Porto, Ed. Educação Nacional, 1935. 1871.
- COWARD, Rosalind, *Patriarchal Precedents - Sexuality and Social Relations*. Londres, RKP. 1983.
- DALE, Roger, "Education and the Capitalist State: Contributions and Contradictions", M Apple (org) *Cultural and Economic Reproduction in Education*. Londres, RKP. 1982.
- DAVID, Miriam, *The State, the family and Education*. Londres Routledge Kegan Paul. 1980.
- FERREIRA, Virginia, "Feminismo e pós-modernidade", *Revista Crítica de Ciências Sociais* (24). 1988.
- GRÁCIO, Sérgio, *Política Educativa como Tecnologia Social*. Lisboa, Horizonte. 1986.
- GRUMET, Madeleine, "Pedagogy for Patriarchy: the Feminization of Teaching", *Interchange*, vol. 12 (2-3). 1981.
- GUIMARÃES, Elina, "A Joana de 1918 adquire autonomia", *Diário de Notícias*, 6 de abril. 1988.
- MEDEIROS, Fernando, *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo*. Lisboa. A Regra do Jogo. 1978.
- MEDEIROS, Fernando, "Capitalismo e pré-capitalismo nos campos em Portugal no período entre as duas guerras", *Análise Social* (46). 1976.
- MÔNICA, Filomena, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Presença. 1977.
- NÓVOA, António, *Le Temps des Professeurs*. Lisboa, INIC. 1987.
- NÓVOA, António, "Os Professores: quem são? donde vêm? para onde vão?", Stephen R. Stoer (org) *A Especificidade Educativa Portuguesa*. Porto, Afrontamento (no prelo). 1989.
- ORAM, Alison, "Sex Antagonism in the Teaching Profession: Equal Pay and the Marriage Bar, 1910-1939", Madeleine Arnot e Gaby Weiner (org.) *Gender and the Politics of Schooling*. Londres, Hutchinson/Open University. 1987.
- PARSONS, Talcott, "The School Class as a Social System", *Harvard Educational Review*, vol.29(4). 1959.
- RAMIREZ, Francisco, ORIGINS BOLI, John, "The Political Construction of Mass Schooling: European and Worldwide Institutionalization", *Sociology of Education* (60). 1987.
- RICHARDSON, John; HATCHER, Brenda, "The Feminization of Public School Teaching", *Work and Occupations*, (10) Fevereiro, 1983.
- SAMPAIO, Salvado, "A feminização da docência", *O Professor*(2). 1973.
- STEADMAN, Carolyn, "The Mother Made Conscious: the Historical Development of a Primary School Pedagogy", *History Workshop*, (20) Outono. 1985.
- STOER, Stephen, *Educação e Mudança Social em Portugal*. Porto, Afrontamento. 1986.
- STOER, Stephen; ARAÚJO, Helena C. , "A contribuição da educação para a formação do Estado Novo: continuidades e rupturas (1926-33)", *O Estado Novo: das origens ao fim da autarquia, 1926-1959*. Lisboa, Fragmentos. 1987.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, "Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português", *Análise Social*, vol.XXI (87-88-89). 1985.
- TELO, António José, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*. Lisboa, A Regra do Jogo. 1980.
- WILLIAMSON, Noeline, "The Feminization of Teaching in New South Wales: a Historical Perspective", *The Australian Journal of Education*, vol. 27 (1). 1983.
- WRIGHT, Erik O., *Class, Crisis and the State*. Londres, Verso. 1978.

Este artigo foi publicado originalmente na Revista Crítica de Ciências Sociais, (Portugal) nº 29, fev. 1990. Agradecemos à autora pela autorização de sua publicação neste número.

Helena Costa G. Araújo é professora da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Porto, Portugal.

E no princípio era o verbo... ou reflexões sobre a relação da mulher com a fala e a política

SILVANA LEAL CÓSER

No princípio era o Verbo, e o Verbo estava em Deus e o Verbo era Deus... E o Verbo se fez carne e habitou entre nós (Jo, 1, 1).

A relação da mulher com a palavra é coisa complexa passando por vários lugares – moralidade, erotismo, poder / não poder, falta / excesso, controle / descontrole. A idéia de que as mulheres falam demais está fortemente impregnada no imaginário social. Em torno dessa idéia, várias imagens podem ser chamadas à lembrança testemunhando essa associação – faladeira, fofoqueira, mexeriqueira, candinha, comadre, lavadeira, matraca, destramelada, língua de trapo, cacarejo. E ainda, a curiosidade, a incapacidade de guardar segredo, a inconfiabilidade, o descontrole, a desocupação, o ócio, a leviandade, o prazer, o gozo. A curiosidade matou um gato e fez Pandora abrir a caixa prejudicando toda a humanidade. Um segredo jamais estará seguro se confiado a uma mulher. A candinha gosta de falar de toda a gente, as comadres de se ocupar da vida alheia, as mulheres gostam de falar. As mulheres "gozam" de falar? Imagens opostas a essas – de silêncio e mudez – apareceram em minhas conversas com mulheres militantes em sindicatos, partidos e movimentos. Os elementos comuns aos depoimentos dessas mulheres foram o medo e a dificuldade em relação à palavra, à argumentação, à fala competente. Que medo é esse, ancestral, histórico, que parece habitar a maioria de nós, mulheres?

...o poder era muito da mulher, a grande força pra negociar e organizar. Mas, quando fizeram a reunião, puseram um homem como presidente. E eu ainda comentei "que coisa, né? Fazem tudo e depois têm que pôr um homem!" E fazem com coragem... Quer dizer, tinham todas as condições ... Que medo é esse?

Nessa fala, além do medo, pode-se pensar

que uma referência presente é também a divisão sexual de papéis. Compõe o perfil masculino, é sua "natural" atribuição, a ocupação desse espaço – o público – aqui representado pelo cargo. CHAUI (1986, p. 146) também aponta essa ocorrência:

É possível observar, por exemplo, que, na maioria dos movimentos populares e sociais desenvolvidos nos últimos anos no Brasil, a participação feminina é majoritária, ainda que as lideranças de muitos desses movimentos sejam exclusivamente masculinas (grifo meu).

PITANGUY (1982, p. 65-66), discutindo as relações entre a mulher, a natureza e a sociedade, observa:

... no processo social de construção da identidade de gênero demarcam-se espaços – público e privado – "próprios a cada sexo: ao homem o espaço externo, à mulher o espaço doméstico. (...) Tais espaços, demarcados a nível concreto, são sobretudo marcos de referência na representação simbólica do feminino e do masculino". (...) Desta forma, os homens se definem fundamentalmente em termos de seus sucessos ou fracassos em Instituições sociais de caráter externo, público, enquanto o marco de referência das mulheres foge à articulação formal da ordem social e se situa basicamente na etapa de seu ciclo de vida e das funções domésticas daí derivadas.

Esta noção está presente, ainda, no nível do senso comum, assim como, até bem recentemente, na legislação – a chefia da sociedade conjugal era direito masculino, independente da situação dos indivíduos, e à mulher, bem enquadrada em seu papel de companheira, cabia ajudar o homem.

De imediato pode-se perceber que são palavras diferentes, aliás, são "falares" distintos. O que os distingue são os espaços aos quais

estão referidos e seu objeto. Um falar está referenciado no mundo doméstico, nas miudezas, no desimportante. O outro é mais que um falar, é uma fala pública, um discurso político, fala competente, assunto importante. E se existem "ocupantes" legítimos dos espaços aos quais estas falas se remetem, mudar de posição, ocupar outro espaço acarreta um certo ônus. O sindicato e o partido político são identificados enquanto territórios masculinos, contrariamente aos movimentos sociais que se situam num campo mais fluido – da reprodução da vida, da construção de novas identidades sociais e podem melhor aceitar a presença da mulher. Mas, ainda que a experiência de militância apresente especificidades a partir do tipo de organização em que ela se dê, alguns elementos atravessam essas diferentes estruturas e insistem em apontar para dificuldades comuns à prática das mulheres.

... eu ainda não tive essa coragem...

Coragem para encarar de frente a categoria, dirigir uma assembléia, falar. Medo/coragem. Novamente a referência ao medo, mesmo que indireta (quem é corajoso não cede ao medo), agora indicando uma direção, tentativa de explicar, perceber a causa: "de não falar, de falhar; de não estar preparada". Esse medo, esse despreparo desdobra-se em insegurança.

É o tipo da coisa, nós, mulheres, não somos educadas para esse tipo de trabalho [sindical]. De repente, está aí, a mulher precisa assumir um monte de coisas, e fica insegura, a gente é muito insegura. As mulheres aqui estão compondo a direção e tudo, mas são muito inseguras. A gente faz um trabalho mais de bastidor. Mas tem que ficar bem claro: não é que aqui esta oportunidade não exista. Ela existe e, às vezes, é até uma exigência, mas eu tenho uma grande dificuldade de expor para muitas pessoas. Eu tenho essa deficiência, a outra diretora também... (grifo meu).

Este depoimento é rico, porque alinhava alguns pontos presentes em outras falas. A sensação de despreparo surge associada a uma falha na educação, em seu sentido de socialização, de preparação para a vida. Perpassa a idéia de que poderia ser diferente, caso outras condições tivessem sido oferecidas.

Muitas pesquisas analisando o sexismo na educação confirmam a realidade da discriminação. Ela acontece desde as formas mais sutis às mais óbvias. Está presente na família, na

escola, nos meios de comunicação, conforme pode ser visto em BELLOTTI (1970), BEAUVOIR (1980), ROSEMBERG (1975, 1977, 1985). Esse sexismo, presente na cultura e atribuído à socialização, enquanto instrumento na construção da subalternidade feminina, aparece em vários depoimentos:

Quer dizer, tem toda uma formação no campo, ainda muito forte, de que a mulher tem a sua tarefa específica, que é cuidar da casa, dos filhos e tudo o mais. Já é uma batalha pra gente romper com essa tradição e, além do mais, no campo sindical existe este descaso em relação a incentivar a participação da mulher...

(...) A formação da gente é essa: a menina é criada para casar. Os pais não têm tanta preocupação com os filhos, mas têm com as filhas. Então, a educação é feita assim, e isto aí justifica realmente como é inibida a participação das mulheres em tudo, porque limita. A criação é totalmente diferente (grifo meu).

É interessante notar que este depoimento, além de apontar a educação e a socialização como elementos fundamentais na construção dos gêneros, refere-se ainda a uma luta dura, porque travada contra o "inimigo interno". Essa referência aparece, também, na fala de uma outra mulher, sendo citada como fonte de conflitos e desgastes:

(...) e a gente achava que além de combater a ideologia (machismo) nos homens, a gente tinha que combater em si mesma, na ideologia que a gente também tinha, certas frescuras, certas dependências, certas inseguranças. Quer dizer, o feminino que a gente tinha dentro da gente também tinha que ser combatido. Isso era uma tragédia, porque você tinha de ficar 24 hs vigilante: em relação a você mesma, às pessoas em volta, na relação com os homens que você transava, na família. Era um inferno (grifo meu).

Referindo-se à necessidade de transformar a situação da mulher, Emma Goldman alertava para o fato de que não bastariam a emancipação política e a igualdade econômica, se as mulheres não rompessem com a servidão ideológica que a sociedade lhes impunha:

(...) é preciso que as mulheres aprendam a lição, que compreendam que os limites para sua liberdade estão nas suas forças. Daí porque é muito mais importante começar em si própria, libertando-se do peso dos preconceitos e das normas seculares (LOBO, 1983, p. 40).

E a vivência das limitações presentes na vida das mulheres nem sempre provoca reações indignadas, ainda que sejam reconhecidas enquanto limites. Nova referência à educação:

Eu diria que são as injunções da vida da mulher. É a mulher fora da política. Então, eu diria, são as injunções da nossa vida que nos afastam da luta (grifo meu).

Mesmo que se possa discutir o poder atribuído à educação, seja na reprodução da divisão sexual de papéis, seja na mudança nas concepções de gênero, a referência a um poder e à importância da educação atravessa os discursos. A aparição tão frequente desse imaginário sobre a educação pode estar relacionada ao lugar que esta ocupa na ideologia "liberal" das elites brasileiras (Cf. ARROYO, 1987).

O depoimento sobre o medo permite ainda perceber que a falta e o despreparo são sentidos e coletivizados em um plural que denota uma identidade: *nós, mulheres*.

Mesmo compondo a direção somos inseguras.

Surge, ainda, associado à noção de feminino e de insegurança, um tipo de trabalho, uma ação que se dá *por trás*, nos bastidores. Esta palavra, segundo a definição do dicionário de Aurélio Buarque, pode ser associada a suporte (para bordar, para o cenário teatral) e também ao encoberto, àquilo que não é visível, que não se acha ao alcance do público. Tanto a noção de suporte quanto a de invisibilidade estão associadas a um imaginário do feminino, e estreitamente vinculadas à vida das mulheres. Suporte, sustentáculo da família, a mulher convive com esses valores enquanto constituintes do seu próprio ser. A maternidade, central na definição do feminino, e, talvez mais propriamente, da mulher, aparece especialmente a eles relacionada (CF. NOVELINO, 1988; PRADO, 1979). Assim, aquela que é pensada como o esteio de outrem não foi destinada a aparecer. "Atrás de um grande homem há sempre uma grande mulher", diz o dito popular.

A invisibilidade, por sua vez, faz-se presente na vida da mulher desde o seu órgão sexual – que é reentrância e não saliência – ao trabalho doméstico – filho, casa, etc., hoje quase sinônimo de trabalho invisível (Ver LARGUÍA & DU-MOULIN, 1976; PITANGUY, 1982). A parte interna das casas era, também, o espaço destinado às mulheres nas Minas Gerais no início de nossa formação, conforme depoimento

do viajante SAINT-HILAIRE (1975), costume, aliás, que não foi prerrogativa somente nossa, pois ainda vigora em determinadas culturas.

O termo suporte pode também ser entendido como a base sobre a qual se erige o edifício. É, pois, trabalho da maior importância. Do mesmo modo, o que não está ao alcance dos olhos pode dar lugar a imagens de poder. O que me importa ressaltar não é a valoração pura e simples de determinados atributos ou condições, mas, sim, que as mesmas condições estão abertas a várias leituras. No caso do depoimento citado, a idéia que vem articulando o raciocínio é de deficiência, de carência. Essa falta é sentida como pessoal, mas também como coletiva: *"eu tenho essa deficiência, a outra diretora também*, e é o compartilhar de uma mesma condição, no caso, a carência, que viabiliza o reconhecimento do outro como um igual.

A fala(ação) feminina: o silêncio ruidoso

Homens e mulheres sentem medo. O desafio se coloca para ambos, porém não do mesmo modo. Homens e mulheres, para além de sua subjetividade, são treinados e socializados em direções distintas. Eles, para dar conta do recado, sem direito a reclamar. Elas, para se sentirem incapazes antes de tentar, e com direito ao choro. Para além da pobreza da caricatura, os relatos das mulheres e a insistência de trabalhos acadêmicos dizem das dificuldades que as mulheres têm para assumir determinados lugares, sobretudo aqueles que se referem ao exercício explícito do comando e do poder e à fala pública:

Se a gente pensar qual é o espaço da mulher em qualquer coisa, qualquer entidade, nós vamos perceber que o espaço é muito pequeno. Na direção, nem falo, mas o espaço físico, *de falar* (...) não é numérica a coisa, é mais fundo e não é um problema do partido, do sindicato. É um problema que está aí e só vai ser resolvido quando houver uma organização, uma consciência maior, o feminismo avançar. (...) Ou então, nós vamos chorar o resto da vida, não poderemos ser candidatas, não ganharmos, não termos poder... (grifo meu).

A dificuldade de falar aparece em praticamente todos os depoimentos. As feministas,

pioneiras nessa afirmação, apresentaram-na como argumentação para a formação de grupos exclusivos de mulheres. E essa idéia, de alguma forma, tornou-se consenso. Não é fácil a aprendizagem da fala, o uso da palavra, principalmente para as mulheres que, por definição, são destinadas à reclusão do espaço doméstico, à descrição da vida no lar, à realização enquanto esposa e mãe, e estão geralmente referidas ao cotidiano, não importa em que espaço atuem. A sua dificuldade em falar pode estar a isso relacionada. Isto é, elas falam do cotidiano, do miúdo, do repetitivo, do banal:

Então, eu vejo que existe uma dificuldade de a mulher falar, a vida dela é um negócio tão calado, tão silencioso, de repente participar de uma reunião que fosse só de mulheres significava que ela abria a boca. Perdia o medo, podia não ser no primeiro, mas era no segundo, no terceiro dia. Ela ia vendo que todo mundo tinha o direito de falar, falar bobagem, besteira, coisa séria. Agora, juntou mulher com homem, não saía nada (grifo meu).

PAOLI (1985, p. 66-67), analisando a repercussão do movimento feminista, toca nessa questão e nos dá algumas pistas para problematizá-la:

... um dos pontos mais exaustivamente tocados pelo movimento é o da invisibilidade da experiência real da mulher nas relações sociais, da opacidade e da solidão da vida, da transfiguração de uma dinâmica própria em espaço préfixado, do sufoco e do silêncio sem canais de expressão. (...) O feminino constituído como inversão da experiência real das mulheres, como dominação que as fazia silenciar... (grifo meu)

É interessante notar que, ao mesmo tempo em que as entrevistadas se referem à mudez pelo medo à fala, e a autora citada se refere às mulheres e ao silêncio, a imagem da mulher sempre esteve associada a um falar demasiado, conforme dissemos anteriormente. Trata-se portanto, de uma mudez e de um silêncio ruidosos, uma vez que a fala feminina, no mais das vezes, é caracterizada como falação, tagarelice, lamúria, queixume, fofoca e mexerico. Enfim, ruído esvaziado de conteúdo sério, fala desqualificada pelas próprias mulheres: "conversa de mulher" (com uma conotação de futilidade, tagarelice). Falação que substitui a ação? RODRIGUES (1978, p.71), em estudo sobre as condições de vida da classe operária no País, analisando as diferenças entre os

sexos, fala do sentimento periférico das mulheres frente ao mundo e do sentimento de exterioridade frente à definição de sua própria história, e assim se refere à fala feminina:

Esses fatores, como vimos, explicam a prolixidade feminina. O discurso é um protesto e uma forma de atuação. A mulher apresenta, mais que uma biografia, um "sistema de queixas" e uma justificativa que, apesar de todas as aparências em contrário, a impede de se livrar da injustiça de que objetivamente ela possa estar sendo vítima.

Em minha interpretação dessa análise, de fato, a elaboração do discurso, a falação feminina, "o rosário de lágrimas" funcionaria enquanto elemento paralisante de uma "ação causadora de ruptura".

Que fala queremos, nós, mulheres? Que fala é construída nos grupos, no movimento? A conquista da palavra, a construção de uma fala própria, qual o significado disso? *Sair do ruído em direção à fala*. Tornar, na expressão de PAOLI (1985), a questão da mulher uma questão política. Ainda a mesma autora nos diz (p. 67):

... na medida em que se constituíam como sujeito político, as mulheres foram elaborando uma fala própria sobre si mesmas, identificando, polemicamente, o que significa o feminino como imagem, mas sobretudo como relações que se formam no interior de uma situação específica de opressão.

A fala e o poder ou o poder da fala, phalo?

A reflexão sobre o falar articula-se, quase necessariamente, à idéia de poder. A minha vivência como militante, assim como as leituras feitas, indicavam ser esta uma questão crucial a ser enfrentada pelas mulheres. No espaço do movimento de mulheres e outros movimentos sociais, este tema era motivo de algumas difíceis discussões.

Constava (e ainda consta) do ideário feminista, proposta organizativa que rompesse com a estrutura vertical predominante nos partidos e sindicatos, modelos aos quais essa proposta se contrapunha. Portanto, a palavra de ordem era: "organizações horizontais". Com isso pensavam estar contornando este difícil problema. Era a utopia feminista (Ver MALHEIROS, 1987; MIRANDA et alii, 1987). No nível dos demais grupos de mulheres, como em outros movimentos sociais, a forma de movimento em si significava, para os seus participantes, uma alterna-

tiva de organização que, referida ao compartilhar de carências comuns, abria espaço para a igualdade, a comunidade de iguais. A idéia era de participação direta, democracia das bases. A despeito da consecução maior ou menor deste objetivo, essa era a "idéia fundadora" (Ver CARDOSO, 1983; DURHAM, 1984; SADER, 1988). No caso dos sindicatos, na esteira do novo sindicalismo, cresceu a preocupação com maior participação das bases. Já nos partidos, as estruturas são fortemente hierarquizadas, exceção feita ao PT, cuja história é singular em nosso quadro partidário – seus membros tentam criar instâncias participativas que incorporem grupos até então "sem lugar": mulheres e negros, geralmente.

Essa digressão serve para situar o panorama onde vou discutir as questões de poder, relacionando-as com a participação das mulheres.

As dificuldades que apareceram em relação ao uso da palavra já dão algumas pistas do caminho por onde passa a relação entre mulher, de um lado, e participação e poder, de outro:

Em termos de participação quantitativa no plenário da Assembléia, na maioria dos casos, nós somos majoritárias (categoria 80% feminina). *Eu já fiz a estatística de tanto que me incomodava: intervenção em assembléia em 15 ou 20 intervenções, 2 ou 3, no máximo, são de mulheres.* Numa assembléia em que somos predominância, numa categoria em que somos predominância, *isto é claro como água*, nós não tivemos ainda, se eu quiser quantificar, *nem 10% da palavra* (grifo meu).

E ainda:

Nós queremos ver se a mulher participa mais da vida sindical, porque não existe participação das mulheres. É horrível, mas não existe. A uma assembléia que a gente convoca vêm 600 homens e 5 mulheres (Categoria majoritariamente masculina).

ou:

Os partidos, eles não conseguem absorver, não conseguem empolgar fora de épocas eleitorais ou de grandes campanhas políticas (...) Eu acredito que, até hoje, a existência do Departamento Feminino no Partido é porque a mulher não encontra espaço na estrutura do partido (...) No seu conjunto, os homens só homenageiam as mulheres, homenageiam a generosidade delas, o fato de serem mão-de-obra gratuita.

Os depoimentos reafirmam a dificuldade das mulheres com a palavra, reconhecendo-a como

obstáculo para uma participação mais ativa. Quando considero que o exercício da liderança implica falar diante de público numeroso, argumentar, discutir, polemizar, percebo que as dificuldades aumentam. Uma relação fluente com a palavra pode transformar-se em elemento de poder. A consciência desse significado e de sua importância é salientada pelas mulheres em geral, como também a preocupação em superar esses limites. As soluções buscadas diferem, mas o mais interessante é que todas passam por espaços de discussões exclusivos de mulheres. Nos grupos só de mulheres, esse argumento passa pela própria constituição do grupo. No caso dos sindicatos e partidos, "soluções" como comissões, departamentos e setores são tentados.

A partir disso aí, a gente começou e ficou mais clara a dificuldade que a mulher tem de se expressar. Porque no próprio congresso (teve um seminário primeiro, depois teve o congresso da Federação) ficou difícil achar uma mulher para defender a tese sobre a mulher (na plenária). Então, a partir disso, a gente está discutindo aqui no sindicato como é que nós vamos trabalhar a nossa insegurança. Nós vamos (as diretoras) formar um grupo, buscar desafios, vamos, de repente, até impor mesmo. Numa assembléia, por exemplo, pra montar uma mesa vai ter que ter alguém (mulher). Se, de repente, a reunião do colegiado está rolando e tem pouca mulher falando, nós vamos ter que...

Sem entrar no mérito da eficácia de tal estratégia, não resta dúvida de que as mulheres estão percebendo suas dificuldades, lendo-as a partir da problemática de gênero, e buscando superá-las. E se trata realmente de um grande desafio, pois o espaço da participação política é também altamente competitivo. Exige arrojo. Essas características entram em conflito com o ideal de feminino presente na nossa cultura:

Quando você consegue vencer todas as barreiras, você concorreu ao espaço político, disputou, você também tem problemas. Porque, para você se impor como liderança, como pessoa capaz de dirigir é meio complicado, porque a disputa do espaço começa a acontecer. E os homens não estão acostumados nem vão dar isso de graça para nós. Mas não é fácil, muitas companheiras se perdem nesse processo. Não conseguem se impor, não conseguem romper isso e muitas vezes manter a compreensão dos companheiros que também são direção e, às vezes, não entendem isso. Então, eu acho que continua sendo um

desafio. As companheiras que estão hoje nas direções, (isto) é uma conquista. Não vem de graça. Ninguém pense que vem de graça, porque um dos argumentos é o seguinte: "só por ser mulher não, tem de ter competência". E nós não estamos preparadas para isso, nós não tivemos espaço para nós prepararmos. Você vê num congresso desses aí, as delegações, são de homens, entendeu? Então, como é que nós vamos crescer politicamente, se nós não participamos? Então, é desafio, eu acho que mais para nós, mulheres.

É uma difícil aprendizagem. E, mais uma vez, a menção ao despreparo, à falta de um espaço para essa preparação. Esse espaço exigiria, porém, algumas especificidades não encontráveis ao nível formal da educação, ou em qualquer organização:

Não será brincando de democracia que o cidadão aprenderá a construir a democracia, não será desprezando o poder que se fortalecerá o povo para a conquista e o exercício do poder (ARROYO, 1987, p. 63).

No caso das mulheres, essa situação complica-se um pouco mais. A educação e a socialização femininas, a meu ver, prepara-as para o altruísmo, para a prestação de serviços, para o consumo. Evitar o conflito e o confronto parece ser o lema da educação feminina. Nunca se preparar para o exercício do poder. Portanto, o espaço requerido pelas mulheres traz uma exigência nova: a preparação para o exercício pleno de sua liberdade, de sua condição de sujeito.

DURHAN (1984, p. 28), discutindo a relação movimentos sociais e cidadania, afirma:

No movimento as pessoas se conhecem, ampliam a sua sociabilidade, "aprendem a falar", isto é a formular questões novas sobre sua experiência de vida. Basicamente, elas tornam coletivas (e dessa forma integram) as experiências individuais e fragmentadas, encerradas nos limites da vida privada.

Posto dessa forma, esse espaço parece cumprir, em parte, as exigências formuladas pelas mulheres, mas posso focalizar um pouco mais o olhar, para pensar na possibilidade de um espaço que, oferecendo as condições necessárias, possibilite, ainda, uma discussão feita a partir da condição de gênero: mulheres reunidas para discutir, a partir dessa ótica, a sua inserção no mundo, para aprender a falar, a formular questões novas sobre sua experiên-

cia de vida. Aí, PAOLI (1985, p. 68-70) me ajuda nessa reflexão:

Grupos diversos, reunindo mulheres de várias procedências, com histórias distintas, atuantes e não atuantes, profissionais, donas-de-casa, a questionarem e a exprimirem, com distintas formas de consciência, suas próprias vidas e sua subalteridade. (...) Reconhecendo uma sujeição específica que pode projetar a vontade de rompê-la. (...) No terreno desse encontro entre política e cultura, parece fundar-se, enfim, uma identidade própria, mediadora da afirmação de uma subjetividade política: *forma-se aí a experiência de um sujeito nas formas históricas de seu tempo e de seu lugar. Sujeito de uma opressão que se apresenta como uma infinita atribuição de diferenças e estigmas, mas também sujeito de uma vontade que pode apoderar-se dessa diferença como crítica.* A identidade que daí é necessariamente – por ser historicamente formada em uma sociedade concreta – ambígua e multifacetada: como política, portanto, *ela é uma prática que não supõe um sujeito único, mas sim comum e coletivo* (grifo meu).

Através das análises dos depoimentos, pude perceber, em síntese, que, a despeito de onde se dê essa prática – partido, sindicato ou movimento – as mulheres experimentam dificuldades comuns, ainda que em graus diferenciados. Assim, o medo e o sentimento de despreparo frente ao desafio do exercício da liderança está presente em quase todas as falas. Esses sentimentos ligam-se às dificuldades em relação ao uso da palavra pública, que, por sua vez, é atribuída a uma falha, a uma falta na educação/socialização. Elas sentem que não foram preparadas para ocupar tais espaços e se incumbir de tais atribuições. E não foram mesmo, conforme pode ser visto na literatura sobre o tema (BARROSO, 1977; BELLOTTI, 1970; MELLO, 1975; WHITAKER, 1989; CÔSER, 1987). Percebem, também, que esse desafio se dá diferentemente para seus companheiros homens e que as dificuldades que enfrentam se relacionam à sua condição de gênero. Isto é, que por serem mulheres, outras foram as "qualidades" e "atributos" desenvolvidos. O seu despreparo significa mais precisamente preparo para outra coisa. Assim, assumir um lugar de comando e de liderança implica sair dos bastidores e, pode significar, usurpar um lugar, transgredir uma "ordem" (cultural), perder a identidade, correr o risco de poder?

É interessante acentuar que as estratégias pensadas para superar tais limites passam

sempre pela reunião em grupos exclusivos de mulheres, com o objetivo de elaborar e coletivizar essas experiências, contorná-las buscando ultrapassá-las. Nessa trajetória, enfrentam a concorrência e a competição, presentes na prática política e especialmente difíceis para elas. É também nesse processo que muitas descobrem as especificidades da prática política no feminino e o desafio aí presente. Nesse percurso, vão conformando novas concepções, novas visões de mundo e de sua inserção nele, assim como vão ampliando sua condição de sujeito, afirmando-se como sujeito de direitos, com todas as contradições e ambigüidades que isto significa.

A análise desenvolvida deteve-se principalmente nas questões atinentes à prática política, insuficiente, portanto, para a compreensão de questão tão complexa. Mas, já com a atenção desperta – ouvido atento, olhar esperto – pus-me a observar ao redor. Cenas cotidianas envolvendo mulheres passaram a ter outro significado. Um certo olhar e uma outra escuta iam sendo produzidos. Algumas idéias e indagações foram surgindo. Observando cenas de famílias na praia, percebi que as mulheres – mães – têm uma fala tão excessiva, tão repetitiva que ineficaz, inaudível, puro ruído.

Pareceu-me uma fala esvaziada pela própria enunciante que ao repetir-se indefinidamente – "cuidado crianças!" – deixava de ser ouvida.

A perguntação do óbvio me fez pensar sobre as razões, o que explicava que as mulheres perguntassem tanto coisas para as quais já conheciam a resposta. Mais do que uma resposta, pareciam buscar uma confirmação. De quê? Dessa maneira, elas se colocam, frequentemente, no lugar de quem não sabe dirigindo-se àquele que sabe. Há uma espécie de infantilização por parte das mulheres. Por quê?

Colocar-se no lugar de quem não sabe é também uma prática comum, entre mulheres, no mercado amoroso. Possivelmente, trata-se de uma estratégia eficaz de conquista, uma vez que não ameaça aquele que pensa saber.

Não há resposta, não há certezas, somente indagações pelas quais gostaria que os leitores (de ambos os sexos) se sentissem estimulados e dispostos a participar desse esforço de compreensão de uma importante questão ainda pouco explorada. Além da inquietação intelectual, o desejo que possamos, *nós mulheres, sair do script, dar uma outra fala, subverter a cena, enfim.*

* * *

Referências Bibliográficas

- ARROYO, Miguel G. Educação e exclusão da cidadania. In: BUFFA, Ester et alii. *Educação e cidadania: quem educa o cidadão?* São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1987. p.31-80 (Polêmicas do nosso tempo, 23)
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. 3.ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980. 2v.
- BELLOTTI, Elena. *Educar para a submissão*. Rio de Janeiro, Vozes, 1970.
- CARDOSO, Ruth C. L. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, Bernardo & ALMEIDA, Maria Hermínia T. de, orgs. *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo, Brasiliense, 1983. p.215-239.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- DURHAM, Eunice. Movimentos sociais: a construção da cidadania. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo. (10): 24-31, 1984.
- LARGUÍA, Isabel & DUMOULIN, John. *Hacia una ciencia de la liberación de la mujer*. Barcelona, Anagrama, 1976. 1976.
- LOBO, Elizabeth S. *Emma Goldman*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983 (Encontro Radical nº 41).
- MALHEIROS, Sônia M. Movimento feminista: um olhar para dentro. In: OLIVEIRA, Eleonora M. de, (org.) *Mulheres: da domesticidade à cidadania* (Brasília), Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.p. 71-76. (Trabalho apresentado na XI Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais).

MIRANDA, Glaucia V. de, et alii. Movimento de mulheres em Minas Gerais – 1975-1985. In: POMPER-MAYER, Malory J. org. *Movimentos sociais em Minas Gerais: emergência e perspectivas*. Belo Horizonte, UFMG, 1987.p.169-203.

NOVELINO, Aída M. Maternidade: um perfil idealizado. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo(65): 21-29, maio 1988.

PAOLI, Maria Célia. Mulheres: lugar, imagem e movimento. In: *Perspectivas antropológicas da mulher*, nº 4. Rio de Janeiro, Zahar, 1985. p.63-99. 1985

PITANGUY, Jacqueline. Mulher, Natureza e sociedade. In: LUZ, Madeit., org. *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro, Graal,1982.

PRADO, Danda. *Ser esposa, a mais antiga profissão*. São Paulo, Brasiliense, 1979.

RODRIGUES, Aracky M. *Operário, Operária*. São Paulo, Símbolo, 1978 (Ensaio e memória, 11).

ROSEMBERG, Fúlvia. A escola e as diferenças de sexo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, (15):78-85, 1975.

ROSEMBERG, Fúlvia. *A mulher e a educação*. São Paulo, Nobel/ Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

ROSEMBERG, Fúlvia. A mulher na literatura infantil: revisão e perspectiva. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo (15): 138-140, 1975.

ROSEMBERG, Fúlvia. *Depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Situação da Mulher*. s.l., 1977. (mimeo.).

SADER, Éder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970- 1980)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

WHITAKER, Dulce. *Mulher & homem: o mito da desigualdade*. São Paulo, Editora Moderna Ltda.,1988 (coleção polêmica).

Este texto é baseado na dissertação de mestrado da autora, *Do ruído à fala – análise da experiência de participação política das mulheres em Minas Gerais, da década de 75-85, em partidos, sindicatos e movimentos sociais de mulheres*; apresentada ao Curso de Mestrado em Educação da Faculdade de Educação da UFMG, em 21/8/1989.

Silvana Maria Leal Cóser é participante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher – UFMG e do Grupo de Estudos sobre História da Educação da Mulher da FAE/UFMG.

A caixa de pandora: um olhar sobre os mitos e os medos na representação da mulher

CYBELE CROSSETTI DE ALMEIDA

O objetivo deste ensaio é levantar questões teórico-metodológicas em torno da questão do feminismo, e mais especificamente da história feminista. Em primeiro lugar é preciso lembrar as ambigüidades que envolvem este tema que, como acontece com outras esferas do conhecimento, envolve um duplo sentido: o objeto em si (o seu acontecer dinâmico) e a área do conhecimento que se propõe estudá-lo. O feminismo, desde suas origens, contém este duplo caráter: de um movimento histórico e teórico, que produz ação e reflexão, embora, como admitem alguns autores, a ação tenha estado à frente da reflexão.¹

Inicialmente é preciso definir o campo, ou antes, o enfoque, sobre o qual incidirão as questões aqui tratadas. Neste sentido adoto a distinção proposta por Ana Davin entre história feminista e história das mulheres que, como veremos mais adiante, é um tema recorrente na literatura recente sobre esta questão. Esta autora, que trabalha com a intersecção feminismo/história do trabalho, resume assim o problema:

a história do trabalho se define basicamente em termos de sua temática (mas) (...) a história feminista não se define assim. A história será feminista segundo o enfoque que se aplique ao trabalho que está fazendo. Pode-se ser uma historiadora feminista sem ocupar-se principalmente das mulheres e essa é (...) a distinção entre história feminista e história das mulheres.²

Tal história feminista que se busca construir é uma tendência marginal frente às grandes escolas de pensamento, e tem-se defrontado com problemas no seu próprio front, a saber, uma incapacidade ou negação sistemática à teorização que assume aspectos os mais variados como, por exemplo, a recusa aos conceitos de patriarcado ou gênero³ apontados como camisa de força ou "desvio" do que é a

vivência empírica do feminismo. Duas autoras que apontam corretamente para este problema são Sally-Alexander e Barbara Taylor:

Nós, como historiadoras feministas, compartilhamos (...) o desejo de que se investigue mais as vidas e as experiências das mulheres. Mas isto não pode substituir uma teoria da opressão das mulheres. A história só responde às perguntas que lhe fazemos; sem um marco para estas perguntas, nos debateremos em um tumulto de "fatos" dissociados e contraditórios⁴.

Tais preocupações com o campo de abrangência não somente empírico mas intelectual da história feminista também está presente nas reflexões de autoras francesas (Michelle Perrot, por exemplo) que sintetizaram na Introdução de *Les cahiers du GRIF* (número 37/38), sob o título *Sexes et savoir*, algumas das preocupações/preensões mais comuns a todos os que lidam com o tema, como as discussões em torno do conceito de gênero, a discussão entre o particular e o universal no tocante a elaboração feminista e assim por diante. Considerando a relevância deste texto optei por transcrever alguns de seus trechos mais significativos:

Qual é (...) o critério que permite qualificar uma pesquisa feminista? É a grade⁵ de leitura que se aplica e produz um campo de saber, e ao limite de todo saber (...) tem por parâmetro a noção de gênero (...) a diferença de sexos, mas uma diferença que inclui a assimetria dos diferentes e sua articulação em termos de poder.

Na medida em que ela (a noção de gênero) se revela como um útil instrumento simbólico, visa no futuro a desligar-se de suas origens e a ter valor não para qualquer mulher ou unicamente para mulheres mas sim para toda a comunidade científica. As pesquisas feministas são um princípio de verdade. Elaboram uma leitura de mundo generalizável.

Assim, as pesquisas feministas produzem efeitos sobre todo o campo do saber (e não somente o campo delimitado pelo objeto mulher) (...) Se nós temos que o campo do saber é um campo construído, e se ele até aqui foi construído ignorando o gênero (a diferença de sexos), vale dizer, do ponto de vista de um sexo, as pesquisas feministas tendem a lhe reconstruir a partir desta "contra-corrente"⁶.

Porque, por exemplo, a periodização da história ou a determinação e hierarquia das formas literárias não são, sem dúvida, a mesma segundo o ponto de vista dos autores privilegiados, mesmo se sua validade pode e deve ser reconhecida por todos. O primeiro passo é de fazer reconhecer a sexualização do saber (lá onde este tem sido assimilado ao universal), estando entendido que a elucidação de seus pressupostos não arruína mas consolida uma reflexão dentro dos seus limites (...) visíveis. A grade de leitura da diferença de sexos em termos de gênero é geradora de saberes originais, ela produz efeitos que não vêm somente se somar como um capítulo complementar do saber constituído (...) Seus efeitos são mais ou menos importantes segundo os domínios abordados, cada qual exigindo procedimentos específicos: uma hipótese de leitura é tributária dos campos aos quais ela se aplica⁷.

A partir destas considerações básicas é possível interrogar a história "geral" de um ponto de vista previamente demarcado, esperando que a resultante não seja a "simples soma" mas um encontro mutuamente enriquecedor.

Fazer uma análise do que é o movimento feminista é sempre e essencialmente falar de um movimento prático, militante, mas também de um movimento teórico que, a depender do contexto histórico e da matriz⁸ dominante no movimento, dos interesses concretos envolvidos, realizou inúmeras aproximações e afastamentos com as principais correntes de pensamento teórico tais como o liberalismo, o marxismo e a psicanálise. A relação intelectual estabelecida com estas correntes de pensamento não foi de modo algum estável e reflete a permanente busca de uma identidade própria do feminismo, sem cair na armadilha do confortável gueto com o qual, por vezes, se lhe acenou.

O marco reconhecido de inauguração "formal" do feminismo é um exemplo. Trata-se da Convenção de Seneca Falls, de 1848, N.Y., que aprovou o documento conhecido como "Declaração de Seneca Falls", resultado do trabalho

de Lucretia Mott e Elizabeth Cady Stanton e que tomou como modelo (com uma ponta de ironia, a meu ver) a Declaração de Independência dos EUA⁹.

É interessante notar que Seneca Falls surgiu, nas palavras de Peter Gay, como "resposta retardada a um insulto profundo e gratuito", qual seja: a limitação à participação das mulheres da delegação norte americana (entre elas Lucretia Mott e Elizabeth Cady Stanton) na Convenção Mundial contra a Escravidão (que ocorreria em Londres, alguns anos antes, 1840) que lhes retirou o direito a voz e voto colocando-as na posição de meras observadoras. A percepção desta incoerência e discriminação viria a constituir as bases para o primeiro movimento mundial de mulheres organizadas¹⁰.

A Declaração de Seneca Falls, em que pese sua inspiração liberal que reivindica a igualdade de direitos para as mulheres com base nas leis de Deus e da natureza, entre estes o "sagrado direito do voto"¹¹ tem em seu preâmbulo um artigo particularmente interessante que afirma:

A história da humanidade é a história das repetidas humilhações e usurpações por parte do homem com respeito à mulher, e cujo objetivo direto é o estabelecimento de uma tirania absoluta sobre ela¹².

Neste artigo não podemos deixar de notar a semelhança com o célebre enunciado que dá início ao Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels (coincidentemente do mesmo ano - 1848 - da Convenção de Seneca Falls) que declara que toda a história da humanidade é a história da luta de classes, e a tentativa de romper com este domínio. Embora sem ter sido influenciado pelo Manifesto tanto pela composição da Convenção quanto pelo caráter geral de sua Declaração, não deixa de ser relevante que esta tentativa de refletir sobre a situação de opressão da mulher na história, expressa na Declaração de Seneca Falls, antecipe em mais de um século a elaboração de uma das mais importantes tendências do movimento feminista, o feminismo radical, que, oriundo em grande parte do feminismo socialista, rompeu com este e a tradição marxista ao colocar no lugar da classe a luta entre os sexos, sendo que estes chegam mesmo a assumir o estatuto da classe no pensamento marxista.

Mas embora 1848 seja o marco da organiza-

ção do movimento feminista, ele não pode ser tomado isoladamente, uma vez que foi precedido por inúmeras outras organizações. Estas, embora atomizadas, como por exemplo os clubes de mulheres republicanas na Revolução Francesa que lutaram decididamente ao lado da Revolução, tiveram um papel relevante e frequentemente omitido, bem como elaborações sobre a questão da igualdade da mulher que pontilhavam em publicações feministas desde o século XVIII. Apesar da importância destas formas de luta e expressão das mulheres em séculos anteriores, através das quais se chegou amargamente à conclusão da necessidade de autonomia do movimento¹³, o século XIX constituiu um terreno especialmente fértil para a análise histórica do movimento feminista, ou análise feminista da história, que pretendemos realizar.

O século XIX é um período onde as contradições e ambigüidades que caracterizam o movimento histórico e a natureza humana apresentam-se aos olhos do historiador com rara clareza. O período que ficou conhecido como sinónimo de repressão sexual, a era vitoriana, foi também o que provavelmente mais falou em sexo, fazendo-o objeto de inúmeros discursos¹⁴. A dupla moral, apontada e criticada pelas feministas desde o século XVII, segue seu livre curso e se apoia em fundamentos "científicos" como a oposição de naturezas sexuais radicalmente contrárias entre homens e mulheres. Agudiza-se a polémica quanto ao estabelecimento da imagem da mulher que oscila durante todo o século entre os extremos de anjo a demônio. Entre a Maria pura e santa e a Eva lasciva e corrompedora.

O século XIX é também um período pleno de disputas trabalhistas inter-classes e de disputas acirradas no interior do próprio movimento operário. Este, que surge com uma intensidade renovada, acha-se dividido não só entre várias facções, mas também entre questões colocadas pela modernidade e velhas tradições culturais. Exemplar desta situação é o conflito entre homens e mulheres da classe operária. As mulheres, que já estavam participando crescentemente do mercado de trabalho desde a Revolução Industrial, no século XIX vão ser responsabilizadas por ocuparem lugares na indústria e pela crise de desemprego que afeta predominantemente os trabalhadores homens.

O trabalho luta contra o capital, mas luta dividido. As trabalhadoras lutam contra os absurdos salários (de 1/2 a 1/3 do que é pago

para os operários) chegando a episódios dramáticos como a greve de Chicago de 1857 em que mais de uma centena de operárias foram mortas e que deu origem ao dia internacional da mulher. Enfrentam ainda a oposição dos sindicatos masculinos que lhes são fechados e opõem-se decididamente ao trabalho das mulheres como forma de assegurar empregos e salários.

Esta posição conservadora por parte do operariado contra o trabalho feminino que se expressava, entre outros, por meio de greves contra a contratação de mulheres¹⁵ teve repercussão também entre os teóricos do socialismo, como Proudhon, que afirmava taxativamente "dona-de-casa ou prostituta". Teve respaldo também na postura ambígua dos fundadores do socialismo "científico" e da Internacional Comunista, Marx e Engels.

Em que pese algumas tentativas contemporâneas de minorar-lhes a responsabilidade pelo disprivilegiamento do papel social e das lutas da mulher, não podemos nos furtar a um balanço crítico da sua atuação. Este 'ajuste de contas' envolve teóricos de peso como Perry Anderson que, em *A crise da crise do marxismo*, sustenta a meu ver uma posição delicada e questionável, segundo a qual embora a crise do marxismo contenha elementos teóricos, lacunas e incompreensões, esta teria caráter predominantemente político, como a burocratização e falência dos modelos revolucionários do leste e de uma tendência à estagnação devida exatamente ao caráter hegemônico do marxismo no interior do movimento socialista. Um dos exemplos utilizados por Anderson para ilustrar este quadro é exatamente a questão do movimento de mulheres:

Em primeiro lugar, e mais óbvio, a sistematicidade do marxismo como teoria compreensiva da sociedade tem sido questionada pelo surgimento do movimento de mulheres, que desenvolve discursos sobre a família e a sexualidade que escapam, em grande medida, a todo seu escopo tradicional.

A literatura clássica do marxismo contém, naturalmente, um capítulo memorável dedicado a estas questões, no trabalho do último Engels, mas desde então nunca foi consolidado dentro de uma preocupação contínua e central, deslizando numa negligência e adiamento endêmicos¹⁶.

A primeira ressalva que cabe fazer é quanto a questão do "surgimento do movimento de mulheres" que, pelo tratamento dado pelo autor (que no seu prefácio nos esclarece que discuti-

rà a crise do marxismo no quadro deste século, das décadas de 60 e 70 mais especificamente), sugere uma tendência recente em termos históricos, faz pensar, pela especificidade do período que discute, no boom que se dá em termos de feminismo exatamente neste período (décadas de 60 e 70) onde temos o surgimento do feminismo radical e o eixo de discussão passa a se centrar em questões de sexualidade (é a época de disseminação da pílula anticoncepcional) e psicologia feminina. Ao afirmar que o marxismo (o marxismo contemporâneo, se supõe, do qual o autor está tratando) "tem sido questionado pelo surgimento do movimento de mulheres", nos leva a pensar em dois movimentos temporalmente distintos: uma teoria já sistematizada que passa contemporaneamente a ser "questionada" pelo surgimento de algo novo.

Tal, no entanto, não se verifica, uma vez que o movimento de mulheres, movimento feminista em seu sentido organizativo, já ocupava um lugar histórico desde meados do século XIX, para não falar de tentativas anteriores, sendo portanto *contemporâneo* da constituição do marxismo enquanto movimento teórico e político. O próprio marco do feminismo organizado (a Convenção de Seneca Falls), como já assinalamos, coincide com a publicação do Manifesto do Partido Comunista, que é, por sua vez, um dos marcos constituintes da interpretação marxista da história. Além disso, o interior mesmo do movimento socialista e marxista contou com várias feministas (como Flora Tristan, Clara Zetkin) que, já no século XIX, refletiam sobre questões como "a família e a sexualidade" e debatiam a "questão da mulher" como algo que exigia uma certa especificidade, embora não tenham tido nem receptividade nem sucesso na tentativa.

Um segundo aspecto é quanto a "literatura clássica do marxismo" e seu "memorável capítulo dedicado a estas questões" (p.102). É interessante que P.Anderson embora fazendo uma ressalva para "as contradições e omissões daquela herança" (p.103), além de não apresentar nenhuma pista quanto ao seu conteúdo, opõe a esta herança clássica a "negligência e adiamento" posteriores como algo que, parece, ocorre sem que se saiba exatamente porque. Do meu ponto de vista é esta conexão que se precisa buscar sob pena de cair-se na dicotomia gasta entre os feitos memoráveis dos fundadores e o desleixo dos continuadores, como se um nada tivesse a ver com o outro.

Assim, busquei exatamente o entranhamento com algumas destas contradições e omissões" presentes nos clássicos e que constituem a base das (i)reflexões posteriores. Este, a meu ver, é o procedimento mais adequado quando se pretende uma reflexão que aponte para os aspectos falhos constitutivos de uma teoria (a crise de pressupostos filosóficos de que fala Adelmo Genro Filho¹⁷) e não apenas as atenuantes histórico-políticas de seu desdobramento. Esta concepção baseia-se também em parte no alerta metodológico de um ferrenho mas lúcido crítico do marxismo, Karl Popper, que aponta para a necessidade de, ao abordar criticamente determinada teoria, buscar-se aquilo que é o seu ponto mais forte e não o que é circunstancial. Neste sentido, considerando que o que há de mais forte (e, muitas vezes, "sagrado") em diversas áreas do conhecimento é justamente o que se refere aos princípios básicos e a seus enunciadores (a "herança clássica"), penso que é aí que devemos centrar nossa atenção.

Vejamos então o que o próprio Engels diz a respeito da questão de que nos ocupamos. Em primeiro lugar, não há exatamente um "capítulo memorável" sobre a questão. O que há são referências mais ou menos esparsas que denotam com nitidez o grau de importância com que o tema da mulher era encarado. Do ponto de vista que me proponho desenvolver a elucidação das contradições que perpassam o século XIX e seus teóricos mais importantes é particularmente merecedor de nota as passagens que fazem referência ao polêmico tema da relação mulher/mercado de trabalho.

Sobre a relação família/trabalho industrial:

O caráter particular do predomínio do homem sobre a mulher na família moderna, assim como a necessidade e o modo de estabelecer uma igualdade social efetiva entre ambos não se manifestará com toda a nitidez senão quando homem e mulher tiverem, por lei, direitos absolutamente iguais. Então é que se há de ver que a libertação da mulher exige como primeira condição a reincorporação de todo o sexo feminino à indústria social o que, por sua vez requer a supressão da família individual unidade econômica da sociedade¹⁸.

Em muitos casos a família não fica totalmente desagregada com o trabalho da mulher, mas fica completamente desordenada. É a mulher que alimenta a família, é o homem que fica em casa, cuida das crianças, limpa os quartos e prepara a comida. Este caso é muito freqüente. Só em Manchester podemos contar várias centenas destes homens, condenados aos trabalhos domés-

ticos. Pode-se imaginar facilmente a legítima indignação entre os operários devido a estas alterações de toda a vida familiar, pois as outras condições sociais se mantêm inalteráveis¹⁹.

As mulheres solteiras que cresceram nas fábricas não têm melhor sorte que as casadas. Diga-se de passagem que uma menina que trabalha na fábrica desde a idade dos nove anos não tem possibilidades de se familiarizar com os trabalhos domésticos e daí que as operárias de fábricas sejam neste domínio completamente incapazes de se tornarem boas donas de casa²⁰.

Consequências morais do trabalho na fábrica:

Mas isto não é nada. As consequências morais do trabalho das mulheres nas fábricas ainda são bem piores. A reunião de pessoas dos dois sexos e de todas as idades na mesma oficina, a inevitável promiscuidade que daí resulta, o amontoamento num espaço reduzido de pessoas que não tiveram nem formação moral nem intelectual não são de efeito favorável no desenvolvimento do caráter feminino²¹.

Uma testemunha de Leicester disse que preferia ver a sua filha mendigar do que deixá-la ir para a fábrica, que a fábrica é um verdadeiro inferno, que a maior parte das mulheres da vida estão naquela situação, devido à sua permanência na fábrica. (...) Uma outra em Manchester não tem nenhum escrúpulo em afirmar que 3/4 das jovens operárias de fábrica dos 14 aos 20 anos já não são virgens²².

Por este apanhado do capítulo memorável de Engels sobre a questão da mulher é possível perceber algumas de suas flagrantes contradições e, através delas, deduzir o porquê (ao menos em parte) da posterior "negligência e adiamento endêmicos" com que o tema da mulher foi tratado no interior do pensamento marxista. A preocupação com a moral como algo que faz da mulher seu objeto privilegiado, senão exclusivo, a forma dúplice com que o trabalho doméstico é encarado – como uma "condenação" para os homens, que contra ele legitimamente se revoltam, e como uma obrigação para as mulheres, que o trabalho da fábrica impede que sejam "boas donas-de-casa" – a contradição cristalina que há entre pregar "a reincorporação de todo o sexo feminino à indústria social" e ao mesmo tempo lamentar os seus efeitos são apenas alguns exemplos da tensão que há entre o pensador fruto do seu tempo mas que também lhe é superior e que se debate entre um projeto de sociedade futura

e as exigências dos movimentos sociais ao qual está vinculado.

Entender estas contradições no marco do seu referencial histórico concreto é, a meu ver, a melhor forma de, a partir do seu levantamento e análise, tentar superá-las. A inflexão adotada por P. Anderson imputa a maior cota de responsabilidade quanto à incompreensão da importância do papel da mulher na sociedade para os continuadores do marxismo, sem fazer a crítica necessária dos clássicos. Esta ênfase no "elo mais fraco" recai usualmente (com acerto ou não) sobre os "continuadores", sobre aqueles passíveis de serem encarados como "meros intérpretes da verdade" (ao contrário dos "fundadores"), obscurecendo uma responsabilidade que não pode ser desvinculada da tradição da qual são tributários.

Esta tem sido, a meu ver, a forma predominante com que os indivíduos se relacionam com as teorias (e não só com a marxista), talvez por supor que apenas "entre iguais" a discordância e a crítica são possíveis, mas que alguns "lugares santos" devam ser preservados²³ sob pena de excomunhão, de não ser reconhecido ou não reconhecer-se mais como fazendo parte de determinado movimento. Esta atitude bitolada, marcada pela falta de ousadia teórica tem sido um dos componentes da crise do marxismo e da estagnação mesmo em que este se encontra. Isto não se aplica, evidentemente, a Anderson que, além de reconhecer limitações na elaboração clássica do marxismo, aponta para a necessidade de renová-lo com base em outros estudos e preocupações. Contudo, penso que é necessário ir além de aludir a "contradições e omissões" na obra dos clássicos e sim cavar o mais fundo possível numa tentativa de, inclusive, superá-las. Assim estaremos fazendo justiça a grandeza destes autores dentro dos limites do que é humano e não como quem lida com deuses míticos. E é este elemento profundamente humano, essencialmente contraditório, que busco entender.

No caso dos autores em questão (e mais especificamente em Engels) ambos exprimem a dificuldade em manter a coerência, por um lado com as lutas concretas que estavam vivendo no interior do movimento operário, confrontando-se com problemas graves como o alto grau de desemprego da mão-de-obra masculina e algumas vezes assumindo mesmo a sua lógica; e por outro lado como teóricos que extrapolam seu próprio tempo e percebem a necessidade de libertação da humanidade

como um todo, acima do caráter corporativo das lutas imediatas. O Engels que teme ante a inversão e a desordem da família operária pelo ingresso da mulher na indústria é o mesmo que defende a sua entrada como forma de realizar a efetiva libertação das mulheres e que finalmente nos brinda com uma bela reflexão que em nada fica a dever ao feminismo de seu tempo:

Temos que reconhecer que uma inversão tão completa da situação social dos dois sexos tem que ser devida ao fato de suas relações serem falseadas desde o início. Se o domínio da mulher sobre o homem que o sistema industrial engendrou fatalmente é desumano, o domínio do homem sobre a mulher tal como existia antes também o é necessariamente²⁴.

Mesmo aqui não é possível separar o joio do trigo. Embora seja gratificante encontrar em Engels a noção de que a dominação do homem sobre a mulher não é um fato natural ou biológico (como alguns de seus contemporâneos defendiam), é preciso notar em que consistia esta dominação para ele, ou seja: a preponderância econômica. Isto é evidenciado pelo fato dele chegar àquela conclusão exatamente como parte da constatação de que "o sistema industrial engendrou" o "domínio da mulher sobre o homem". Este é apenas um pequeno exemplo da tensão economicista que caracteriza o pensamento dos fundadores do marxismo. Marx, embora não dedique-se com a mesma atenção que Engels ao tema da mulher, estava de acordo com ele, como temos notícia pelo Manifesto de 1848, de que as causas da opressão da mulher são de ordem estritamente material, tanto que, cessando estas – com o fim do capitalismo – a igualdade seria restaurada entre os sexos.

Esta tensão reducionista, que é um dos eixos da crise do marxismo (e não apenas uma limitação), pode ser observada mais detalhadamente, no tocante à questão da mulher, em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, na sua postulação de uma sociedade igualitária antes do advento das classes e que pressupõe uma natureza humana essencialmente positiva, corrompida pelo surgimento da propriedade privada. E mesmo o surgimento desta não se deve, exatamente, a uma intenção humana malévola – a ganância, por exemplo – mas sim a um mecanismo puramente econômico (o surgimento do excedente devido à técnica na produção comunal) que lhe altera o

caráter.

Esta crença num ethos igualitário que subjaz aos textos de Marx e Engels já foi firmemente refutada com base em pesquisas antropológicas que constatarem a desigualdade sexual em sociedades tribais (sem classes), como demonstram Joan Bamberger e Karen Sacks²⁵, esta última com a ressalva de que, embora tal modelo igualitário não tenha sustentação, o surgimento da propriedade privada e da sociedade de classes de fato agrava e amplia as restrições anteriormente impostas às mulheres.

Neste ponto, penso existir um paradoxo interessante, qual seja: de que a visão estritamente materialista de Engels faz com que ele adote uma concepção idealista (no sentido lato) de ser humano. Para tornar mais claro este (aparente) paradoxo, traçarei um paralelo com outro teórico – Freud – que começa sua obra por volta de fins do século XIX, e que tem interesse especial para o presente estudo. No caso de Freud, a análise parte do papel da sexualidade para o ser humano, descrito como um animal complexo, com desejos e sentimentos contraditórios e que começa a humanizar-se (socializar-se) a partir das redes de relações e interditos que unem a questão da sexualidade com o poder, a sobrevivência material e a questão da consciência que daí surge, ao mesmo tempo que reestrutura estas relações. Coincidentemente Freud se utiliza de um autor que tem também papel destacado no trabalho de Engels – Morgan – embora dando-lhe uso bem diferenciado. Engels e Freud parecem de acordo quanto a um ponto, assim sintetizado por Engels:

Para sair da animalidade, para realizar o maior progresso que a natureza conhece, era preciso mais um elemento: substituir a falta de poder defensivo do homem isolado pela união de forças e pela ação comum²⁶.

O problema é que Engels não nos fornece nenhuma pista de como e porque se dá esta mudança que, aparentemente, foi realizada pela pura teleologia da necessidade, uma lógica circular. Argumenta ele, de acordo com a noção do ethos igualitário, que:

a tolerância recíproca entre os machos adultos e a ausência de ciúmes constituíram a primeira condição para que se pudessem formar estes grupos numerosos e estáveis, em cujo seio, unicamente, podia operar-se a transformação do animal em homem (...) não existiam os limites proibitivos

vigentes hoje ou numa época anterior para estas relações. Já vimos calarem as barreiras dos ciúmes. Se algo pode ser estabelecido irrefutavelmente, foi que o ciúme é um sentimento que se desenvolveu mais tarde. O mesmo acontece com a idéia do incesto²⁷.

Para Freud, por sua vez, o que Engels apresenta como elementos posteriores ao processo de humanização (o ciúme e o incesto) estão precisamente na raiz do processo humanizador. Partindo dos trabalhos de Morgan e Frazer, entre outros, Freud construiu um belíssimo ensaio antropológico-psicanalítico (*Totem e Tabu*, de 1913) que, sem a pretensão da irrefutabilidade, nos oferece uma versão bem mais plausível do processo humanizador, sem o traço idealizante de Engels. Partindo da descrição da horda primeva (presumida por Morgan mas não verificada nas sociedades humanas conhecidas), onde um macho poderoso reinava absoluto detendo para si a posse das fêmeas e expulsando os filhos homens, Freud nos relata os primórdios da civilização da seguinte maneira:

Certo dia, os irmãos que tinham sido expulsos retornaram juntos, mataram e devoraram o pai, colocando assim um fim à horda patriarcal. Unidos, tiveram a coragem de fazê-lo e foram bem sucedidos no que lhes teria sido impossível fazer individualmente (...) O violento pai primevo fora sem dúvida o *temido e invejado modelo* de cada um do grupo de irmãos, e, pelo ato de devorá-lo, realizavam a identificação com ele, cada um deles adquirindo uma parte de sua força. A refeição totêmica, que é talvez o mais antigo festival da humanidade, seria assim uma repetição e uma comemoração deste ato memorável e criminoso, que foi o começo de tantas coisas: da organização social, das restrições morais e da religião²⁸ (grifos meus).

A antropofagia, este fenômeno pouco conhecido e instigante, e sua substituição pelos rituais totêmicos – o Totem (animal) encarado como o ancestral comum – é trazida assim para um patamar compreensível. Engels o menciona, mas como algo que não merece importância, novamente em função da preponderância da lógica economicista que perpassa o seu raciocínio. Limita-se a registrar:

Em todo o caso, nesta fase (fase média da barbárie) desaparece pouco a pouco a antropofagia, que não sobrevive senão como um rito religioso ou como um sortilégio, o que dá no mesmo²⁹.

É Freud, o pesquisador dos fenômenos psíquicos (e como tal erroneamente classificado de idealista) que, ao buscar uma explicação histórico-antropológica para estes, nos fornecerá maiores elementos de análise. Sua visão de ser humano é, ironicamente, mais pessimista e também mais realista que a de Engels.

Os desejos sexuais não unem os homens, mas os dividem. Embora os irmãos se tivessem reunido em grupo para derrotar o pai, todos eram rivais uns dos outros em relação às mulheres. Cada um queria, como o pai, ter todas as mulheres para si. A nova organização terminaria numa luta de todos contra todos, pois nenhum deles tinha força tão predominante a ponto de ser capaz de assumir o lugar do pai com êxito. Assim, os irmãos não tiveram outra alternativa, se queriam viver juntos talvez somente depois de terem passado por muitas crises perigosas do que instituir a lei contra o incesto, pela qual todos de igual modo renunciavam às mulheres que desejavam e que tinham sido o motivo principal para se livrarem do pai³⁰ (grifos meus).

Esta explicação proposta por Freud se assemelha, com vantagem, àquela proposta por Hobbes, um dos mais importantes teóricos do just-naturalismo que descreve o "estado de natureza" como a guerra de todos contra todos e afirma: o *homem é o lobo do homem* – e do qual só é possível sair mediante um pacto onde cada um – pelo temor dos demais – renuncia a uma parcela de poder em função do estabelecimento da esfera social. A explicação de Freud se assemelha a de Hobbes mas, a meu ver, é superior a deste na medida em que atribui uma razão a esta luta dos homens contra os homens, e o objeto em torno do qual eles se estruturam em sociedade: a proibição do incesto como a primeira lei (tabu) e a exogamia como a primeira instituição social³¹.

Nesta descrição reside a importância específica de Freud para nossa análise. Se é correto o modelo por ele proposto, é também possível adequar a este uma hipótese sobre o polêmico e irrespondido problema da origem da opressão da mulher. Problema ao qual estão ligadas as explicações recorrentes e justificadoras desta situação de opressão através da história. Uma destas "constantes históricas" (se é que podemos chamá-la assim) em termos explicativos é a que apresenta as mulheres substantivadas enquanto "a Mulher" mítica como aqueles seres através dos quais o pecado/o mal entra no mundo.

Não é gratuito que duas das imagens de

mulher que têm mantido sua força inalterada através do tempo tenham sido justamente as figuras míticas de Eva e Pandora que, em síntese, poderiam ser resumidas em um mesmo enunciado: como um ser movido pela curiosidade (vontade de saber) e que, valendo-se de seus atributos sexuais, desafia o(s) Deus(es) e induz o primeiro homem ao pecado. Do oriente ao ocidente e ao longo dos séculos (sob culturas que muitas vezes não têm praticamente nada em comum entre si) as mulheres têm sido vistas como uma ameaça e um castigo. O fato de que na China antiga as crianças do sexo feminino eram mortas ou entregues à própria sorte (fenômeno que, ao que parece, não é um fato isolado) não pode continuar sendo visto com indiferença ou então atribuído a um logos econômico todo poderoso que impelia os camponeses a matar suas filhas pequenas unicamente pelo cálculo de que a vida de uma mulher valia menos do que ela poderia pagar com seu trabalho. De alguma forma e por razões que, penso, ainda não foram discutidas suficientemente, nascer mulher era algo considerado uma maldição, não só para a infeliz criatura mas também para seus pais e, em alguns casos, para toda a comunidade.

Este é um aspecto que nenhuma teoria econômica, por si só, é capaz de resolver. Por isto a necessidade de recorrermos a Freud, mesmo reconhecendo ser este um autor também marcado pelos limites do seu tempo, no tocante à questão da mulher; tanto que estas ocupam um espaço mínimo na sua descrição do banquete totêmico a partir do qual se instituiria a ordem humana. Contudo, a partir de uma perspectiva feminista de análise, é possível fazer uma releitura crítica deste e encontrar aí indícios que fundamentem uma hipótese acerca da questão da origem da opressão da mulher, ou ao menos quanto aos temores e noções que a fundamentam. Compartilhando com Freud a noção de que *"os desejos sexuais não unem os homens, mas os dividem"* (p.172) penso que a instituição do tabu do incesto – norma sem a qual a vida em comunidade seria impossível, uma vez que permaneceria a divisão entre os homens, a disputa pelas mulheres constituiria um elemento de permanente instabilidade dentro das tribos – é algo por demais importante para não deixar vestígios traumáticos: a tensão permanente da volta à situação anterior. Assim, os homens primitivos, ao mesmo tempo que *"renunciavam às mulheres que desejavam e que tinham sido o motivo principal para se*

livrarem do pai" (p.172) – este pai "invejado e temido" (p.170) –, atribuíam a elas o poder desagregador que até hoje é um dos "atributos femininos" universalmente reconhecido. Talvez tenha origem aí o mito recorrente da mulher como causadora de todos os males (a ameaça do fim da sociedade arduamente conquistada) e da divisão entre os homens. A forma de pensar que embasa esta lógica corresponde o conceito de alienação tal como concebido por Adelmo Genro Fº, qual seja: atribuir a outrem seus próprios atos, não se identificando neles³².

Freud nos fala de processo semelhante referindo-se à relação dos filhos com o pai assassinado: por encararem-no de forma ambivalente (temor e inveja), recusam-se a aceitar plenamente o seu ato e tendem a mistificá-lo, *atribuindo ao pai a culpa que leva à sua morte*³³, por isto a refeição totêmica dá início à religião e à moral. A grande lacuna no panorama traçado por Freud é exatamente quanto a questão da mulher (que ele honestamente admite tratar-se para ele de um "continente obscuro") que, no relato da refeição totêmica e as disputas que ela envolve, aparece de forma passiva, como um ser sem vontade, simples objeto de disputa e desejo.

Mas partindo de um referencial que encare a questão de forma diferente, que reconheça nas mulheres seres ativos que constroem, tanto quanto os homens, a sua própria essência, chegaremos necessariamente a conclusões diferentes. O exemplo mais aproximado do que penso ser a participação da mulher nos eventos do mundo primitivo que dão origem à sociedade tribal e que são representados/relembrados nos festivais totêmicos, vem de uma fonte literária, mas que, devido a sua base documental e etnológica não deve, de modo algum, ser desprezada. Falo da tetralogia de Marion Zimmer Bradley: *As brumas de Avalon*, editadas no Brasil pela Imago, a mesma editora das obras completas de Freud. Nesta obra podemos buscar o nexo que falta para a explicação de Freud para a refeição totêmica: a intervenção das mulheres como co-participes. Nos "festivais de Beltane" – reprodução singular dos festivais totêmicos – as mulheres estão presentes não somente como o prêmio para o vencedor do torneio (a caça, então permitida, do animal totêmico), mas também como artífices do mesmo. É uma mulher – a deusa caçadora – que define as normas do jogo e mesmo quem deve morrer. É dela a máxima: *"o que será do gamo pai quando o gamo jovem crescer"*, que

poderia, talvez, ser assinada por Freud. Vemos assim a mulher, nem anjo nem demônio, como um dos elementos vitais na disputa de poder, que nas sociedades primitivas aparece indissociado das questões sexuais e religiosas.

Destas sociedades, em que embora a mulher não tenha a supremacia detém uma cota de influência considerável, surgiram os mitos de uma sociedade comandada por mulheres, que em todos os relatos é cruel e caótica³⁴. Sobre estes relatos, como bem assinala Joan Bamberger, o importante (assim como no *Totem e Tabu* de Freud³⁵) não é esquadrihar a veracidade empírica dos eventos relatados, mas sim a sua força mítica, o seu significado simbólico e as razões que levaram a sua constituição³⁶. O importante, como diria Foucault, são os *efeitos de verdade* que produz. Efeitos nada desprezíveis: que melhor maneira de submeter determinado segmento social do que fazê-lo pensar com os olhos do outro, ver-se a si próprio como o fator de desagregação do grupo, como um perigo para si próprio e para os outros e portanto como algo que deve ser controlado, vigiado, ter limitado o seu espaço na vida pública, perder enfim o estatuto de maioridade? Esta, a meu ver, tem sido a trajetória de dominação e opressão das mulheres.

Neste histórico de dominação há um elemento que não podemos perder de vista, que serve quase como que um fio condutor, do qual podemos encontrar sinais em diferentes circunstâncias históricas: o *medo das mulheres e a culpa que se atribui a elas pelo mal que vem ao mundo*. Há uma lógica de retroalimentação: as mulheres são vistas como responsáveis pela desagregação (real ou potencial) da ordem social, daí decorre a sua culpa perante o corpo social e também o medo que inspiram, por isso, como seres temíveis e culpáveis devem ser punidas, vigiadas e neutralizadas. Podemos encontrar estas várias reações em momentos históricos distintos, de acordo com as condições concretas envolvidas e o imaginário social que as representa. Como exemplos de situações que reagiram de formas opostas a este elemento – a tensão medo/culpa das mulheres – que defini como fio condutor da análise, podemos citar o fenômeno da caça às bruxas que tem seu auge nos séculos XVI e XVII e que tem entre os seus determinantes o medo das mulheres, medo este que evidencia com clareza a articulação poder/saber/sexualidade e que reage através da exacerbação do aspecto punitivo. As bruxas são majoritariamente

mulheres que lidam com as funções reprodutivas e da sexualidade (parteiras), e que, em função disto, detém considerável dose de influência em suas aldeias. A eliminação das bruxas/parteiras e do saber específico que detinham (técnicas abortivas, de anticoncepção e outras) vai a par com o processo de regulamentação da medicina, que se inicia em 1509 com as leis europeias que proíbem o exercício da medicina para aqueles que não tivessem diploma universitário, e cujo alvo preferencial evidentemente eram as mulheres, proibidas de cursar as universidades.

O segundo exemplo é precisamente o século XIX que, não podendo mais dispensar o amplo emprego da mão-de-obra feminina (que é amplamente marginalizada nos séculos XVI e XVII onde o fenômeno do enclausuramento – fechamento do mercado de trabalho às mulheres e a sua 'clausura' no lar e/ou mosteiros – deve ser entendido complementarmente à caça às bruxas, embora não seja abordado desta forma nas análises de que tenho conhecimento), vai utilizá-la "domesticada", sem nenhum saber próprio (processo que atinge o conjunto da classe trabalhadora) e, mais interessante, *domesticada também enquanto representação no imaginário social*. Aquilo que denominei neutralização (em oposição à punição, como reações diversas ao elemento medo/culpa das mulheres) se processa no século XIX significativamente através da dessexualização das mulheres. Esta, a meu ver, foi a forma encontrada para "exorcizar" o medo e permitir o pleno ingresso das mulheres na força de trabalho. A neutralização se processará pela negação da sexualidade feminina (algo em que o século XIX diverge de todos os anteriores, que sempre representaram a mulher como um ser altamente sexuado, por isto mesmo mais temível e, no caso das bruxas, prestativo ao demônio), pela reiterada negação de direitos (o direito de voto, por exemplo, perseguido em vão – fora raras exceções – pelas mulheres durante todo o século XIX) e pela limitação e controle do saber, que começa a ser rompida em parte pelo acesso das mulheres às universidades, após muitas lutas e polêmicas.

Em estudo que estou desenvolvendo, este processo pode ser analisado de modo mais claro. Parti da seguinte questão: por que, a partir de meados do século XIX, as mulheres, gradualmente, a princípio, passam a substituir os homens nas funções do magistério primário? É preciso esclarecer inicialmente que esta não

é uma questão nova. Mas em geral as abordagens sobre o tema se dão de forma excludente, ora enfocando unicamente os interesses econômicos em jogo, ora enfocando-o em termos de um genérico direito das mulheres à educação. Tais abordagens estão aqui reunidas como os diversos fios de uma mesma meada, os quais o pesquisador vai não apenas deslindando mas também tecendo, e, ao fazê-lo, dando-lhe nova forma.

Os dois 'fios' principais dos quais parti são, por um lado, a realidade econômica propriamente dita, o contexto educacional do século XIX, que, ao expandir a educação ao conjunto da sociedade (como resultado de pressões de amplos segmentos sociais e em parte como necessidade do próprio sistema capitalista em desenvolvimento), depara-se com a necessidade de reduzir os seus "custos", que, ao que tudo indica, é um dos fatores que vai abrir as portas do magistério à população feminina. E, por outro, a "ideologia da época", o imaginário social deste período e as representações por vezes conflitantes acerca da "natureza" feminina.

Entre estes dois grandes "blocos" existem alguns diferentes matizes que, embora centrando a análise prioritariamente sobre um destes focos, faz referência ao(s) outro(s). Tal é o caso de M. Apple, que trata da questão do ponto de vista das relações de poder na escola e de como estas são afetadas pela automação e a burocratização de tarefas. Este autor, que não realiza um estudo exclusivamente econômico, chama atenção para a questão de gênero em que se insere a discussão do magistério, setor predominantemente feminino. Falta, entretanto, um enfoque que problematize esta questão, a começar pelo conceito de gênero, que, em que pese ser um instrumento de análise bastante útil, corre o risco de tornar-se uma 'bengala', ou seja, um conceito que explica tudo e libera os que o empregam de realizar uma discussão mais sistemática (que envolva o próprio conceito) e que desvende as múltiplas determinações que compõe esta temática.

Outro autor importante é Peter Gay, que tem o mérito de, ao fazer a intersecção história/psicanálise, captar um universo mais rico do que o habitualmente trabalhado. A sua interpretação quanto ao amplo ingresso das mulheres no sistema educacional que se verifica no século XIX (ele trata do ponto de vista do acesso ao ensino superior e não enfatiza a sua entrada no magistério) é algo que não recebe na sua obra,

um tratamento mais detalhado, embora vá afirmar posteriormente que o acesso das mulheres ao ensino superior foi sua maior conquista naquele século. Este autor nos dá uma contribuição fundamental ao retratar o panorama mental do século XIX, particularmente no que toca à questão da discussão acerca da mulher. O século XIX caracteriza-se por uma particularidade no tocante a questão de como a mulher era vista e representada socialmente. Peter Gay nos descreve os termos deste debate embora sem enfatizar suficientemente a dimensão da sua novidade em termos históricos. No século XIX, nos informa Peter Gay, há uma polêmica acerca da natureza da mulher. Existem dois grande 'partidos': os que afirmam que a mulher é um ser lascivo, pecaminoso, sexualmente excitável, mais sujeita às "fraquezas da carne" e de caráter instável (e nisso estão de acordo com toda a tradição milenar de representação do "eterno feminino"). E há outro 'partido', que se opõe a este e ganha força à medida que o século avança até apresentar-se, ao final deste, como francamente majoritário. Eram estes os partidários da "pureza" das mulheres, afirmando serem estas angelicais ou simplesmente frígidas (conforme quem enuncia, médicos ou pedagogos), tendo como denominador comum a visão de que a sua sexualidade é não só passiva na forma como neutra no conteúdo, ou seja, não apresenta desejo em si, apenas molda-se aos desejos de outros; noção que, deste modo, rompe com a tradição milenar já apresentada.

Este quadro de disputa, por si só bastante interessante, tornar-se-á mais elucidativo se inserido dentro do contexto histórico mais amplo. Esta polêmica que P. Gay debate no espaço específico do século XIX (e na verdade ali se dá, num sentido restrito) poderia ser também encarada como a polêmica entre o século XIX (a visão oficial que prevaleceu, até Freud, que é a da mulher pura/frígida) com todo o restante da história da humanidade. Isto porque, ao longo da história, as mulheres foram encaradas como seres lascivos, pervertidos, curiosos: aqueles através dos quais o mal e o pecado entram no mundo. Já foi mencionado aqui o papel importante cumprido pelo fator medo e toda a mitologia de representação do feminino, cujos expoentes são as figuras míticas de Eva e Pandora. Pode-se-ia contudo objetar que o culto de Maria e das santas já afirmava, em tempos remotos, um ideal de pureza/virtude apenas 'atualizado' pelo discurso médico do

século XIX com a sua apologia ascética da frigidez feminina. Penso que isto porém não invalida a hipótese que defendo (da novidade sem precedentes deste discurso ascético do século XIX), uma vez que estas mulheres santas/assexuadas eram deslocadas para fora e para cima da sociedade e das mulheres do seu tempo. A pregação moralista e o culto mariano claramente afirmavam um ideal de mulher considerado superior e especial, um exemplo para o qual as mulheres 'históricas' deveriam alçar os olhos e tratar de imitar. Sinal claro de que para os seus contemporâneos elas não partilhavam deste ideal, pois do contrário não haveria a necessidade de exortação.

Esta transformação do imaginário social não pode, como frisei anteriormente, ser remetida diretamente a uma interpretação meramente econômica, embora seja enriquecida se cotejada com esta. Mas por hora, dentro dos limites deste artigo, é suficiente registrar este abismo que há entre uma concepção inédita de representação do feminino, que surge e se torna dominante no século XIX e que contraria tudo o que até então era consenso a respeito das mulheres em geral. O porquê desta mudança é algo para o que não temos resposta. Ainda que a mudança de imagem da mulher, e suas possíveis causas, seja algo que mereça um estudo específico, nem por isso deve ser deixada de lado como um dos elementos fundamentais para a compreensão do ingresso das mulheres no magistério laico e institucionalizado do século XIX, que pré-configura o moderno sistema educacional³⁷.

Trata-se de, diante da pergunta: por que o magistério foi aberto às mulheres a ponto de chegar a ser encarado como sua opção preferencial (depois da escolha da maternidade, 'naturalmente'); lembrar que esta mudança radical no pensamento médio a respeito da mulher (a passagem de demônio/sexuado a anjo/assexuado) que se dá no século XIX é *pré-condição para a abertura da educação aos seus cuidados*. Como seria possível a concepção anterior de que crianças 'puras e inocentes' (uma construção que também tem história, como demonstrou Phillipe Ariès) tivessem sua educação entregue a seres lascivos e portadores do estigma de toda a perversão do ser humano? Era necessário que houvesse uma adequação e até mesmo uma identidade entre os elementos (professora/alunos) envolvidos neste processo. Penso não ser mera coincidência o fato de que esta identidade (infantiliza-

ção/feminilização) se dê predominantemente nas séries iniciais, onde as mulheres são as principais fornecedoras de mão-de-obra e que constitui-se, até hoje, como um gueto de baixos salários e má qualificação, onde os aspectos cognitivos disputam com os afetivos, constituindo uma esfera híbrida de socialização, que confunde público e privado ao fazer da escola "o segundo lar" e da professora a substituta da mãe: a "tia".

Relevante também é o fato que, a par do processo de infantilização/desexualização da imagem da mulher, e em especial da professora, encontramos todo um esforço normativo no sentido de assegurar a identidade entre o modelo ideal e os sujeitos singulares (esforço que seria supérfluo se a realidade histórica e os seus sujeitos não fossem intrinsecamente contraditórios e obedecessem mecanicamente aos modelos prescritos). Exemplar disto é um documento que, embora data de 1923, sintetiza as preocupações subjacentes ao esforço ascético do século XIX. Parafraseando Maquiavel poderíamos dizer que a idéia (o consenso) sem a norma é nula. Vejamos então este contrato de 1923 de uma escola norte-americana (cujo resgate devemos a M.Apple):

Este é um contrato entre Miss _____, professora e o Conselho de Educação da Escola _____, por meio do qual Miss _____ compromete-se a lecionar por um período de oito meses, começando em primeiro de setembro de 1923. O Conselho de Educação compromete-se a pagar a Miss _____ a quantia de \$75 mensais.

Miss _____ compromete-se a:

- 1 - Não contrair matrimônio. Este contrato imediatamente perderá a validade se a professora contrair matrimônio.
- 2 - Não estar acompanhada de homens.
- 3 - Não desperdiçar tempo em sorvetarias.
- 4 - Não se ausentar da cidade sem permissão do presidente do Conselho de Curadores.
- 5 - Não fumar. Este contrato imediatamente perderá a validade se a professora for encontrada fumando.
- 6 - Não beber cerveja, vinho ou whiskey. Este contrato perderá a validade se a professora for encontrada bebendo cerveja, vinho ou whiskey.
- 7 - Não viajar em vagões ou automóveis acompanhada de qualquer outro homem a não ser seu pai ou irmão.
- 8 - Não trajar roupas de cores brilhantes.
- 9 - Não tingir seus cabelos.
- 10 - Vestir no mínimo duas anáguas.
- 11 - Não trajar vestidos de mais de duas polegadas acima dos tornozelos.
- 12 - Conservar a escola limpa:

- a) varrendo a sala de aula no mínimo uma vez ao dia;
- b) esfregando o chão com sabão e água no mínimo uma vez por semana;
- c) limpando o quadro-negro no mínimo uma vez ao dia;
- d) acendendo o fogo da lareira às 7h00 para que a sala esteja aquecida às 8h00, quando as crianças chegarem;

13 - Não usar pó facial, máscara ou pintar os lábios³⁸.

Através deste contrato (do qual a maioria das cláusulas nos remete a um modelo semelhante às normas monásticas), podemos perceber o quanto os esforços de um século de limpeza da mácula que paira sobre a imagem da mulher ainda lidam, contraditoriamente, com os vestígios deste estigma; de modo que o acesso das mulheres ao magistério, ainda que permitido, tem que ser revestido de cuidados adicionais que garantam a confirmação do ideal de recato e recolhimento publicamente aceito.

Para finalizar, penso que o esforço intelectual que constitui o princípio do saber – distinguir entre essência e aparência, como sublinhou Marx – deve ser o motor contínuo da investigação a respeito das "questões da mulher", atualmente em voga. Não como mero escrutinar de formas ou fórmulas usadas e reiteradas para a sua opressão, mas uma análise que, embora partindo de hipóteses mais ou menos estruturadas, abre-se para o novo, para o inesperado, para um descortinar histórico onde não há mocinhos e bandidos. Trata-se de, à complexidade do real, constituir um "excedente de consciência" (nas palavras de Adelmo Genro Filho) de modo a evitar as simplificações genéricas e os particularismos estéreis. E trata-se, sobretudo, de afirmar uma reflexão ousada e não dogmática que se proponha a vasculhar a caixa de Pandora (este complexo de mitos e representações milenares mas ainda atuais) com todos os seus riscos, inclusive o de vermos refletidos nela.

* * *

Notas e Referências Bibliográficas

1. Ver MICHEL, Andree. *O feminismo: uma abordagem histórica*. Zahar, RJ, 1982. p.61.
2. DAVIN, Ana. Feminismo e historia del trabajo. In: SAMUEL, R. *Historia popular e teoria socialista*. Crítica/Grijalbo. Barcelona, 1984.p.267 (com tradução livre, como as demais citações deste ensaio).
3. Para uma análise detalhada do conceito de gênero, sugiro os trabalhos de Joan SCOTT: Genre, une categorie utile d'analyse historique. In: *Les Cahiers du GRIF*, Éditions Tierce, Printemps 88, n.37/38 e Marta LAMAS, La Antropologia Feminista y la Categoría "Género". In: *Nueva Antropología*, v. VIII, nº 30, México, 1986.
4. TAYLOR e ALEXANDER. En defensa del "patriarcado". In: SAMUEL,R. op.cit. p.259.
5. O termo "grade" (grille, em francês no original) talvez possa ser melhor compreendido por analogia com o conceito de "matriz disciplinar", utilizado por Thomas Kuhn no pós-fácio de *A estrutura das Revoluções Científicas*. SP, Perspectiva. p.226.
6. Contra-corrente substitui o original *refoulé*: remar contra a maré.
7. Trechos extraídos da Introdução de *Les cahiers du grif*. Éditions Tierce, Printemps 88, n.37/38. p.6 e 7.
8. Já que não se pode falar em um único feminismo, mas em várias correntes dentro deste, tais como: liberal, socialista e radical; para citar só os mais importantes.
9. Ver *Antologia del feminismo*. Introducción y comentarios por Amalia Martín-Gamero. Alianza Editorial, Madrid, 1975, p.51 e seg.
10. GAY, P. *A educação dos sentidos: a experiência burguesa da rainha Vitória a Freud*. Cia. das Letras, SP, 1988. p.142.
11. *Antologia del feminismo*. op.cit.p.52 e 56.
12. *Antologia del feminismo*. op.cit. p.53.
13. Novamente a Revolução Francesa é o exemplo mais acabado da "traição às mulheres" que haviam lutado em suas fileiras, ao negar-lhes o direito de reunião, de associação e voto. (ver MICHEL,A. op.cit p.47).

Esta atitude ambivalente por parte dos revolucionários com relação à mulher foi brilhantemente captada por Olympe de Gouges, participante ativa da Revolução, que na sua Declaração dos Direitos da Mulher afirma:

"A mulher tem o direito de subir ao cadafalso; deve também ter o direito de subir à tribuna." MICHEL, A. op.cit., p.46.

14. FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. v.I. Graal, RJ, 1985. p.41 e 47.
15. MICHEL, A. op.cit., p.57.
16. ANDERSON, P. *A crise da crise do marxismo*. Brasiliense, SP, 1984. p.102/103.
17. GENRO, A. F. *Filosofia e práxis revolucionária: Marx, Engels, Bloch e Korsch*. Cadernos de Formação Marxista, v.II. Brasil Debates, SP, 1988. p.8 e 9.
18. ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Karl Marx e Friedrich Engels, obras escolhidas, Alfa-Ômega, SP, s/d p. 61.
19. ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Global, SP, 1985, p.167.
20. ENGELS, F. *A situação...*, op. cit. p.169.
21. ENGELS, F. *A situação...*, op. cit. p.170.
22. ENGELS, F. *A situação...*, op. cit. p.171.
23. A "Santíssima Trindade": Marx, Engels e Lênin, nas palavras de Adelmo Genro Filho. Introdução à crítica do dogmatismo. In: *Teoria e política*. ano 1, n.1, Brasil Debates, SP, 1980. p.94.
24. ENGELS, F. *A situação...*, op.cit., p.169.
25. BAMBERGER, J. O mito do matriarcado: porque os homens dominavam nas sociedades primitivas. SACKS, K. Engels revisitado: a mulher, a organização da produção e a propriedade privada. In : ZIMBALIST, R. e

LAMPHER, L. (org). *A mulher, a cultura e a sociedade*. Paz e Terra, RJ, 1979.

26. ENGELS, F. *A origem da família ...* op. cit. p.30.
27. ENGELS, F. *A origem da família ...* op. cit. p. 31.
28. FREUD, S. *Totem e Tabu*. Obras Completas, v.XIII, ed. Standard, Imago, RJ, s/d, p. 170.
29. ENGELS, F. *A origem da família ...* op.cit. p.24.
30. FREUD, S. *Totem e Tabu*. op. cit. p.172.
31. FREUD, S. *Totem e Tabu*. op. cit. p.132/133.
32. GENRO, A. F. Introdução à crítica do dogmatismo. op.cit., p.81. FREUD, S. *Totem e tabu*. op.cit. p.184/185.
34. ver: BAMBERGER, J. op.cit. p.247/248.
35. FREUD, S. op. cit. p. 188 e seguintes.
36. BAMBERGER, J. op.cit., p.237/238.
37. Uma vez que, nos mosteiros, em todos os tempos foram mulheres que realizaram a educação de meninas e de outras mulheres; este caso, contudo, foge à problemática proposta, uma vez que pelo seu caráter específico – religiosas tratando de uma educação acima de tudo moral e religiosa – enquadra-se num modelo de representação radicalmente distinto do consensualmente aceito no tocante à questão da mulher, pelo ideal de santidade que implicava. Contudo, mesmo este refúgio de castidade não foi isento à maldição que acompanha a mulher e a sexualidade feminina, como parecem demonstrar as crises de possessões em conventos, onde a demonologia persistiu por mais tempo. A este respeito ver PALAU, Jean. A felicidade. Zahar, RJ, 1988. p. 72.
38. APPLE, M. Are teachers losing control of their skill and curriculum? In: *Journal of Curriculum Studies*. v.XVIII, n.I, 1986, p.177.

* * *

Cybele Crossetti de Almeida é mestranda no Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Estar no feminino: mal-estar?

MÔNICA ALMEIDA BELISÁRIO

Tornar-se mulher. Expressão celebrizada por Simone de Beauvoir e tomada como estandarte para as mulheres, em sua luta de um se fazer no mundo. O discurso feminista, na tentativa de conquistar um lugar determinado para a mulher na cultura, lança mão desse estandarte, muitas vezes reduzido a uma forma de aprendizagem, ou reflexo de uma certa educação. O "tornar-se" aí se assemelha a um fenômeno de imitação imaginária, que diz respeito à aparência, à reprodução de códigos e clichês.

A Psicanálise vai se ocupar de uma outra instância, que se situa para além das formas bem definidas de apresentação.

É a fala o material que permite a atuação da Psicanálise, enquanto um corpo de conhecimento que diz da constituição do sujeito humano. Fala que atravessa a história oficial, pública e se aloja na esfera do privado. São confidências e artimanhas, não apreensíveis numa leitura preocupada apenas com os fatos mensuráveis.

Destrinchar os efeitos do inapreensível desse sujeito/mulher através de sua fala é o mote deste trabalho. Como pensar a história além da história oficial? O que seria a história do privado, onde não se conta com registros escritos, documentos, mas com uma tradição na transmissão? Tradição não sem contradição, com traição – efeitos do invisível que coloca em circulação algo da verdade. Material disperso que passa pelas brechas, impresso, no livro de receitas caseiras, o que não tem receitas, "que dá dentro da gente; mas não devia", desvia...

Para se falar de mulher, é inevitável retornar a Freud. Freud, que, inventando a Psicanálise, produziu uma reviravolta no mundo do pensamento filosófico e da ciência. Ao proferir ser o sujeito humano descentrado, dividido, marcado por uma falta fundamental que pressupõe a emergência da linguagem, Freud engendrou o conceito de Inconsciente – que determina o

sujeito através de seus efeitos.

E é Freud que formula o problema da identificação sexual. Um passeio pelos seus textos faz surgir a idéia fundamental de que a diferença não é de anatomia, mas sim de sexos, "esse termo designado aqui para além da materialidade da carne, o órgão enquanto aprisionado na dialética do desejo e, dessa forma, "interpretado" pelo significante. Daí se afirmar ser o sexo uma metáfora, da ordem do simbólico."¹

A entrada do sujeito na ordem simbólica, em desarmonia com a natureza, portanto, é paga com uma perda, uma falta que põe o sujeito a desejar. À Psicanálise interessa por onde passa o desejo e aí, como bem se vê, nem sempre o desejo coincide com o bem do sujeito... Assim, afirma-se um mal-estar, sem complementariedade.

O Édipo é a operação proposta por Freud para ilustrar essa entrada do sujeito na ordem simbólica – rompimento com a natureza, inserção na cultura: a tragédia humana. O sujeito é sexuado/seccionado.

Tanto o menino como a menina têm como primeiro objeto de amor a Mãe. O desejo da mãe, em seu duplo sentido, é que irá possibilitar a operação edípica pois a lei de interdição do incesto faz a separação criança-mãe.

Essa operação se dá de forma assimétrica no menino e na menina. O menino deverá renunciar à mãe e identificar-se ao pai, buscando aí o traço que o faz homem. O pênis é presença que mostra uma certeza imaginária de unidade e potência. A ameaça de perdê-lo põe o menino nessa renúncia. Já não se pode dizer o mesmo da menina.

A menina, da mesma forma, deve renunciar à mãe, porém, a dificuldade do tornar-se mulher resulta da impossibilidade de identificação feminina, pois ali onde algo não presente se encontra, resta um vazio, uma pergunta: o que é uma mulher? Busca então identificação ao pai,

mas aí fica um resto, não simbolizável, sem nomeação, que escapa à representação e portanto à ordem fálica. O processo é mais complicado, pois, mesmo submetida à lei fálica – falo enquanto falta – a menina não se encontra num traço de identificação propriamente feminino, pois não há representação do feminino no inconsciente.

Portanto é a mulher "não-toda", vale dizer, não toda submetida à função fálica. E se um diz não a essa função, não é mais possível universalizá-la.

É assim que a expressão "tornar-se mulher" é captada em sua dimensão de um mais além da representação. Há um indizível nesse processo, resto sem nome, buraco, fenda.

A inauguração freudiana permite um destrinchar desse indizível nas entrelinhas do texto, nas escapadas da forma, no desfuncionamento da unidade.

A clínica psicanalítica é um lugar privilegiado para esse trabalho. A fala de analisandas, a todo momento denuncia essa busca:

Me procuro nos espelhos das ruas, nas vitrines, tento me ver em todo lugar.

Quando alguém me diz: 'eu sou assim', tento dizer: eu também. Mas logo me decepçiono. Sei que não sou toda assim. Não sou inteira.

Mulher é desdobrável. Eu sou.²

Por não ser simbolizável, esse resto, o propriamente feminino, não pode ser nomeado. Mas certamente produz efeitos. O tornar-se mulher implicaria estar às voltas com esse indizível, para além da busca de imagens em espelhos e vitrines.

Tenho que inaugurar pra mim um jeito novo. Eu falo muito, eu sei disso, mas é que ainda não encontrei a minha forma.³

A fala de analisandas e a poesia se encontram em algum momento. A criação, invenção incessante. A peleja do cotidiano sem história, onde as marcas se dão na sucessão de afazeres iguais. A procura de um lugar fixo e se descobrindo desdobrável...

E como se insere a mulher nesse mundo, nessa história, no fazer humano?

A sociedade patriarcal, desde os primórdios de uma certa organização do capitalismo, é regida sob o domínio do masculino, o regime do UM, denegação da diferença. O homem

ocupa um lugar via de regra associado ao poder, traduzido pela prática pública, pelo número que o representa na história oficial. O feminino está aí excluído. E é esse excluído que traz a novidade. É possível pensar uma inserção política que não se direcione apenas para o número e o direito constituído?

Pensar o feminino é rastrear seus efeitos de verdade. Badiou define assim o acontecimento: "Eu chamo acontecimento aquilo que na qualificação do regime do UM deixa um resto, desfuncionando este regime (...). O acontecimento é assim, produto de uma interpretação."⁴

As feministas tentam resgatar um lugar para a mulher na história oficial. Também historiadores, como informa Michele Perrot⁵ estão interessados pela noção de gênero e, ao mesmo tempo, pela vida privada, para tentar estabelecer uma certa realidade concreta, jurídica, social e cotidiana através de documentos de que dispõe o historiador. Seriam tentativas de conter a falta real, defeito constitutivo do fato estrutural; colonização desse resíduo não representável, onde tem lugar o gozo, lugar de não à ordem. Exatamente no que tem de incômodo, o feminino, ao longo da história, vem recebendo explicações, desde o pior horror ao mais puro fascínio:

"desde sempre, em toda parte, tem-se medo do feminino, do mistério da fecundidade e da maternidade, fonte de tabus, ritos e temores. Mal magnífico, prazer funesto, venenosa e enganadora, a mulher é acusada de trazer sobre a terra o pecado, a infelicidade e a morte. Terror de sua fisiologia cíclica, lunática e de suas secreções sangrentas e do líquido amniótico, úmida e cheia de odores, ser impuro, para sempre manchada (...). Perigosa portadora de todos os males: Eva a Pandora; devoradora dos filhos paridos de sua carne; Medéia e Amazona; vagina denteada ou cheia de serpentes, o que Freud chamou de medo de castração e que em todas as culturas é assim representado. Fonte de vida, fertilidade sagrada, mas também noturnas entranhas. Essa noite na qual o homem se sente ameaçado de submergir e que é o avesso da fecundidade, o apavora; o medo ancestral do segundo sexo (...) Deusa da sabedoria e da caça, Imaculada Conceição e encarnação de satã (...) Capitu (...) Diadorin."⁶

Trata-se então de lidar com esse incômodo histórico, essa inquietação. Ultrapassar o fato e ir de encontro à lei que se esconde no fato e produz efeitos de verdade.

Quando o movimento de mulheres é só movimento, sem pretensões de organização,

quando as mulheres saem às ruas e gritam: "Queremos nossos direitos", este enunciado tem então um efeito de interpretação. O que não existe passa a existir. Neste momento não estão em jogo os resultados legais que eventualmente possam surgir, pois este tipo de ganho seria apenas mais um item numa legislação. O interessante para o momento, é a possibilidade da novidade, "o mal-estar na cultura" provocado por este enunciado, sem nenhuma intenção programática ou partidária. Desconcertante, desorganizador, é nesta irrepresentabilidade que consistirá o político deste enunciado. O mesmo encontramos em artigo de Maria del Carmen Feijóo:

"As Mães da Praça de Maio, quando começam a sair às ruas não têm nada a perder (...) de modo que aparecem em grupo, anonimamente dentro de um grupo, ou aparecem também definidas por uma conduta absolutamente arrojada, heróica (...) ainda no marco dessa relação de tensão, a contínua presença das mulheres na cena política tem resultados inesperados, resultados não mensuráveis em termos de acesso ao poder (...)."⁷

No texto, a autora se ressentida da incapacidade das mulheres de se organizarem adequadamente a uma institucionalidade política fundada na lógica masculina do poder. Reclama, na verdade, para as mulheres, um tipo de organização onde pudessem exercer o poder como um homem, colocando o masculino com o ideal a ser alcançado. Uma vez alcançado, estariam suturadas as brechas que essa manifestação teria provocado e nos defrontaríamos novamente com a harmonia de um todo. No entanto, se nos deixarmos surpreender por estes resultados "inesperados", "não mensuráveis", o político

toma um outro sentido, não mais visando um ideal, mas o real, fora das representações.

Essa impossibilidade de generalizações tem suas vantagens. Se o mundo não é só ordenado através do falo, do UM, do Todo, isso implica dizer que algo escapa. Não há uma única verdade, uma única forma de lidar com a falta que pressupõe o desejo. Seja qual for a forma do vaso, é em torno do vazio que ele é construído. O feminino fura a certeza e separa o UM. O furo faz diferença.

E o traço ? Traço de lápis de olho, cor do batom, buracos da renda. A mulher contornando esse furo incessantemente. Daquilo que não se diz, só resta falar ("Eu falo muito, eu sei, mas é que ainda não encontrei minha forma").

A falação das mulheres...

As marcas no corpo, as reparações plásticas, os cortes. Corpo que recebe e perde, sêmen e sangue. O feminino resiste surpreendendo, sempre. Ainda bem. Já disseram que fazer existir o que não existe é ARTE.

Não me importa a palavra, esta corriqueira
Quero é o esplêndido caos de onde emerge a
sintaxe
Os sítios escuros onde nasce o "de" o "aliás", o "o"
O "porém" e o "que", esta incompreensível
Muleta que me apóia.
Quem entender a linguagem entende Deus
Cujo filho é verbo. Morre quem entender.
A palavra é disfarce de uma coisa mais grave
surda-muda,
Foi inventada para ser calada
Em momentos de graça, infrenquentíssimos,
Se poderá apanhá-la: um peixe vivo com a mão
Puro susto e terror.⁸

* * *

Notas

1. ANDRÉ, S. *O que quer uma mulher?* Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1987.
2. PRADO, A. *Bagagem*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1976.
3. _____. *Solte os cachorros*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1981.
4. BADIOU, A. *Peut-on penser la politique?* Paris, Seuil, 1985. Fragmento. Trad. Revista Verso, nº21. Círculo Psicanalítico de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1987.
5. Revista Les Cahiers du Griff. Le genre de l'histoire. nº 37/38, Paris, 1988.
6. CHAUI, M. Sobre o Medo. In: _____. *Os Sentidos da Paixão*. Rio de Janeiro, Cia. das Letras, 1987.
7. FEIJÓO, M.C. Alguns Problemas dos Movimentos de Mulheres no Processo de Transição Democrática. *Revista de Ciências Sociais*. Porto Alegre, 12.:153-162, 1987.
8. PRADO, A. Antes do Nome. In: _____. *O Pelicano*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1987.

Este texto contou com a participação da psicanalista Ana Lúcia Lutherbach Rodrigues, parceira em trabalhos prévios sobre o tema.

* * *

MÔNICA ALMEIDA BELISÁRIO é psicanalista e interlocutora do Grupo de Estudos da História da Educação da Mulher – Belo Horizonte, MG.

Como teorizar o patriarcado

R. W. CONNELL

Escopo e objeto

Embara as definições do patriarcado sejam, com frequência, bastante estreitas, a gama de questões abordadas na literatura é ampla. Elas incluem: as origens da subordinação das mulheres, as práticas culturais que a sustentam, a divisão sexual do trabalho, a formação da personalidade e das motivações, a política da escolha do objeto sexual, o papel do corpo nas relações sociais, as estratégias dos movimentos de resistência, as condições para uma superação da dominação masculina.

Não penso que haja uma fórmula que englobe tudo isto, definindo assim o escopo de uma teoria do patriarcado. Aquelas abstrações especulativas que parecem fazer isso ("a dialética do sexo", "relações de reprodução") constituem antes slogans para uma forma particular de teorizar o assunto que definições do que está sendo teorizado. Não que haja uma clara distinção entre o método de uma teoria e a natureza de seu objeto. Mas acho que é necessário reconhecer que a "teoria do patriarcado" está longe de ser um sistema lógico bem estruturado. Ela é, em vez disso, uma rede de *insights* e argumentos a respeito de relações entre várias coisas (p. ex., a relevância da estrutura da família para a reprodução do capitalismo, da produção da masculinidade para a estrutura da família). Seu escopo, a qualquer momento dado, é definido pela extensão dessa rede de argumentos.

E isto corresponde à sua história. A análise contemporânea do patriarcado não foi estabelecida por um grande espírito que tenha revelado um novo objeto de conhecimento. Ela se desenvolveu, em vez disso, a partir de um complexo movimento de pensamento, de uma luta para identificar padrões e conexões, para desenvolver formas de vê-los e para inventar formas de falar a seu respeito. Sugiro que esta

genealogia retroage à redefinição de um campo conceitual que podemos ver sendo desenvolvido em Wollstonecraft (1792) e Sade (1791) e que alcança um ponto de crise e transição em Mill (1869).

Esta redefinição consistiu na transmutação de um antigo argumento moral a respeito dos direitos e deveres recíprocos de homens, mulheres, e Deus. Primeiramente, Deus foi eliminado pelo racionalismo iluminista, depois a moralidade convencional foi contestada pela política revolucionária, e então a convenção foi corroída pela aplicação de critérios utilitários que não encontrava base alguma para "a sujeição das mulheres". Quando Mill escreveu:

Sejam quais forem as condições e sejam quais forem os limites pelos quais os homens são admitidos ao voto, não existe a menor justificativa para neles não incluir as mulheres (1869:488),

a dupla negativa assinalava uma virada decisiva em termos de argumento. A suposição era agora *em* favor da igualdade, e a ideologia patriarcal respondeu com crescente atitude de defesa. Deste período em diante na tradição intelectual européia, a análise progressista inclinou-se na direção de perguntar-se por que uma subordinação injustificada ocorria, como era sustentada, e como seria a vida sem ela. Não que o argumento moral tivesse desaparecido, ou mesmo declinado. Ninguém podia deixar de entender a paixão moral de Ibsen (1879) ou Goldman (1972), ou o movimento sufragista em geral. Mas isto deixou de ser o problema central e definidor. O ponto crítico do pensamento a respeito do patriarcado deslocava-se de forma crescente para os debates em torno de explicações, ao invés de se centrar em justificativas morais.

E no tempo devido, na *intelligentsia* liberal e socialista do início do século vinte, isto levou a

uma segunda transformação do campo. Wollstonecraft, Mill e teóricos socialistas iniciais como Owen e Engels, observaram como as consciências das mulheres (e dos homens) eram distorcidas por condições opressivas – na verdade, este é o centro dos argumentos de Wollstonecraft. Mas existe pouca coisa em sua linha de pensamento que pudesse levá-los a questionar como as categorias "homens" e "mulheres" foram de fato *constituídas*, como elas vieram a se tornar o que são. Muitos argumentos em favor da igualdade política suprimiam esta questão ao pressupor a diferença sexual e ao destacar as virtudes que as mulheres trariam para a vida pública; o radicalismo em favor dos direitos estava frequentemente misturado com idéias francamente convencionais a respeito da "verdadeira feminilidade" e do trabalho próprio de homens e mulheres.

Essas idéias vieram a ser contestadas, a partir de duas direções principais. Uma delas foi constituída pelos desenvolvimentos nas ciências. O trabalho de Darwin encontrou explicações funcionais para a diferenciação sexual, mas ao fazer isto tornou-as problemáticas, isto é, passíveis de explicação. Não muito tempo depois, a sexologia humana mudou da "psicopatologia moral" de Kraft-Ebing (1886) e seus seguidores, para a antropologia tolerante das variações sexuais de Ellis (1897) e para a caracterologia desenvolvimentista de Freud (1905b). Os argumentos de Freud, especialmente, destruíram a noção de características fixas como definidoras dos sexos, ao mostrar como seus padrões característicos de vínculo afetivo e estrutura de personalidade eram construídos na infância; através da doutrina da bi-sexualidade; e ao insistir na generalização do conflito dentro da psique humana.

As outras fontes de contestação, que vieram principalmente das socialistas feministas, consistiram num repensar da divisão sexual do trabalho. E o reconhecimento crescente de quão contingente, quão historicamente específico, é a definição de quem faz o quê, e um reconhecimento crescente da natureza opressiva da divisão do trabalho para as mulheres trabalhadoras era generalizado entre os socialistas do início do século vinte. Eles ganharam proeminência nos debates a respeito da socialização do cuidado das crianças e do trabalho doméstico no período imediatamente após a revolução russa.

Embora tivesse sido necessário um longo tempo para que esses desenvolvimentos confluissem, eles estavam indo numa mesma direção. O foco do argumento a respeito do patriarcado estava cada vez mais na constituição de suas categorias, no processo histórico de produção da divisão de gênero e nas características das pessoas envolvidas nisso. Essas linhas de pensamento acabaram por se encontrar e receberam sua clássica síntese no livro *O segundo sexo* de Simone de Beauvoir (1949). E foi, sem dúvida, em resposta a este foco transformado que as ideologias patriarcais tomaram cada vez mais a forma de um darwinismo degenerado, insistindo na determinação biológica dos papéis masculinos e femininos, cujo objetivo é negar que haja qualquer coisa como uma produção social e histórica do gênero.

Eu sugeriria que a atual literatura sobre o patriarcado trabalha essencialmente dentro do campo que descrevi. Nenhuma reconfiguração comparável do campo ocorreu recentemente. Um sinal disto é a freqüência com que muitas vezes o trabalho teórico toma a forma de "redescobertas" – de Freud, ou de Ellis, ou de Kollontai. Entretanto, houve duas importantes mudanças.

A primeira é a ampliação da rede de argumentos para uma gama ampla de tópicos – por exemplo, a economia do trabalho doméstico, ou a política do cuidado de crianças. Às vezes, como o segundo exemplo mostra, isto se dá sob pressão de desenvolvimentos na ideologia patriarcal (neste caso, Bowlby, 1953, é o exemplo mais notável).

A segunda mudança é que o argumento sobre a produção da sexualidade e do gênero tem sido ligado, no contexto dos movimentos de liberação sexual, com os aspectos práticos da mudança estrutural. Neste contexto, a teoria do patriarcado torna-se, centralmente, um argumento a respeito das condições para ultrapassá-lo. Daí a estruturação do debate teórico em torno de idéias estratégicas: óbvio nos atuais debates dentro do movimento das mulheres, mas também implícito na distância que se abriu entre o movimento de liberação das mulheres e o dos homossexuais. Permanece uma questão aberta a de qual das atuais análises em disputa levará a uma reformulação geral do campo. Podemos, entretanto, considerá-las criticamente em termos da forma na qual elas moldam uma teoria do patriarcado.

Forma

Nos anos 70 houve duas principais sínteses do campo. Numa grande medida – embora não completamente – elas correspondem à perspectiva do feminismo radical e à do feminismo marxista.

Na primeira, o poder dos homens sobre as mulheres é tomado como sendo uma estrutura autônoma e fundamental das relações sociais. Autônoma, no sentido de que não é derivada das exigências de qualquer outra estrutura; fundamental, no sentido de que é (ou expressa) um princípio organizador que rege uma grande parte da vida social. (Em algumas análises, tal como na de Firestone (1972), é o princípio organizador *mais* básico e importante da vida social; noutras, tal como na de Delphy (1977), admitem-se outras estruturas que coexistem em igual importância). As categorias definidas por esta estrutura são igualmente fundamentais e irredutíveis. É para enfatizar este ponto que as feministas radicais têm falado das mulheres como uma classe ou têm usado o termo "classe sexual".

A primeira forma de uma teoria do patriarcado, portanto, é uma síntese em cima de princípios que são capazes de levar, diretamente, a uma explicação de uma estrutura social completa. O princípio clássico deste tipo é a divisão social do trabalho; e existem várias explicações do patriarcado que usam isto como seu princípio organizador. Assim, Delphy baseia uma análise da posição das mulheres na forma pela qual elas ganham seu pão diário. Ela vê o patriarcado como uma estrutura baseada no "modo familiar de produção", no qual o trabalho das mulheres é apropriado pelos homens, o casamento funcionando basicamente como um contrato de trabalho. Numa boa parte da antropologia feminista a divisão sexual do trabalho tem sido também vista como central, embora isto tenha se desenvolvido numa direção um tanto diferente – por exemplo, ao deduzir a exclusão das mulheres do poder político a partir da separação entre a esfera da economia doméstica e a economia principal.

De forma alternativa, a divisão sexual do trabalho pode ser tratada como secundária; na verdade, como uma consequência de um poder diferencial cujas raízes estão na diferenciação biológica. Mill argumentava, de forma bastante viva, que a sujeição das mulheres baseia-se na força, que começou porque as mulheres são ao mesmo tempo mais fracas e valiosas para os

homens, e foi mantida por uma combinação de "suborno e intimidação". Uma síntese ao longo dessas linhas não precisa supor que a fraqueza, a vulnerabilidade, o parto e a lactação signifiquem que as mulheres tenham sido sempre subordinadas aos homens – veja a descrição que faz Davis (1971), por exemplo, de um matriarcado primordial. Nem precisa supor que algum drama nas brumas da pré-história tenha esculpido em pedra um *script* para o resto da história – como se (como Simone de Beauvoir especialmente supõe) as diferenças biológicas fossem tais que produzissem continuamente uma psicologia particular ou um poder diferencial. O que ela deve postular é o caráter específico das relações de poder do patriarcado, o que a distingue de outras estruturas de poder. É, portanto, compreensível que tais visões com frequência venham juntas, com uma ênfase particular sobre a violência masculina contra as mulheres como uma questão política crucial na mobilização contra o patriarcado; e com uma ênfase na criação de recursos políticos e culturais autônomos por parte das mulheres como uma estratégia de liberação.

Quero voltar a esta formulação geral do patriarcado mais adiante; aqui eu queria apenas assinalar algumas dificuldades para efetuar uma síntese em cima dessas bases particulares. Derivá-la de uma divisão sexual do trabalho significa que existe uma dificuldade séria em integrar questões de sexualidade e de formação pessoal – a não ser através de algum tipo de funcionalismo. Por outro lado, derivar o poder social a partir da *diferenciação* biológica cria sérias dificuldades em explicar as relações de poder *dentro* de um dado sexo (p. ex., a opressão dos homossexuais), assim como em descrever e explicar a história das relações entre eles.

A segunda síntese principal do campo vem de um ponto de partida bastante diferente. Ao invés de ver o patriarcado como uma *estrutura paralela*, igualmente completa e plenamente análoga à da estrutura de classes, ela o vê como o local de *tipos particulares de efeitos* dentro de uma totalidade social, e não realmente análoga à estrutura de classes, de nenhuma forma.

De longe, a forma mais comum deste argumento na literatura recente, derivado do marxismo estruturalista, vê a família (ou a sexualidade e as relações de gênero em geral) como o local da reprodução das relações de produção.

Estas são tomadas como sendo as formas fundamentais de definição do modo de produção que caracteriza uma época histórica ou uma sociedade particular. Mas elas não poderiam existir sem serem reproduzidas, e o desempenho dessa tarefa (arriscaria eu dizer "função?") é o principal determinante da opressão das mulheres.

Há uma boa quantidade de análises baseadas nesta linha de pensamento, as quais se tornaram mais populares após o segundo livro de Mitchell (1975) e dos inebriantes destilados da antropologia de Meillassoux (1975). Não há nenhum sentido em catalogar aqui as variações – outra vez, Beechey realizou um trabalho bastante útil – embora eu queira destacar dois aspectos do argumento que avança alguma coisa em termos de explicar porque um elemento tão ossificado da teoria estrutural/funcional tornou-se tão popular entre socialistas. Por um lado, a "reprodução" pode ser vista como a tarefa de criar crianças para ocupar lugares na produção e de fazer o serviço de manutenção do trabalhador extenuado no fim do dia. A teoria da reprodução deu, assim, aos intelectuais uma linguagem para algumas das características muito familiares das vidas das mulheres da classe operária e uma forma de argumentar porque elas deviam ser feministas.

De forma alternativa, a "reprodução" pode ser vista como uma questão de cultura e psicologia – moldando as pessoas para preencher os postos em que se necessitam delas no sistema de produção, mantendo em boa forma o supremo princípio social da hierarquia e da subordinação (p. ex., Campioni, 1976). E isto se liga a temas familiares na crítica socialista com relação à distorção da cultura para satisfazer as necessidades do capitalismo. Quando Tolson (1977), por exemplo, descreve uma conexão entre a produção da competitividade masculina e as exigências funcionais do capitalismo, o material pode ser novo, mas a forma do argumento é bastante familiar para os socialistas.

Nesta altura eu gostaria de apresentar, bastante despojadamente, algumas objeções gerais, a esta forma de teorizar o patriarcado.

1) Ela trata o patriarcado como uma estrutura *truncada*, seja como não fazendo parte da esfera de produção de forma alguma, ou como confinada a tipos muito limitados de produção (p. ex., Rubin, 1975, p. 167). Mas sabemos que existe uma estruturação patriarcal da produção.

2) As exigências da "reprodução" são suficientemente materiais; mas elas não exigem absolu-

tamente, é óbvio, uma hierarquia sexual e opressão. É ao tentar preencher esta lacuna que a teoria da reprodução marxista-feminista enreda-se a si própria em nós extraordinários, tentando extrair princípios explicativos de Lacan, de Lévi-Strauss, da semiótica... com, tanto quanto eu possa ver, um completo insucesso.

3) A teoria da reprodução em geral é ahistórica e funcionalista; ela se escora num essencialismo indefensável numa teoria de classe; ela elide a questão histórica chave sobre se as tentativas de reprodução terão realmente êxito.

4) Ela produz uma teoria do patriarcado que se baseia numa periodização de *classe* da história (pois isto é o que subjaz ao conceito de "modo de produção"), que suprime a possibilidade de investigar o patriarcado como tendo origem com uma nova periodização da história da própria produção.

Estas objeções parecem-me decisivas; e se é este o caso, a forma de explicar o patriarcado que tem sido a parte central do feminismo marxista em recentes anos deve ser abandonada. Além disso, estas objeções, ou algo parecido com elas, parecem ser aplicáveis a qualquer tentativa de teorizar o patriarcado que tenha este tipo de lógica, que veja o patriarcado como a cozinha onde tipos particulares de efeitos, exigidos por um sistema social, são preparados. Estamos, assim, de volta a um modelo de estruturas-paralelas? Sim, embora de forma cautelosa. A respeito desta questão, parece-me que as feministas radicais foram as primeiras que primeiro perceberam onde realmente estava o problema. Entretanto, já destaquei algumas dificuldades existentes nas formulações típicas desta posição.

Elas parecem vir basicamente de um excesso de centralismo teórico – da tentativa de organizar o campo inteiro em torno de um princípio regente. E acho que elas podem ser superadas por uma abordagem que Mitchell adota em seu primeiro livro (1971) e abandona no segundo. Em *Woman's Estate*, ela esboça um modelo do patriarcado em que a situação das mulheres em qualquer época particular é definida pela intersecção e pela interação de quatro diferentes estruturas (produção, reprodução, sexualidade, e socialização das crianças), cada uma das quais tem sua própria trajetória histórica e pode-se mover em ritmos diferentes. Embora o termo "estruturas" seja infeliz – o que Mitchell tem realmente em mente aqui é algo como "práticas" – o ponto básico é extremamente

importante. Uma teoria do patriarcado não exige uma relação "chave", "central", que organize todo o resto. Podemos conceber sua unidade como uma unidade *composta*, o produto (flutuante) da história de muitos processos, que sempre mostram alguma incoerência, algumas contradições.

Mas, como alguns críticos da noção paralela de "autonomia relativa" na teoria de classe têm perguntado, o que é que há de "relativo" na autonomia? O que nos dá o direito de falar de uma unidade, uma coerência, um sistema e, portanto, de "patriarcado", de alguma forma? Posso pensar em duas maneiras de responder isto, embora não saiba qual preferir (se é que prefiro alguma). Uma é fazer o que Rubin faz em seu excelente ensaio "The traffic in women": definir uma zona, uma região, um tópico para o que ela chama de "sistema sexo/gênero", e insistir em que a forma particular assumida pelas relações nesta zona é altamente variável enquanto a definição da própria zona permanece constante. A outra (que está bastante mais de acordo com as idéias do resto deste artigo) consiste em argumentar que existe de fato uma unidade, mas não é uma unidade lógica, de definição. É uma unidade historicamente produzida; e parte da dinâmica que nós estamos estudando é a luta para *impor* vários tipos de ordem e de unidade nas relações sociais. Assim, por exemplo, a família nuclear com o pai dominante pode não *ser* realmente o padrão de relações que faz surgir todas as outras, mas ainda assim é o padrão que grupos poderosos estão tentando impor, com o resultado que outras relações organizam-se pela, e em torno da, luta para impô-la e para resisti-la.

Categorias e sua produção

Seja lá como este ponto for resolvido, a abordagem descortinada por Mitchell em *Woman's Estate* parece nos comprometer com uma visão diferente da comum, das categorias sociais do patriarcado. Os principais representantes das duas abordagens esboçadas na última seção parecem-me mostrar, numa medida bastante grande, características que na análise de classe têm sido chamadas de "categoricalismo". Elas tratam uma estrutura social como um conjunto de categorias discretas, cada uma com "fronteiras" lógicas, e definindo atributos que tornam cada uma (para os propósitos da análise) logicamente homogêneas. A análise primeiro as define logicamente, e

então considera as relações em que elas entram.

Há razões pelas quais as categorias na análise do patriarcado são ainda tipicamente expressas numa forma que tem sido completamente desacreditada na análise de classe. A mais destacada delas é que as categorias principais, "homens" e "mulheres", não são apenas categorias históricas, sociais, mas são também biológicas. Não importa quão escrupulosamente nós distingamos, como o faz Oakley (1972), entre sexo biológico e gênero social – e a distinção é necessária, como sabemos da experiência de hermafroditas, transsexuais e crianças que receberam o rótulo "errado" no nascimento (Stoller, 1968, 1976) – permanece o fato de que as categorias principais querem se referir a ambos. Como o ataúde de Maomé, elas pairam entre a terra da biologia e o céu da história, não morando em nenhum deles porque cidadão de ambos; e a pressão de cada domínio apaga as marcas próprias do outro. Assim, obtemos o conjunto notavelmente simplificado de categorias que passam por moeda corrente nas discussões teóricas do patriarcado.

Eu argumentaria que as categorias do patriarcado não existem antes como entidades lógicas, para depois entrar em tipos particulares de relações (tais como relações de poder). Antes, na medida em que são categorias sociais, elas são produzidas como participantes em relações de dominação e exclusão, com a natureza e a "localização" das fronteiras entre elas sendo definidas pela luta social. E elas não são nunca categorias logicamente simples, homogêneas.

Boa parte da literatura reconhece este ponto formalmente, por exemplo distinguindo a posição das mulheres da classe operária daquela das mulheres da classe média; mas não vai além do categorialismo ao considerá-la, meramente fazendo uma classificação cruzada entre categorias de gênero e classe. (Tolson, 1977, é um exemplo particularmente claro no caso da masculinidade). Millet (1969) foi mais além, em sua definição do patriarcado como um sistema em que o homem domina a mulher e o homem mais velho domina o mais jovem, introduzindo assim a noção de uma relação histórica *dentro* da categoria gênero. Penso que devemos levar esta idéia mais além outra vez – muito mais além. Como regra geral, devemos esperar descobrir as categorias definidas pelo patriarcado como sendo uma massa em agitação de diferenciações internas, complexidades, e

contradições; como tendo estruturas de poder tanto dentro delas quanto entre elas; e como sendo redefinidas não apenas por lutas entre agrupamentos importantes, mas pelo equilíbrio mutante de forças dentro delas.

Isto deve ser assim, se vemos estas categorias como *realmente* socialmente produzidas, e se recusamos fugir para um ou outro da centena de mitos em competição a respeito da origem para explicá-las. A análise de sua produção social é (pode somente ser) a história de um conjunto contínuo de práticas, nas quais distinções são feitas e sustentadas, o poder exercido, e as pessoas formadas. Não existe nenhuma forma pela qual essas práticas possam prosseguir num isolamento antisséptico daquelas que produzem as categorias de outras estruturas, tal como a classe. Pelo contrário, sabemos que elas reagem juntas nos mínimos detalhes da vida pessoal. As experiências e situações reais são condensações dessas reações. No mínimo, a produção das categorias do patriarcado deve mostrar turbulências resultantes da interação com outras dinâmicas sociais.

Mas mais que isto: existem conflito, incoerência, contradição *dentro* dos processos que controem as próprias categorias de gênero. Por exemplo, a criação e a imposição de uma forma hegemônica da masculinidade como a definição social de "homem" exige a repressão de outras tendências psico-sexuais nos homens hiper-masculinos, cria tensões entre o grande número de homens que não pode atingir isto, e ativamente oprime os homossexuais e os efeminados. Nada disto é obtido tranquilamente. A própria tentativa para transmitir a masculinidade hegemônica dentro de uma família dominada por um pai "machão" pode levar os meninos a táticas de resistência que vão desde tornarem-se mimados chorões até marginais drogados. A masculinidade não cai dos céus; ela é construída por práticas masculinizantes, que estão sujeitas a provocar resistência, que podem dar errado, e que são sempre incertas quanto a seu resultado. É por isto, afinal, que se tem que pôr tanto esforço nelas.

Agora, tudo isto é esplendidamente análogo às formulações de Thompson (1968) sobre classe. Vemos as relações do patriarcado como relações históricas, construídas pelas, e nas, práticas sociais, com as categorias fazendo-se a si próprias tanto quanto elas são feitas... Mas resta um fato inquietante. Aquelas categorias, "homens" e "mulheres", são transhistóricas em

algum sentido, elas são simultaneamente sociais e biológicas. A evidência para a qual apelamos para provar o caráter social do gênero – tal como o *berdache* entre os ameríndios e as trajetórias transsexuais nas sociedades ocidentais – é evidência de que a entrada nas categorias é negociável e não completamente determinada pela anatomia. Não é evidência de que as categorias em si mesmas sejam indefinidamente maleáveis. Na verdade, isto pode ser lido como uma forte evidência da rigidez das categorias, mesmo frente à violação francamente grosseira. Pois o que, digamos, um transsexual masculino tipicamente quer, é *ser uma mulher*, não redefinir ou afrouxar a categoria "homem".

Temos, portanto, que considerar a relação da biologia com a história antes que possamos satisfatoriamente captar a natureza das categorias numa teoria do patriarcado. Está claro, no mínimo, que elas são de um tipo diferente das categorias produzidas nas dinâmicas de classe; e que elas constituem uma importante qualificação com respeito à posição esboçada no final da seção anterior.

Historicidade

Não se trata apenas das categorias. Muitos dos processos em questão também não parecem ser formuláveis em termos de prática social: menstruação, dar à luz e cuidar das crianças, lactação, vínculo sexual, excitação, clímax sexual, e assim por diante. Faz parte do senso comum ver esses processos como não-sociais, pré-sociais, ou anti-sociais; e há certamente algo a ser dito em favor do senso comum.

Não obstante, os processos sexuais não escapam à história. Não temos aqui um paraíso num mundo terreno, não mais que na família. Para dar apenas alguns dos exemplos nos quais a sexualidade é social: escolha-do-objeto, socialmente modelada numa grande medida, principalmente na definição de quem *não* está disponível como um objeto; excitação, tal como vemos nas convenções sociais da sedução; a técnica da copulação (Greer, 1971); o período gasto com um parceiro; fantasias durante o intercurso. Similarmente não seria difícil listar uma centena de formas pelas quais os processos corporais e sociais estão implicados um com o outro na formação da masculinidade e da feminilidade no processo de crescimento.

Não que isto seja peculiar ao patriarcado. Os

processos de classe também envolvem o corpo sob formas fundamentais. Na questão mais fundamental de todas: suas chances de sobreviver ao nascimento e aos traumas associados são distintamente melhores se lhe ocorreu ter "escolhido" pais ricos.

Sartre (1976) oferece uma formulação geral da relação entre o processo corporal e o social através do trabalho. Num meio de escassez, o trabalho é a forma de prática social que determina a forma da história; ele também envolve o corpo da forma mais direta. No trabalho, usamos o corpo como uma coisa sobre a qual agir no mundo das coisas. Este ponto é importante para Sartre, dada sua tentativa de separar os níveis da prática social de forma a resgatar a idéia da transformação revolucionária do domínio do mecanismo econômico.

Podemos perceber por que ele faz isto. Ainda assim, parece-me que qualquer doutrina que se limite à interação do corporal e do social com as formas mais baixas ou mais simples ou menos conscientes de prática, ou que *adiciona* o social ao físico, está seriamente equivocada. Por duas razões. As construções sociais complexas, tais como a masculinidade hegemônica, estão literalmente corporificadas no processo de formação pessoal. E práticas sociais complexas e altamente conscientes, tais como as lutas de liberação, têm uma dimensão corporal. As pessoas realmente sentem de forma diferente, têm uma sensibilidade intensificada e uma maior energia, no auge de uma greve importante ou num movimento de resistência. Numa revolução a abertura das "portas da percepção" torna-se uma experiência de massa.

Eu argumentaria, portanto, que a tentativa de cortar a biologia da história só pode ter êxito ao custo de empobrecer a história. A história envolve o corpo em todos os seus momentos como um participante ativo, interativo. Não se trata apenas de que a biologia humana estabelece parâmetros dentro do qual a história se move (por exemplo, que nós não podemos nos comunicar pelo olfato, ou que sejamos capazes de reproduzir a uma certa proporção). Na verdade, a biologia é uma história, de um certo tipo; e se seguimos Teilhard de Chardin (1959) ou Childe (1954, p. 7), a história forma uma unidade contínua, através de transformações qualitativas, com a evolução orgânica. Isto talvez torne um pouco menos paradoxal a idéia de categorias que são tanto biológicas quanto sociais. Mas há mais do que isto. A participação da biologia e da história

nestas categorias não é simétrica.

A historicidade acarreta um processo histórico, uma dinâmica social. A biologia entra na constituição das principais categorias do patriarcado; mas elas entram numa dinâmica social. Existe algo como uma dinâmica biológica, isto é, evolução orgânica. Mas o ritmo das transformações históricas é imensamente maior que aquela, e domina seus efeitos. Mesmo os limites biológicos, que acionam a resposta ecológica a partir do crescimento populacional e da industrialização, produzem essencialmente efeitos sociais (isto é, sobre os seres humanos). De forma geral, portanto, temos uma dinâmica social que incorpora, usa, e transforma a diferenciação biológica. Isto não produzirá o tipo de mudança exponencial e o padrão de transformação experimentado nas relações de classe, porque a mesma diferenciação biológica é produzida de novo em cada geração. Mas justamente por isto, o "material" biológico encontra não um mundo natural constante, mas as situações humanas novas produzidas a partir da rodada anterior de encontros. Assim, a mudança histórica no patriarcado é não apenas possível, mas inevitável. E não há nenhuma razão para duvidar que ela tenha uma dinâmica inteligível.

Mas o que ela é? Esta, acho, é uma das lacunas mais sérias na atual análise do patriarcado. Algumas das coisas que nos são apresentadas, como a "dialética do sexo" de Firestone, não são absolutamente dinâmicas – são, antes, substitutivos obsoletos. Outras buscam a dinâmica fundamental do patriarcado em relações de classe – um hábito não restrito aos dogmáticos para os quais a luta de classe é não apenas o motor da história, mas também seu sistema de câmbio, embreagem e direção e até seu sistema de som. Mesmo Reiter (1977), que é quem mais claramente formula a questão da dinâmica histórica do patriarcado, periodiza-o ao longo de coordenadas de classe ao identificar como pontos principais de transição: (a) a criação das estruturas do estado, (b) o advento do capitalismo industrial.

Isto não serve. As transições no patriarcado das quais temos o conhecimento mais completo não mantêm uma relação com mudanças na estrutura de classes que fizesse sentido periodizar uma através da outra. Uma teoria do patriarcado não deve ganhar sua inteligibilidade histórica de nenhum outro lugar que não seja ele mesmo, que não sejam suas próprias transformações.

Isto nos direciona, como uma questão estratégica, para as tendências de crise dentro do patriarcado que levem à mutação estrutural. Por "tendências de crise", quero dizer não apenas quaisquer mudanças ou incoerências – podemos supô-las serem crônicas – mas especificamente aquelas que implicam a estrutura-do-todo, os efeitos de composição já mencionados. Por exemplo, as mudanças nos símbolos de masculinidade e as práticas coletivas dos adolescentes ligadas à masculinidade hegemônica tradicional assinalam uma mudança significativa, uma recomposição, mas nenhuma tendência de crise (veja Game e Pringle, 1979). Mas a mudança na relação entre a heterossexualidade hegemônica e a homossexualidade marginalizada corporificada na emergência da liberação gay sem dúvida o era. O fato de que este primeiro ímpeto da liberação gay tenha-se perdido constitui uma advertência de que as "tendências de crise" não são tendências mecânicas que se desenvolvem a si próprias de forma inevitável. Elas são contestáveis, deslocáveis, decomponíveis. A única suposição que tem que ser feita a respeito delas é que elas não são reversíveis. A estrutura não pode reverter ao *status quo ante*, ela tem de lidar daí por diante com um nível mais alto de tensão, incoerência, ou de problemas de outros tipos.

Pode haver uma formulação geral da dinâmica histórica no patriarcado? Claramente há um jogo de poder e resistência: não apenas no conflito entre grupos, mas também no processo de formação pessoal, na medida em que esta é também a natureza geral da repressão. Mas como os efeitos da repressão nos fazem lembrar, há também uma produção ocorrendo aqui – a produção de um tipo particular de pessoa – e grande parte daquela não pode ser inscrita na rubrica do poder. O problema é o mesmo que aquele sobre a forma de uma teoria do patriarcado: não há nenhum "centro" que forneça uma chave para o processo inteiro. A dinâmica do patriarcado deve ser entendida como uma dinâmica composta, na qual a resistência

ao poder, as contradições na formação da pessoa, as transformações da produção, etc., interagem. Sobre a estrutura desta dinâmica, ninguém, tanto quanto eu saiba, realizou ainda qualquer trabalho.

Isto me leva, finalmente, a um problema a respeito da liberação. Se Sartre está correto quanto ao fato de que a inteligibilidade de um processo histórico reside em sua natureza dialética, na conexão da análise com o projeto da transcendência; e se uma parte significativa da dinâmica do patriarcado diz respeito à formação de pessoas; então, qual é o significado da "transcendência" aqui – qual é o sentido da "liberação"?

A ênfase de Marcuse (1972) sobre o caráter revolucionário da noção de perversidade polimorfa de Freud (um conceito de liberação perversamente projetado para trás, em direção à criança não-formada) é uma coisa fascinante; mas isto não significa a transcendência da forma em direção à falta-de-forma? E nós sabemos que o prazer sexual depende não do alívio sem-forma, mas da dialética erótica entre refreamento e liberdade. Não estou seguro de que quero me desfazer de minhas neuroses; ou de que seria uma pessoa melhor, mais livre, sem minha armadura de compulsões, medos, fetiches, fixações, proibições e entusiasmos. Posso mesmo nem ser em absoluto uma pessoa. Por outro lado, sei que alguma coisa disso atua como um habitus, para usar um termo de Bourdieu, que gera práticas opressivas ou potencialmente opressivas. E sei que a liberdade ou é um fato social, ou não é nada.

De alguma forma o conceito de liberação deve estar corporificado em práticas que atuem através das estruturas da pessoa, em direção à abolição das relações de opressão e exploração entre pessoas. E é aí que o feminismo socialista, e o socialismo influenciado pelo feminismo, têm que trabalhar. Eles foram atropelados pelo trator estruturalista dez anos atrás. É hora de se pôr em movimento outra vez.

* * *

Referências Bibliográficas

- BEAUVOIR, S. de. *The Second Sex*. Harmondsworth, Penguin, 1972[1949].
- CAMPIONI, M. 'Psychoanalysis and marxist feminism' *Working Papers in Sex, Science and Culture*. 1,2, pp.33-59, 1976.

- CHILDE, V.G. *What Happened in History*. Ed. rev., Harmondsworth, Penguin, 1954.

- DAVIS, E.G. *The First Sex*. New York, Putnam, 1971.

- DELPHY, C. *The Main Enemy, A materialist analysis of women's oppression*. London, Women's Research and Resources Centre, 1977.
- ELLIS, H. *Sexual Inversion*, vol.2 of *Studies in the Psychology of Sex*. New York, Random House, 1936[1897].
- FIRESTONE, S. *The Dialectic of Sex*, The case for feminist revolution. London, Paladin, 1972.
- FREUD, S. 'Three essays on the theory of sexuality' *Standard Edition of the Complete Psychological Works*. Vol 7, London, Hogarth, pp.123-243, 1905b.
- GAME, A. e PRINGLE, R. 'Sexuality and the suburban-dream' *Australian and New Zealand Journal of Sociology*. 15,2, pp.4-15, 1979.
- GOLDMAN, E. 'Marriage and Love' *Red Emma Speaks*. New York, Vintage, pp.158-67, 1972a.
- GOLDMAN, E. 'The Traffic in Women' *Red Emma Speaks*. New York, Vintage, pp.143-57, 1972b.
- IBSEN, H. *A Doll's House*. London, Scott, 1900[1879].
- KRAFT-EBLING, R. von. *Psychopathia Sexualis*. 12a. ed. New York, Paperback Library, 1965[1886].
- MARCUSE, H. *An Essay on Liberation*. Harmondsworth, Penguin, 1972a.
- MARCUSE, H. *Counterrevolution and Revolt*. London, Allen Lane, 1972b.
- MEILLASSOUX, C. *Femmes, Greniers et Capitaux*. Paris, Maspero, 1975.
- MILL, J.S. 'The subjection of women' in *Three Essays*. *World's Classics Series*. London, Oxford University Press, 1912[1869].
- MITCHELL, J. *Woman's Estate*. Harmondsworth, Penguin, 1971.
- MITCHELL, J. *Psychoanalysis and Feminism*. New York, Vintage Books, 1975.
- OAKLEY, A. *Sex, Gender and Society*. London, Temple Smith, 1972.
- REITER, R.R. 'The search for origins, Unravelling the strands of gender hierarchy' *Critique of Anthropology*. 9/10, pp.5-24, 1977.
- RUBIN, G. 'The Traffic in women, Notes on the "political economy" of sex' in R.R.Reiter ed. *Toward an Anthropology of Women*. New York, Monthly Review, pp.157-210, 1975.
- SADE, Marquis de. *Justine... and Other Writings*. New York, Grove, 1966[1791].
- SARTRE, J. *Critique of Dialectical Reason. I. Theory of Practical Ensembles*. London, New Left Books, 1976.
- STOLLER, R.J. *Sex and Gender, On the development of masculinity and femininity*. Vol.I London, Hogarth, 1968.
- STOLLER, R.J. *Sex and Gender, The transsexual experiment*. Vol.II, New York, Aronson, 1976.
- TEILHARD DE CHARDIN, P. *The Phenomenon of Man*. New York, Harper, 1959.
- THOMPSON, E.O. *The making of the English Working Class*. 2a. ed., Harmondsworth, Penguin, 1968.
- TOLSON, A. *The Limits of Masculinity*. London, Tavistock, 1977.
- WOLLSTONECRAFT, M. *Vindication of the Rights of Woman*. Harmondsworth, Penguin, 1975[1792].

* * *

Este artigo constitui o Capítulo 4 do livro de R. W. Connel, *Which way is up? Essays on class, sex and culture*, publicado por George Allen & Unwin (Sydney, Austrália), 1983. Ele é aqui publicado por especial gentileza do autor e daquela editora, aos quais agradecemos a autorização e a dispensa de pagamento de direitos autorais.

* * *

Tradução de Tomaz Tadeu da Silva

* * *

Robert W. Connel é professor de sociologia na MacQuarie University, Sidney, New South Wales 2109, Austrália.